

O presente estudo pretende constituir-se como um suporte à acção no domínio da prevenção e combate dos fenómenos de pobreza e exclusão social na sua componente de relações plurais com o mundo do trabalho. O estudo tem incidência num conjunto de oito concelhos, pertencentes ao distrito do Porto, integrados na NUT III do Tâmega, designadamente Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. Assim, procedeu-se ao aprofundamento do conhecimento estratégico do tecido social e das dinâmicas de exclusão e pobreza em cada um dos concelhos em análise, assim como das suas relações com o mercado de trabalho, numa perspectiva intermunicipal.

Paralelamente, a identificação dos agentes-chave envolvidos na relação complexa entre mercado de trabalho e pobreza e exclusão, o papel que assumem no território e as suas perspectivas de intervenção, revelou-se fundamental para a compreensão dos fenómenos em análise, nomeadamente pelo conhecimento que permitiu ao nível dos projectos em curso, parcerias e eventuais práticas inovadoras que possam servir como referenciais para o planeamento e organização de um programa de acções inter-concelhio.

O culminar deste trabalho constitui a formulação de objectivos e de linhas orientadoras de acção no sentido da organização e gestão concertada de uma estratégia de intervenção, incluindo a identificação dos seus principais domínios e das respectivas prioridades, sendo este um patamar determinante para a mobilização e envolvimento dos actores locais no combate à exclusão.

Esperamos que esta publicação constitua um instrumento de trabalho para todos aqueles que se interessam ou intervêm nestes domínios, e que se traduza num contributo válido ao nível da inserção social das populações mais desfavorecidas.

2008



13

CADERNOS
REAPN

NAS MARGENS DO TÂMEGA

Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal

CADERNOS
REAPN
13

NAS MARGENS DO TÂMEGA

mercado de trabalho,
pobreza e exclusão:
interacções e intervenções



co-financiamento



Nas margens do Tâmega

mercado de trabalho, pobreza e exclusão:

interacções e intervenções

Quatenaire Portugal

2008

reapn

Ficha Técnica

Título	Nas Margens do Tâmega Mercado de Trabalho, Pobreza e Exclusão: interações e intervenções.
Edição	Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto Telf. 225 420 800 fax. 225 403 250 E.mail: geral@reapn.org sitio na net: www.reapn.org
Autores	Quatenaire Portugal, Consultoria para o Desenvolvimento SA Ana Paula Guimarães, António Figueiredo, Filipa César, Isabel Leal, Maria de Lurdes Cunha, Paula Guerra (consultora externa)
Equipa do projecto	Sandra Araújo (coord.) Jorge Caleiras (perito-relator) Ana Claudia Albergaria Susana Soares
Entidades parceiras	Câmara Municipal de Amarante Câmara Municipal de Baião Câmara Municipal de Lousada Câmara Municipal de Marco de Canaveses Câmara Municipal de Paços de Ferreira Câmara Municipal de Paredes Câmara Municipal de Penafiel Instituto de Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Norte Centro Distrital da Segurança Social do Porto
Design gráfico	make_up design - augusto pires
Impressão	Diferença, Lda.
Tiragem	500 exemplares
Data de edição	Maior de 2008
Co-financiamento	CCDR-Norte no âmbito do Programa Operacional Norte, Medida 1.4. <i>Valorização e Promoção Regional e Local</i>
Depósito legal	278338/08
ISBN	978-989-95487-7-0

Esta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma, ou qualquer processo, electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia, e-mail desde que seja citada a fonte e os respectivos autores.

PREFÁCIO	7
SUMÁRIO EXECUTIVO	9
INTRODUÇÃO	13
1. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS E ORGANIZAÇÃO GLOBAL DO ESTUDO	15
1.1. Conceitos e posicionamentos.....	15
1.2. Princípios metodológicos.....	17
1.3. Procedimentos de investigação.....	18
1.4. Situação final dos trabalhos: um quadro operativo.....	22
2. PRINCIPAIS EIXOS DE CARACTERIZAÇÃO SOCIAL E DO MERCADO DE TRABALHO	25
2.1. Uma leitura de enquadramento.....	25
2.1.1. Mercado de trabalho.....	25
2.1.2. Qualificações.....	35
2.1.3. Condições, contextos e vivências de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social.....	38
2.2. Análise por concelho.....	48
2.2.1. Amarante.....	48
2.2.2. Baião.....	56
2.2.3. Felgueiras.....	63
2.2.4. Lousada.....	69
2.2.5. Marco de Canaveses.....	76
2.2.6. Paços de Ferreira.....	83
2.2.7. Paredes.....	90
2.2.8. Penafiel.....	97
3. IMPACTOS DO DESEMPREGO E DO EMPREGO DE BAIXA QUALIDADE NA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	103
3.1. Tipologia de modos de vida face à pobreza e exclusão social e sua transcrição concelhia ...	103
3.1.1. Explicitação da tipologia	103
3.1.2. Posicionamento dos concelhos.....	107
3.2. Situações face ao mercado de trabalho que implicam riscos de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social.....	115
3.2.1. Explicitação da tipologia	115
3.2.2. Posicionamento dos concelhos.....	118
3.3. O impacto do desemprego e do emprego de baixa qualidade na pobreza e na exclusão social	121
4. DISCURSOS E VIVÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.	125
4.1. Condições Sociais de Partida.....	130
4.2. Percursos Profissionais.....	130
4.3. Percursos Pós-Respostas.....	134
5. A ACTIVACÃO DOS PÚBLICOS DESFAVORECIDOS.	140
6. PISTAS ESTRATÉGICAS DE ENFRENTAMENTO.	150
6.1. Âmbito e alcance das pistas de intervenção.....	150
6.2. Elementos de fundamentação	153
6.2.1. Uma inserção plural e diversa face à exclusão.....	153
6.2.2. A inserção face ao mercado de trabalho	156
6.2.3. A defesa de uma diferenciação das intervenções	161
6.2.4. Actores, tecido institucional e concertação	165
6.3. Síntese das pistas estratégicas de enfrentamento.....	168
7. CONCLUSÃO	175
BIBLIOGRAFIA	183

Índice de Quadros

1_ Fases e conteúdos do estudo.....	18
2_ Narrativas de trajectos de inclusão social.....	21
3_ Actividades realizadas nas fases 1 e 2 do estudo.....	22
4_ Indicadores-chave de caracterização do mercado de trabalho.....	27
5_ Síntese das tendências de evolução do desemprego e desemprego registado em Janeiro 2008 - IEFP.....	30
6_ Indicadores constituição/ dissolução de sociedades.....	32
7_ Constituição e dissolução de sociedades por município, 2006.....	32
8_ Indicadores-chave de caracterização das qualificações.....	36
9_ Caracterização dos territórios da Região Norte segundo a tipificação de situações de exclusão.....	40
10_ Condições favoráveis e desfavoráveis dos territórios industriais com forte desqualificação.....	40
11_ Desafiliação e estrutura familiar em 2001	41
12_ Desafiliação e imigração em 2001.....	42
13_ Desqualificação social objectiva e escolarização.....	42
14_ Desqualificação social objectiva e emprego/desemprego.....	43
15_ Desqualificação social objectiva e condições habitacionais.....	43
16_ Desqualificação social objectiva e <i>handicaps</i> pessoais.....	44
17_ Privação económica e rendimentos.....	44
18_ Privação económica e protecção social.....	45
19_ Indicadores do emprego no concelho de Amarante.....	49
20_ Indicadores do desemprego no concelho de Amarante.....	49
21_ Síntese de indicadores Amarante.....	54
22_ Indicadores do emprego no concelho de Baião.....	56
23_ Indicadores do desemprego no concelho de Baião.....	57
24_ Síntese de indicadores Baião.....	61
25_ Indicadores do emprego no concelho de Felgueiras.....	63
26_ Indicadores do desemprego no concelho de Felgueiras.....	64
27_ Síntese de indicadores Felgueiras.....	67
28_ Indicadores do emprego no concelho de Lousada.....	69
29_ Indicadores do desemprego no concelho de Lousada.....	70
30_ Síntese de indicadores Lousada.....	74
31_ Indicadores do emprego no concelho de Marco de Canaveses.....	76
32_ Indicadores do desemprego no concelho de Marco de Canaveses.....	77
33_ Síntese de indicadores Marco de Canaveses.....	81
34_ Indicadores do emprego no concelho de Paços de Ferreira.....	83
35_ Indicadores do desemprego no concelho de Paços de Ferreira.....	84
36_ Síntese de indicadores Paços de Ferreira.....	88
37_ Indicadores do emprego no concelho de Paredes.....	90
38_ Indicadores do desemprego no concelho de Paredes.....	91
39_ Síntese de indicadores Paredes.....	95
40_ Indicadores do emprego no concelho de Penafiel.....	97
41_ Indicadores do desemprego no concelho de Penafiel.....	98
42_ Síntese de indicadores Penafiel.....	101
43_ Explicitação dos modos de vida face à pobreza e exclusão.....	106
44_ Tipologia de situações de exclusão e pobreza e a sua inscrição territorial.....	113
45_ Posicionamento dos concelhos face a alguns indicadores.....	114
46_ Síntese das principais características do desemprego e posicionamento dos concelhos em análise *.....	118
47_ Tipologia de situações de exclusão do mercado de trabalho e tendências de evolução.....	119
48_ Síntese das principais características do emprego de baixa qualidade e posicionamento dos concelhos em análise *.....	120
49_ Tipologia de situações de emprego de baixa qualidade e tendências de evolução.....	121
50_ Síntese dos trajectos de inclusão social.....	127
51_ Respostas accionadas e factores críticos de sucesso.....	132
52_ Impactos do (des)emprego nos processos de pobreza e exclusão social.....	136
53_ Número de beneficiários dos programas de emprego, Novembro de 2007.....	144
54_ Instrumentos de política de emprego, formação e inclusão social.....	146
55_ Conceitos e princípios de intervenção de intervenção face à exclusão.....	154
56_ Quadro síntese das pistas estratégicas de enfrentamento.....	170

Índice de Figuras

1_ Eixos centrais do estudo.....	13
2_ Pessoal ao serviço por sector de actividade, 2004.....	33
3_ Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município e por sector de actividade , 2005 (€).....	33
4_ Demplo registado, desemprego feminino e desemprego de longa duração, Janeiro de 2008.....	34
5_ Desempregados segundo o nível de escolaridade, Janeiro de 2008.....	34
6_ Taxa de dependência da população, 2006.....	47
7_ Índice de envelhecimento, 2006.....	47
8_ Total de beneficiários de RSI, por concelho, 2006.....	48
9_ Opções conceptuais e analíticas.....	104
10_ Modos de vida da pobreza em Portugal.....	107
11_ O impacto do desemprego e do emprego de baixa qualidade na pobreza e na exclusão social.....	124
12_ Uma matriz de implicações para os processos de inserção.....	155
13_ O percurso de inserção.....	157
14_ Instrumentos de inserção.....	159
15_ Processos de inserção sócio-profissional - vectores, estratégias e instrumentos.....	160
16_ Associações entre modos de vida face à pobreza e situações de exclusão do mercado de trabalho.....	162
17_ Modos de vida face à pobreza, situações de exclusão do mercado de trabalho e níveis de intervenção.....	163

Nenhum passo no percurso da luta contra a pobreza e a exclusão social poderá ser seguro e compensador se não conhecermos suficientemente bem os objectivos e o caminho que temos de percorrer. Foi com base neste pressuposto que a Rede Europeia Anti-Pobreza /Portugal (REAPN) apresentou à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, e mais concretamente, à medida 1.4 – Valorização e Promoção Regional e Local - do Programa Operacional Norte, o Projecto “O Impacto do (des) emprego na pobreza e exclusão social no Porto-Tâmega – Pistas de Acção Estratégica”, que esteve na base desta publicação.

O projecto, desenvolvido em parceria com as Câmaras Municipais de Amarante, Baião, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, pretendeu, através da realização de um diagnóstico aprofundado, caracterizar as dinâmicas de emprego/desemprego nos oito concelhos do Distrito do Porto integrados na NUT III do Tâmega, e analisar de que forma essas mesmas dinâmicas influenciam directamente as situações de pobreza. Pretendemos também analisar o papel dos diferentes agentes sócio-institucionais nessas dinâmicas de emprego/desemprego e conhecer a sua percepção face aos problemas do desemprego e da pobreza.

Para além de um estudo, este projecto assumiu igualmente a preocupação, e talvez a pretensão, de incluir a formulação de um conjunto de propostas e de linhas orientadoras de acção, no sentido de planear uma estratégia de intervenção concertada dos actores locais, envolvidos no combate à pobreza e exclusão social, situada ao nível do mercado de trabalho, numa perspectiva de desenvolvimento. Ou seja, tratou-se de aprofundar o conhecimento estratégico do tecido social e das dinâmicas de exclusão e pobreza em cada um dos concelhos em análise, mas também apontar caminhos e estratégias, através de uma metodologia de trabalho em rede e do reforço dos processos de cooperação entre os diferentes agentes socio-económicos locais, para o desenvolvimento integrado.

O estudo, que agora se publica, é o resultado de uma conjugação de vontades, interesses e sobretudo de uma parceria efectiva de várias entidades locais, desde logo, as entidades que integraram a Comissão de Acompanhamento do Projecto: as Autarquias Locais, o Centro Distrital de Segurança Social do Porto, a Delegação Regional do Norte do Instituto de Emprego e Formação Profissional; mas também

da Quaternaire Portugal (entidade a quem a REAPN adjudicou a elaboração do estudo) e demais parceiros como a Direcção Regional de Educação do Norte, a Delegação do Norte do Instituto Português da Juventude e a Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas e todas as entidades locais que nos concelhos em análise assumem um papel estratégico de intervenção junto das problemáticas em análise e integraram a Parceria de Desenvolvimento Alargada.

Na verdade, este trabalho não teria sido possível, pelo menos em tão curto espaço de tempo (sensivelmente 11 meses) se não se tivessem agilizado parcerias alargadas, activas e “colaborativas”, agregando actores, públicos e privados, que operam à escala local e regional, nos domínios do (des) emprego e da protecção social, mas também do envolvimento daqueles e daquelas que experimentam ou já experimentaram as condições de desemprego, de emprego precário, de pobreza ou de exclusão social.

Foram muitos aqueles que colaboraram, seria impossível aqui nomeá-los a todos, mas quero aproveitar a oportunidade para agradecer profundamente a todas as instituições e pessoas que se disponibilizaram e prestaram um contributo especial para o bom desenvolvimento deste projecto. Um agradecimento especial também, ao Dr. Jorge Caleiras, que assumiu o papel de perito-relator, pelo empenho e motivação com que orientou, esclareceu e contribuiu para a nossa reflexão.

Espero, que os resultados a que chegámos com este estudo constituam uma mais valia para a intervenção local e regional, sobretudo para aqueles que têm responsabilidade públicas neste domínio de intervenção, e que tenham conseguido dar mais um passo em frente ao nível da descoberta do impacto do desemprego e do emprego de baixa qualidade na pobreza e exclusão social, contribuindo assim para a orientação e definição de novas políticas e para o desenvolvimento da região.

Agora, é fundamental dar o passo seguinte, ou seja, que se procure operacionalizar algumas das acções/propostas aqui elencadas, de forma a garantir respostas mais articuladas e acertadas aos problemas que estão na base dos complexos, multiformes e multidimensionais, processos de exclusão e vulnerabilidade face ao mercado de trabalho.

Pe. Agostinho Jardim Moreira
Presidente da Direcção da REAPN

1. *O objecto de estudo deste trabalho situa-se na análise e interpretação do impacto das situações de desemprego ou de emprego de baixa qualidade no desenho de percursos, trajectórias e modos de vida da exclusão e da pobreza.* A sua novidade prende-se com a consideração particular da participação ou não no mercado de trabalho como vector explicativo fundamental dos processos de exclusão vivenciados neste sub-espço do Tâmega. Esta opção analítica levou à necessidade de medir de facto esse impacto e concretizá-lo em termos de manifestações no terreno, considerando todo o perfil de mudanças sociais e económicas com que se confronta esse território. O reforço desse carácter estratégico do trabalho adveio ainda a necessidade de identificar e enunciar um quadro de pistas estratégicas de enfrentamento face às situações de pobreza e de exclusão identificadas. Integrante do próprio objecto de trabalho e linha metodológica básica foi a consideração permanente e legitimada dos actores locais que têm em mãos, eles próprios, os recursos e estratégias adequados de enfrentamento.

2. *O Estudo remete para uma componente de diagnóstico e uma componente de identificação de pistas estratégicas de intervenção de suporte à acção no domínio da prevenção e combate dos fenómenos de pobreza e exclusão social na sua componente de relações plurais/diversas com o mundo do trabalho,* englobando quer as situações de participação desqualificada nesse mesmo mundo, quer as situações de não participação nesse mesmo mercado. O estudo teve incidência territorial num conjunto de oito concelhos (Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel) integrados na NUT III do Tâmega e pertencentes ao distrito do Porto.

3. Ao longo deste Estudo foi equacionada uma vivência plural face à exclusão e pobreza em virtude das diferentes inserções ou não inserções dos indivíduos face ao mercado de trabalho. *Metodologicamente, essa mesma complexidade do conceito de exclusão e de pobreza é abordada considerando ainda a diversidade dos processos sociais derivados do desemprego ou do emprego de baixa qualidade.* Assim, as opções metodológicas do Estudo, que cruzaram de forma sistemática a perspectiva diacrónica e a sincrónica assim como, procedimentos de investigação quantitativos e extensivos com procedimentos de investigação qualitativos e intensivos, ao longo do desenvolvimento das diferentes fases de prossecução do trabalho (diagnóstico de base; consolidação do diagnóstico; pistas de acção estratégica, respectivamente).

4. Um primeiro elemento de diagnóstico prendeu-se com a identificação e explicitação dos *elementos de proximidade face ao mercado de trabalho* e aqui releva-se a

supremacia dos baixos níveis de qualificação dos activos empregados dos diversos concelhos - com base na situação dos trabalhadores por conta de outrem em 2005 e o facto da estrutura sectorial do emprego ser ainda dominada pela representatividade do sector secundário. A análise das remunerações (indicador: ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem) confirma uma situação dos concelhos claramente desfavorável, constatando-se uma disparidade muito acentuada do ganho médio dos TPCO face à Região Norte. Esta situação condiciona fortemente o nível do rendimento das famílias e do seu poder de compra, justifica a manutenção de um nível ainda significativo de actividades informais, se bem que em regressão, e corrobora a ideia de que o acesso ao emprego, mesmo que estável, não constitui, forçosamente, uma garantia contra as situações de fragilidade face à exclusão social e à pobreza.

5. A análise do desemprego (dados registados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional) mostra a existência de 20.202 desempregados inscritos em Janeiro de 2008 oriundos dos concelhos em análise. A evolução dos desempregados inscritos no período 2004/2008 apresenta tendências diversas: (i) diminuição mais significativa nos concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, (ii) ligeira diminuição no concelho de Felgueiras e (iii) aumento expressivo nos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses. *Em todos os concelhos, o desemprego é maioritariamente feminina*, mas nos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses as mulheres representam mais de 70% dos desempregados inscritos. Estes mesmos concelhos registam também as *taxas mais elevadas de desemprego jovem. O peso dos DLD e dos desempregados muito desqualificados (escolaridade = <6 anos) é também uma característica marcante da estrutura do desemprego registado.*

6. *Pelo prisma das qualificações, evidenciou-se uma situação de desfavorecimento da população residente nos concelhos face à Região Norte* O acesso e frequência da escolaridade obrigatória parece estar genericamente resolvido, mas o mesmo não se passa com o prosseguimento de estudos para o secundário. Os valores da taxa de escolarização neste nível de ensino, com excepção de Amarante, estão bastante aquém das médias verificadas na Região Norte e no território nacional. Refira-se que a informação recolhida no terreno revela que nos anos mais recentes a situação do cumprimento da escolaridade básica e obrigatória, assim como a frequência do ensino secundário, terão sofrido melhorias substanciais, decorrentes do incremento da oferta de cursos de carácter profissional e da menor pressão do tecido empresarial no recrutamento de jovens desqualificados, escolar e profissionalmente. A aposta na qualificação por parte da população em idade activa, nomeadamente no quadro do Programa Novas Oportunidades, é uma realidade marcante na generalidade dos concelhos. Porém, persistem debilidades ao nível das respostas para a população que tradicionalmente está mais afastada dos processos de incremento da qualificação escolar e profissional, nomeadamente as mulheres e os menos qualificados. Neste âmbito, foram sinalizadas no terreno algumas boas práticas de trabalho com os públicos mais desfavorecidos, nomeadamente beneficiários do RSI, mas a sua incidência é ainda pontual.

7. O *modelo social de desenvolvimento* dos concelhos apresenta algumas características importantes, a saber: a importância dos mecanismos da economia subterrânea no papel de combate à pobreza e exclusão – mecanismos compensatórios (em regressão nos últimos anos); o aumento das situações de pobreza, sobretudo de “novos pobres”; a importância do consumo naturalizado e intergeracional de álcool e permeabilidade a modalidades de consumo de substâncias psicoactivas em franco crescimento; a relevância de um contexto de vivência ainda rural mas permeável a consumos urbanos e a situações de (sobre)vivência ligadas à economia informal; a presença de alguns

contextos de vivência marcada por uma certa desintegração e desenraizamento juvenil e presença de manifestações urbanas muito forçadas; o aumento da precarização das famílias (endividamento) e aumento da dependência face às prestações sociais; o crescendo da sinalização de comportamentos de risco associados ao alcoolismo e à toxicod dependência; a presença de uma estruturação familiar de perfil tradicional mas crescentemente confrontada pela transição entre um quadro de filiação tradicional e um quadro de desfiliação marcado designadamente pelo aumento do número de idosos isolados e das famílias monoparentais; a importância dos mecanismos de protecção social e das concretizações no terreno do Estado Providência e consequente fragilização social por via da dependência e diminuição da importância dos mecanismos da sociedade providência. Este conjunto de características foi obtido pelo cruzamento de indicadores quantitativos, tais como, % de beneficiários de RSI em 2006, taxa de cobertura da rede de equipamentos sociais em 2006, índice de dependência da população em 2006, IRS *per capita* em euros em 2005, valor médio anual das pensões por pensionistas em euros em 2006 ou o poder de compra *per capita* em 2005, entre outros com indicadores de natureza qualitativa decorrentes do trabalho de campo.

8. Toda esta analítica permitiu dar corpo à *existência de diversos modos de vida face à pobreza e exclusão existentes em cada concelho, traçando horizontes heurísticos de diversidade e de vivência, permitindo, simultaneamente, a comprovação empírica da complexidade, ambiguidade e pluriiformidade de que se reveste o conceito de exclusão*. Considerando a inscrição territorial dos modos de vida, considera-se que no cômputo dos oito concelhos em análise, o modo de vida equivalente à destituição assume um carácter pontual e prende-se com casos de pobreza instalados no território já há algum tempo. Contrariamente, a restrição enquanto modo de vida face à pobreza e exclusão assume-se como significativa nos concelhos de Baião, Lousada, Marco e Paços de Ferreira fruto de razões diversas, de entre as quais se destaca uma certa fragilização da sociedade providência que faz com que esses indivíduos, ao enfrentarem uma situação de vulnerabilidade, não tenham capacidades como outrora de fazer face a ela, optando por um modo de vida restringido ao indispensável para a sobrevivência quotidiana. A par com a restrição também a transitoriedade assume relevo nesta zona. Este facto prende-se com uma vivência social onde estão representados os apelidados “novos pobres”, isto é, pessoas e famílias que não eram anteriormente pobres, mas que passaram a sê-lo neste tempo e neste espaço.

9. Assim como as vivências de exclusão são pluriformes, também as *situações face ao mercado de trabalho que implicam riscos de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social o são*. No que respeita às situações de exclusão do mercado de trabalho surge, em primeiro lugar, a *inexistência de condições para a entrada no mercado de trabalho*, que está ligada a Indivíduos com problemas de saúde e de justiça e com comportamentos aditivos (toxicod dependência e alcoolismo), mas que não assume um significado muito grande. Seguidamente, também é possível delinear um outro *conjunto de indivíduos que se recusam/desmotivados para a (re)entrada no mercado de trabalho* composto por indivíduos que cristalizam todas as problemáticas de pobreza e exclusão social, regra geral beneficiários do RSI e um agregado significativo de mulheres. Foi ainda identificado um terceiro grupo de indivíduos que *desenvolvem uma procura activa de emprego mas o acesso é condicionado pelo desajustamento entre a procura/ oferta de emprego*, situam-se aqui os desempregados (homens e mulheres) com escalão etário elevado e com experiência nos sectores tradicionais; os jovens com escolaridade média e superior, em áreas de reduzida procura (secundário - cursos gerais, licenciaturas diversas); os jovens com formação específica, p.e. no sector do calçado, com expectativas, nomeadamente de salário, que não correspondem à oferta dominante.

10. Ainda que participando no mercado de trabalho, existe um conjunto de pessoas que também vivenciam situações de exclusão e pobreza, onde podemos inserir o emprego de baixa qualidade. Aqui podemos incluir *o grupo dos empregados que auferem baixos salários*, que é muito significativo, o *emprego precário, associado, em muitos casos, a situações de rotatividade entre emprego/desemprego*, que é relevante e *a participação nos circuitos da economia informal*, que também assume relevância, embora com tendência de regressão.

11. Da confluência e respectiva interpretação destes dados, foi possível aferir, no que concerne especificamente ao impacto do desemprego e do emprego de baixa qualidade na pobreza e na exclusão social, a *importância do volume de rendimentos e sua estrutura na determinação de situações de exclusão e de pobreza, o que indicia de forma clara a importância do desemprego e do emprego de baixa qualidade na inscrição espacial dos referidos processos de exclusão e de pobreza. Aqui está-se não só perante rendimentos provenientes do trabalho, mas também da proteção social e de estratégias de endividamento.*

12. *O nó de causalidade das problemáticas de exclusão e de pobreza presentes e identificadas reside no modelo de desenvolvimento económico da Região, nas suas lógicas e processos de desenvolvimento.* Não obstante assumir-se a importância explicativa do modelo de desenvolvimento económico, existem elementos provenientes da recessão nacional e internacional que têm uma influência importante na evolução das estruturas de distribuição dos rendimentos, gerando situações de diminuição ou carência de desempenho económico nos diferentes indivíduos e grupos domésticos em presença.

13. *Do ponto de vista das pistas de enfrentamento das situações de exclusão por via do desemprego ou do emprego de baixa qualidade* resulta como fundamental a necessidade de uma intervenção diferenciada, articulada ao nível institucional, abrangente e multidimensional, que active os indivíduos não apenas socialmente, mas nas suas competências mais pessoais, mais íntimas de auto-estima e auto-conceito, entretanto devastados. Assim, existe no quadro da identificação das pistas de enfrentamento uma preocupação metodológica e processual inerente aos processos colocados à disposição dos indivíduos para procederem ao enfrentamento de facto das situações de pobreza e de exclusão derivadas do mercado de trabalho. A perspetivação e enunciação das pistas de enfrentamento também se direccionou para a relevância do estabelecimento de parcerias e concertações locais mais eficazes para a integração por via do acesso qualificado ao mercado de trabalho. Aqui, foram avançadas todo um conjunto de considerações que se prendem com a necessidade do estabelecimento de redes institucionais e sectoriais de enfrentamento.

14. Da auscultação dos agentes locais, foi possível identificar as principais linhas de acção em termos de enfrentamento. Estas situam-se no reforço e/ou reactivação da intervenção Rede Social e da sua Plataforma supra concelhia; no incremento/valorização de outros espaços de parcerias e trabalho em rede existentes; o reforço da inserção das problemáticas da inclusão sócio-económica na agenda das organizações locais; no desenvolvimento de organizações e/ou serviços especializados de proximidade às famílias; na adopção de metodologias/ práticas de inserção que contemplem a diversidade de problemas face ao mercado de trabalho; na rentabilização dos instrumentos de apoio disponíveis; a disponibilização de instrumentos de orientação estratégica para a intervenção das organizações; e na capacitação institucional (recursos materiais e humanos). Estas linhas de acção derivam e fundam-se no trabalho de terreno desenvolvido e na consideração de todo um conjunto de opiniões e de percepções dos actores locais envolvidos na realização deste Estudo. ■

O presente estudo pretende constituir-se como um suporte à acção no domínio da prevenção e combate dos fenómenos de pobreza e exclusão social na sua componente de relações plurais com o mundo do trabalho. O estudo tem incidência num conjunto de oito concelhos integrados na NUT III do Tâmega, designadamente Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

Assumindo como ponto de partida a relação fundamental entre inclusão social e inserção no mercado de trabalho, o conhecimento dos efeitos das dinâmicas recentes do emprego e do desemprego na pobreza e exclusão social é aprofundado por forma a projectar-se como instrumento de apoio à actuação local e regional.

Figura 1: Eixos centrais do estudo



Neste sentido, procedeu-se ao aprofundamento do conhecimento estratégico do tecido social e das dinâmicas de exclusão e pobreza em cada um dos concelhos em análise, assim como às suas relações com o mercado de trabalho, tendo-se igualmente assumido a preocupação de incluir esta mesma avaliação à luz de uma perspectiva intermunicipal.

Paralelamente, a identificação e caracterização dos agentes-chave envolvidos na relação complexa entre mercado de trabalho, exclusão e pobreza e seus papéis, representações e perspectivas de intervenção revelaram-se fulcrais e determinantes na compreensão dos fenómenos em análise. As actuais estratégias de intervenção, principais agentes e projectos, parcerias e eventuais práticas inovadoras que pudessem servir como referenciais para o planeamento e organização de um programa de acções inter-concelhio foram igualmente alvo de identificação e análise.

O culminar deste trabalho aprofundado de diagnóstico constitui a formulação de objectivos e de linhas orientadoras de acção no sentido da organização e gestão concertada de uma estratégia de intervenção, incluindo a identificação dos seus principais domínios e das respectivas prioridades a curto/médio e a longo prazo, sendo este um patamar determinante para a mobilização e envolvimento dos actores locais no combate à exclusão situada ao nível do mercado de trabalho.

No que concerne à sua organização interna, o presente documento refere no Ponto 1 os principais vectores de desenvolvimento do Estudo e apresenta de forma discriminada os princípios e o roteiro metodológico que presidiram à operacionalização do trabalho e as actividades realizadas nas suas Fases 1 e 2, incluindo a identificação dos desvios face à programação inicial.

No Ponto 2 encontram-se amplamente desenvolvidos os eixos de caracterização do mercado de trabalho e do tecido social numa dupla perspectiva: o enquadramento geral das temáticas por referência ao conjunto dos concelhos alvo do Estudo e a análise da realidade de cada um dos concelhos.

O Ponto 3 refere-se ao impacto do desemprego e do emprego de baixa qualidade na pobreza e exclusão social com base num exercício de sistematização dos modos de vida face à pobreza e exclusão social e das situações de vulnerabilidade ao nível da participação no mercado de trabalho.

No Ponto 4 apresentam-se os resultados do trabalho realizado junto de indivíduos que protagonizaram trajectórias de inclusão do ponto de vista da sua participação no mercado de trabalho e que foram alvo, na sua maioria, de medidas de apoio ao emprego. A este processo de recolha e tratamento de depoimentos pessoais foi dada a designação de “Narrativas de trajectos de inclusão social”.

A análise das respostas existentes ao nível da activação dos públicos desfavorecidos para o mercado de trabalho e respectiva adaptabilidade às necessidades de intervenção recenseadas é abordada de forma contextualizada no Ponto 5, tendo em conta o resultado do estudo de diagnóstico já consolidado nos concelhos de referência.

No Ponto 6 são enunciadas as pistas de acção estratégicas, objectivo final deste Estudo, tendo em consideração o enquadramento do território em análise, a centralidade dos conceitos de activação e capacitação social e a necessidade de diferenciação das intervenções por forma à sua maior eficácia no terreno.

1 Princípios metodológicos e organização global do estudo

1.1. Conceitos e posicionamentos

É hoje objecto de consenso que os fenómenos da pobreza e da exclusão social se apresentam como multidimensionais e transversais a vários domínios de organização societal, entre os quais as esferas económica, social, cultural e ambiental. Assim, assume-se como necessário, para alcançar níveis de coesão social consistentes, proceder a uma articulação e compatibilização das diversas políticas sectoriais e dos diferentes agentes com intervenção a nível local, regional e nacional.

O Estudo “O impacto do (des)emprego na pobreza e exclusão social na sub-região Porto-Tâmega – pistas de acção estratégicas” radica na perspectivação de que a pobreza é, no presente, vivida e representada como um modo de vida degradante, como sinal de um estigma de que se é portador dentro do quadro da chamada sociedade de abundância que actualmente vivenciamos. Tal entendimento da pobreza é recente, de um ponto de vista histórico, pois em épocas anteriores à Revolução Industrial a sua percepção e vivências eram totalmente diferentes. Esta situação explica-se pelo facto de a definição do ser humano estar cada vez mais estreitamente vinculada à sua condição de “trabalhador” e de “produtor” no quadro da sociedade actual; assim, o facto de não assumir essa posição leva-o a “estar fora” da sociedade e a viver de forma condicionada negativamente no todo social. Tal perspectivação leva a que a percepção e a vivência de situações tidas como de pobreza ou de exclusão social se tornem uma constante no quadro societal actual, levando, assim, à aparição de uma maior sensibilização face a essas problemáticas e, concomitantemente, à necessidade de desenhar intervenções que colmatem essas franjas cada vez mais amplificadas de desintegração social.

Por outro lado, o fenómeno da exclusão social agrega um vasto conjunto de opiniões e a exaustividade que se faz sentir prende-se, muito provavelmente, com a difícil delimitação da sua definição. Sendo um conceito de uso generalizado, não é seguro

afirmar que todos aqueles que hoje o utilizam saibam qual é, de forma clara, o seu significado. Aliás, nem mesmo os especialistas da matéria são unânimes quanto à sua definição (Costa, 2001: 9).

Considerando a tradição da análise social francófona, a exclusão social é representada como uma espécie de negação e/ou de privação dos direitos sociais na medida em que a “sociedade é vista como constituída por direitos e obrigações mútuos e onde a exclusão social é o processo de separação desta ordem moral” (Centeno, 2000: 50). Neste âmbito, “tende a ser excluído todo aquele que é rejeitado de um certo universo simbólico de representações, de um concreto mundo de trocas e de transacções sociais e de espaços apropriados com a marca de distinção de classe” (Fernandes, 1995: 17).

Toda esta complexidade em torno do fenómeno exclusão social leva cada vez mais autores a falar em exclusões sociais, assumindo claramente a pluralidade e complexidade do fenómeno em análise. Com efeito, Bruto da Costa considera cinco tipos de exclusão social: económico, social, cultural, patológico e de comportamentos auto-destrutivos. A exclusão social de tipo económico prende-se, fundamentalmente, com a privação e falta de recursos, originando más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional e emprego precário. A exclusão de tipo social caracteriza-se pelo isolamento, pela falta de auto-suficiência e pela falta de autonomia pessoal, donde se realça a situação dos idosos que vivem na solidão. Relativamente à exclusão de tipo cultural, ela tem a ver com fenómenos como o racismo, a xenofobia ou a difícil integração de ex-reclusos.

No que respeita ao tipo patológico, a exclusão social tem a ver, muitas vezes, com as rupturas familiares, que por sua vez são o resultado de problemas psicológicos ou mentais. Por último, a exclusão por comportamentos auto-destrutivos relaciona-se com a toxicodependência, com o alcoolismo, com a prostituição e fenómenos afins, os quais também têm muitas vezes por detrás problemas de pobreza (Costa, 2001: 21-26).

Assim, e tal como destaca Luís Capucha, estar numa situação de exclusão equivale a ser um “não cidadão”, isto é, um membro da sociedade que não possui os mais básicos direitos de cidadania (Capucha, 2000).

Assim se compreende que um olhar mais atento à própria conceptualização dos conceitos de exclusão e de pobreza nas sociedades contemporâneas e sua aplicação analítica a um território exigem o accionar de todo um conjunto de procedimentos e linhas de abordagem que respeitem a complexidade dos fenómenos em estudo, pois é desse respeito que poderão advir análises rigorosas e, paralelamente, o esboçar de estratégias de intervenção mais adequadas à resolução de diferentes tipos, graus e níveis de desintegração social.

Se se considerar, como no presente Estudo, o impacto de desemprego e do emprego desqualificado na pobreza e exclusão, pode-se aventar todo um conjunto de processos e fenómenos que dilaceram a cidadania dos actores sociais confrontados com essas

situações. Assim, os efeitos do desemprego não se restringem à perda dos rendimentos e do poder de consumo. São também altamente variáveis de acordo com personalidade, sexo, idade, classe, tipo de ocupação anterior, história de vida e nível de desemprego existente na Região ou País. As pessoas desempregadas vivenciam problemas sociais, psicológicos e físicos, dentro de um processo cumulativo e complexo. Do conjunto das consequências psicológicas do desemprego, é possível enumerar a resignação, a auto-estima negativa, o desespero, a vergonha, a apatia, a depressão, a desesperança, a sensação de inutilidade, a perda de objectivo, a passividade, a letargia e a indiferença.

Do conjunto dos complexos processos sociais derivados do desemprego, pode-se apontar, entre outros, a pobreza, a perda de *status*, a perda de disciplina temporal e rotina diária, a desagregação da vida familiar e o recuo na participação comunitária. Portanto, parece por demais evidente a importância do desemprego e do emprego desqualificado no desenho de trajectórias de exclusão marcadas por processos sociais, pessoais e culturais de desfavorecimento.

1.2. Princípios metodológicos

Metodologicamente, alguns elementos de ancoragem explicitados de seguida revelaram-se fulcrais para a compreensão e análise dos fenómenos em causa.

Em primeiro lugar, é imprescindível considerar que as situações e vivências de pobreza e de exclusão social se assumem como um processo dinâmico e em devir permanente, o que equivale a dizer que não se deve adoptar só um ponto de vista de análise sincrónica, tornando-se fundamental uma lógica de abordagem diacrónica. Tal deriva ainda do facto de a exclusão e a pobreza se configurarem, como foi referido anteriormente, como fenómenos multidimensionais e dinâmicos. Ora, coexistem dentro da vivência de exclusão fenómenos sociais diferenciados, tais como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, o estigma, podendo reconfigurar ou não trajectórias de vida alicerçadas numa lógica cumulativa de rupturas sociais.

Toda esta complexidade analítica em torno do fenómeno da exclusão social gera a referência a exclusões sociais, assumindo claramente a pluralidade e a complexidade do fenómeno. Assim, as dimensões da vivência da exclusão podem ser de natureza económica, social, cultural, política e mesmo simbólica, sendo possível que na empiria se agreguem todas as manifestações, uma só ou duas numa mesma trajectória e biografia individual. É também inserida nesta multidimensionalidade do fenómeno da exclusão social, enquanto conjunto de factores interligados que contribuem para a produção do excluído, que se pode considerar a pobreza.

A importância da relação com o mercado de trabalho na determinação de situações de pobreza e de exclusão. Com efeito, e dados os valores e paradigmas em que assenta o funcionamento da nossa sociedade, o estatuto social dos indivíduos e todas as inerências daí advindas derivam do lugar e papel ocupado pelo indivíduo no contexto produtivo. Ter um trabalho é condição fundamental de integração social e de sucesso.

1.3. Procedimentos de investigação

Neste estudo, utilizou-se simultaneamente e de forma articulada procedimentos de investigação qualitativa e intensiva, por um lado e, por outro, procedimentos de análise extensiva e quantitativa, apostando assim na mobilização de um pluralismo técnico-metodológico no sentido de rentabilizar o máximo de informações disponíveis que pudessem dar corpo à complexidade dos fenómenos em análise. Neste contexto, e tendo como objectivo obter informação variada e exaustiva, tornou-se indispensável accionar um processo interactivo em que se fez recurso a uma variedade de técnicas de recolha de dados.

Em conformidade com os princípios gerais estabelecidos, a realização do estudo organizou-se em três grandes fases às quais corresponderam produtos específicos:

Quadro 1: Fases e conteúdos do Estudo

FASES	CONTEÚDOS
DIAGNÓSTICO DE BASE	<ul style="list-style-type: none">• caracterização da dinâmica do emprego/ desemprego no quadro concelhio, interconcelhio e regional;• identificação e caracterização dos processos de pobreza exclusão social;• análise da pluralidade de relações que o emprego/ desemprego assumem no concreto das situações de pobreza e de exclusão e tendências dominantes de evolução na última década;• apresentação e validação de uma tipologia de vivências de exclusão e pobreza e suas inter-relações com o emprego/desemprego;
CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO	<ul style="list-style-type: none">• consolidação e aprofundamento dos conteúdos abordados na Fase 1 e da informação e análise relativa à caracterização de cada concelho relativamente às temáticas em análise;• identificação e caracterização das instituições públicas e privadas intervenientes nos contextos local e regional e das respostas existentes;• aferição do contributo das respostas para a resolução dos problemas existentes, identificação de práticas inovadoras e definição de áreas prioritárias de intervenção;
PISTAS DE ACCÃO ESTRATÉGICAS E BASES DE PROCEDIMENTOS	<ul style="list-style-type: none">• identificação dos principais eixos de orientação da política nacional em matéria de desenvolvimento social, emprego e qualificação;• apresentação, com base nos resultados das fases anteriores, de pistas de acção que suportem planos de intervenção inter-municipal:<ul style="list-style-type: none">• domínios centrais de actuação, metodologias e parceiros e actores

Relativamente à programação inicial do Estudo e dos conteúdos de cada uma das Fases, foi necessário proceder a alguns ajustamentos que decorreram, fundamentalmente, de condicionantes verificadas no trabalho de terreno e que estão devidamente explicitadas adiante no texto.

No âmbito dos procedimentos de análise extensiva e quantitativa, foram amplamente utilizadas fontes de informação estatística, quer na sua forma pura, disponibilizada por instituições idóneas como o Instituto Nacional de Estatística, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, os Quadros de Pessoal do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, quer de forma trabalhada e tratada pela equipa técnica da Quaternaire Portugal.

Relativamente aos procedimentos de recolha de informação qualitativa e intensiva, foram realizadas nos vários concelhos, numa primeira fase do trabalho empírico, *entrevistas aprofundadas com informantes privilegiados*, a saber as Câmaras Municipais, nas pessoas dos seus técnicos e/ou vereadores responsáveis pelas questões do emprego e/ou da acção social, com os Serviços Locais de Acção Social e com os Centros de Emprego. O culminar desta primeira abordagem ao terreno passou pela realização de uma *primeira ronda de Focus group* com instituições relevantes de cada concelho, a desempenhar actividades e/ou valências de alguma forma ligadas às problemáticas deste estudo, identificadas e convidadas pelos municípios parceiros.

Estas entrevistas e *Focus group* foram orientadas sensivelmente pelo mesmo guião e visavam apreender a percepção dos vários agentes relativamente às principais problemáticas de pobreza e exclusão social do respectivo concelho, categorias sociais mais vulneráveis a essas mesmas problemáticas e eventual espacialização desses fenómenos. De igual forma, a caracterização do emprego e do desemprego e a forma como ambos são vivenciados pelas populações concelhias (principais estratégias face ao desemprego, situações de vulnerabilidade e de exclusão face ao mercado de trabalho) foram temas abordados nestes encontros. Por fim, a tipologia de respostas dominantes e principais projectos e parcerias no combate às problemáticas abordadas neste estudo constituíram o terceiro e último grande tema abordado nestas conversas.

As instituições responderam prontamente à solicitação e, de uma maneira geral, todas as entrevistas decorreram num ambiente de total colaboração com os objectivos deste Estudo. A recolha do conjunto das percepções destes interlocutores permitiu aprofundar o conhecimento já sistematizado por via da análise intensiva dos dados estatísticos e, sem dúvida, enriquecer o diagnóstico que constituiu a primeira fase de estudo.

A segunda fase do estudo foi marcada, em termos metodológicos, por dois procedimentos distintos: a segunda ronda de *Focus group* nos vários concelhos e as Narrativas de Trajectos de Inclusão Social.

O *segundo Focus group* realizado em cada concelho reuniu numa mesma sessão de trabalho, desta vez, todas as instituições já convidadas no primeiro *Focus group*, os representantes das Câmaras Municipais e dos Serviços Locais de Acção Social e ainda

outras instituições que anteriormente não tinham sido ainda contactadas pela equipa da Quaternaire Portugal. Esta selecção de instituições foi realizada de forma conjunta pelas equipas das autarquias envolvidas neste projecto, pela REAPN (por via da participação das várias entidades nas reuniões de monitorização) e pela Quaternaire Portugal. Os Centros de Emprego foram igualmente convidados a participar nestas sessões, de acordo com as datas agendadas e respectiva disponibilidade (já que dois deles têm uma área de abrangência de vários concelhos). No total, pretendeu-se reunir cerca de doze pessoas nestes encontros, que tiveram por objectivo principal a devolução pela equipa da Quaternaire Portugal do diagnóstico realizado até ao momento em cada concelho, a sua validação e uma reflexão participada sobre a tipologia de respostas mais adequada à diversidade de situações de vulnerabilidade e exclusão face ao mercado de trabalho encontrada em cada concelho. As sessões foram bastante participadas e, conseqüentemente, produtivas e importantes para a mobilização e envolvimento dos agentes em iniciativas futuras.

As denominadas *Narrativas de Trajectos de Inclusão Social* consistiram na entrevista aprofundada a 16 indivíduos, 2 em cada concelho, com vista à identificação da sua história de vida no que concerne ao relacionamento com o mercado de trabalho, respectivos constrangimentos e factores críticos de inclusão. Com esta técnica de recolha de informação pretendeu-se aprofundar o conhecimento sobre trajectórias de vida pautadas pelo sucesso da (re)integração socioprofissional, nomeadamente sobre os factores críticos desse sucesso, internos e externos ao indivíduo, adequabilidade e replicabilidade das respostas existentes enquanto medidas activas de (re)inserção profissional e impactos destes processos nas múltiplas esferas da vida dos indivíduos.

Assim, foi solicitado aos agentes interlocutores neste estudo – Câmaras Municipais e entidades participantes nos *Focus group* – a identificação de casos de sucesso em termos de (re)integração profissional por via de diversas medidas activas de emprego, como por exemplo a formação profissional e/ou de dupla certificação, os POC, as empresas de inserção, entre outros.

De entre os casos identificados, procurou-se escolher a maior diversidade de situações possível, quer de partida (características sociodemográficas como o sexo e a idade, escolaridade e trajectória de exclusão face ao mercado de trabalho), quer no que se refere à tipologia de resposta accionada, quer à situação profissional de chegada (empresário, trabalhador por conta de outrem a termo, sem termo, POC). O universo de 16 indivíduos não pretendeu ser representativo nem da realidade de cada concelho nem da região em si, mas sim ilustrativo de algumas das tipologias de pobreza e exclusão associadas à (má) relação com o mercado de trabalho características deste território.

Após este trabalho de identificação e recolha de possíveis entrevistados, os 16 casos seleccionados são apresentados na tabela seguinte.

Quadro 2: Narrativas de trajectos de inclusão social

Sexo	Idade	Situação de partida	Tipo de intervenção	Situação actual
Feminino	26	Desemprego, RSI	Protocolo RSI	Trabalha numa IPSS ao abrigo do Protocolo do RSI
Feminino	42	DLD	Curso EFA	Trabalha numa IPSS e está efectiva
Masculino	31	Baixa escolaridade Desemprego	POC	Funcionário da autarquia
Feminino	40	Desemprego, RSI Alcoolismo Familia monoparental	Intervenção da CPCJ Desintoxicação POC	POC
Feminino	20	Baixa escolaridade	Curso de formação	Trabalha numa IPSS
Masculino	41	Toxicod dependência	Programa Vida Emprego	POC
Masculino	37	Toxicod dependência	Desintoxicação CPCJ	Trabalha numa empresa de construção civil
Masculino	52	Desemprego	CPCJ	Trabalha numa empresa de construção civil
Feminino	38	Desemprego, RSI		Trabalha numa pequena empresa de hotelaria
Feminino	42	DLD, RSI	Integração numa empresa de inserção	Trabalha numa empresa de inserção e está efectiva
Masculino	57	Baixa escolaridade	Ensino Recorrente	Ascendeu na categoria profissional e assume funções de chefia
Feminino	53	Reforma por invalidez	Microcrédito	Proprietária de um estabelecimento de restauração
Feminino	49	DLD	POC	Trabalha numa IPSS
Feminino	28	Desemprego	POC	Trabalha numa IPSS
Feminino	21	DLD, RSI	POC	POC
Feminino	36	Desemprego	POC	Trabalha numa IPSS

É imprescindível salientar a importância dos agentes locais e do seu envolvimento na actualização do diagnóstico, na validação das propostas e na dinamização de redes de concertação, capitalizando a informação e conhecimentos acumulados nos territórios em análise. É dentro deste quadro de envolvimento e activação de parcerias que emergem as redes de apoio social integrado ao nível local, redes essas que contribuem decisivamente para a implementação de meios, a conjugação de esforços, a optimização das respostas existentes a nível local e a inovação.

1.4. Situação final dos trabalhos: um quadro operativo

O quadro seguinte sistematiza as actividades desenvolvidas e os seus objectivos e identifica os desvios face à programação inicial do Estudo.

Quadro 3: Actividades realizadas nas Fases 1 e 2 do Estudo

Reuniões com REAPN
Objectivos
<ul style="list-style-type: none">● Regulação global do desenvolvimento do estudo e monitorização das actividades realizadas.● Apoio na resolução de situações-problema no contacto com as organizações e na recolha de informação.
Reuniões com Parceria de Desenvolvimento e Comissão de Acompanhamento
Objectivos
<ul style="list-style-type: none">● Informação sobre as diversas dimensões do estudo.● Auscultação quanto às actividades realizadas e sua forma de organização.● Recolha de contributos para as diversas dimensões do estudo.
Reuniões apresentação projecto
Objectivos
<ul style="list-style-type: none">● Divulgação do estudo e suas formas de organização.● Mobilização dos agentes para as actividades de terreno a realizar.● Recolha de contributos para as diversas dimensões do estudo.
Recolha e análise informação estatística e documental
Objectivos
<ul style="list-style-type: none">● Recolha de informação estatística de base para caracterização actual e tendências recentes do mercado de trabalho e das problemáticas de exclusão e pobreza.● Sistematização do conhecimento dos actores locais quanto às problemáticas da exclusão social e pobreza e do mercado de trabalho.
Entrevistas a informantes privilegiados
Objectivos
<ul style="list-style-type: none">● Recolha de informação e opinião quanto aos seguintes aspectos:<ul style="list-style-type: none">- Problemas de exclusão e pobreza – categorias sociais mais vulneráveis, contextos espaciais da exclusão, relevância, tendências de evolução e tipo de respostas.- Características e dinâmicas do mercado de trabalho – estrutura sectorial, qualidade do emprego, situações e factores de vulnerabilidade, evolução do desemprego, estrutura e características do desemprego.- Tipologia de situações face ao mercado de trabalho.- Respostas, organizações e projectos – identificação dos aspectos mais relevantes, grau de adequação das respostas e despistagem de casos de boas práticas.

Focus-group 1

Objectivos

- Recolha de informação e opinião quanto aos seguintes aspectos:
 - Problemas de exclusão e pobreza – categorias sociais mais vulneráveis, contextos espaciais da exclusão, relevância, tendências de evolução e tipo de respostas.
 - Características e dinâmicas do mercado de trabalho – estrutura sectorial, qualidade do emprego, situações e factores de vulnerabilidade, evolução do desemprego, estrutura e características do desemprego.
 - Tipologia de situações face ao mercado de trabalho.
 - Respostas, organizações e projectos – identificação dos aspectos mais relevantes, grau de adequação das respostas e despistagem de casos

Focus-group 2

Objectivos

- Apresentação do diagnóstico realizado pela equipa da Quaternaire Portugal às entidades que nele participaram no sentido da sua validação e aprofundamento.
- Promoção de um momento de trabalho através da reflexão conjunta sobre a tipologia de respostas existentes no combate às problemáticas identificadas.

Focus-group 3

Objectivos

- Apresentação de uma síntese das principais conclusões e resultados do trabalho realizado pela equipa da Quaternaire Portugal às entidades que nele participaram.
- Promoção de um momento de reflexão conjunta sobre as pistas para uma estratégia de acção a desenvolver nos municípios com vista à intervenção sobre os problemas diagnosticados.
- Envolvimento das instituições locais no aprofundamento das propostas apresentadas.

Entrevistas a indivíduos

Objectivos: Recolha de informação e opinião quanto aos seguintes aspectos.

Crítérios de selecção dos indivíduos:

- Distribuição por concelho de origem, sexo, idade e situação de partida (exclusão e inexistência de condições para a entrada no mercado de trabalho; recusa/desmotivação face à entrada no mercado de trabalho; informalidade/subterraneidade e circuitos de economia informal; precariedade/ rotatividade entre emprego e desemprego; desemprego após longo período de permanência no “mundo do trabalho”; inserção e condições vulneráveis de permanência no mundo do trabalho)
- Tipo e data de intervenção (actuação em matéria de saúde, justiça e/ou condições básicas de integração social, pré-formação, formação profissional, formação dupla certificação, inserção temporária no mercado de trabalho, criação do próprio emprego, ...) e situação actual.
- Tópicos do guião de entrevista:
 - Caracterização sociográfica do indivíduo.
 - Trajectória familiar e modos de vida (situações de pobreza, exclusão e desqualificação social).
 - Trajectória escolar/formativa.
 - Entrada para o mundo do trabalho e percursos de inserção.
 - Condições, contextos, actores e determinantes de exclusão e de pobreza e dinâmicas de emprego/desemprego.
 - Experiência de mudança e de ruptura com a trajectória de desemprego=exclusão.
 - Modos de activação.
 - Descrição do modo de vida actual.

2 Principais eixos de caracterização social e do mercado de trabalho

Neste ponto traçam-se as principais linhas de caracterização analítica do território do ponto de vista das suas características económicas e sociais e respectiva vulnerabilidade a situações de pobreza e de exclusão, tendo em vista a identificação das referidas vulnerabilidades à escala concelhia e à escala inter concelhia.

Este exercício justifica-se pela complexidade de que se revestem os processos e mecanismos de exclusão social e pobreza e pelo facto de se inscreverem territorialmente de forma específica, possibilitando assim o traçar de um retrato empírico mais adequado à natureza dos fenómenos em análise.

2.1. Uma leitura de enquadramento

2.1.1. Mercado de trabalho

Este ponto é dedicado à apresentação das principais características e evoluções do mercado de trabalho dos concelhos em análise. A abordagem à temática do emprego e do desemprego baseia-se num conjunto de indicadores de informação estatística, o mais actualizado possível, e na percepção e informação dos agentes contactados no trabalho de terreno.

Numa perspectiva de apreciação global da situação e da evolução recente do mercado de trabalho, os concelhos em análise apresentam-se como sendo relativamente homogéneos no que respeita ao comportamento dos indicadores demográficos e dos indicadores relativos às características e qualidade do emprego.

A caracterização dos concelhos no que respeita ao mercado de trabalho é feita em

relação ao território nacional e à Região Norte e em termos situacionais.

Em termos demográficos, os concelhos em análise revelam uma dinâmica de crescimento populacional que globalmente é superior à Região Norte. A dissonância mais marcante é protagonizada por Baião (o único concelho com taxa de variação negativa da população residente nos períodos 1991/2001 e 2001/2006). Penafiel apresenta também alguma divergência face à tendência global dos concelhos, dado que a sua dinâmica de crescimento populacional no período 2001/ 2006 é inferior à Região Norte.

A estrutura etária da população dos concelhos em análise, em 2005, é marcada pela maior representatividade dos escalões etários mais jovens, comparativamente à realidade da Região Norte, mas Baião destoa desta tendência geral na medida em que apresenta uma menor representatividade dos mais jovens e um peso mais significativo dos mais velhos.

Quadro 4: Indicadores-chave de caracterização do mercado de trabalho

Indicadores	Região Norte	Amarante	Baião	Felgueiras	Lousada	Marco de Canaveses	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel
População Residente - 2006	3.744.341	61.471	21.152	58.922	47.130	54.733	55.692	86.539	72.129
Taxa Var. População Residente - 1991/2001 (%)	6,2	6,3	-0,4	17,2	17,0	8,9	19,9	14,2	4,9
Taxa Var. População Residente - 2001/2006 (%)	1,5	3,1	-5,4	2,3	5,4	4,4	5,1	3,8	0,5
0-14	16,1	17,5	16,8	19,8	20,5	19,3	20,2	19,5	19,3
15-24	12,9	14,5	14,2	14,8	14,6	14,4	13,7	14,0	14,6
25-64	55,9	54,4	52,1	54,6	55,0	54,4	56,3	56,6	55,0
>=65	15,0	13,5	16,9	10,8	10,0	11,8	9,8	9,9	11,2
Pessoal ao serviço, 2004	1.006.967	12.177	3.350	21.879	12.875	13.877	17.305	20.532	19.550
Primário	0,9	1,3	2,2	0,5	0,5	0,8	0,2	0,3	0,9
Secundário	54,1	61,7	72,2	79,6	79,3	76,1	72,0	70,4	72,1
Terciário	45,0	37,0	25,6	19,9	20,2	23,1	27,8	29,3	27,0
TPCO, 2005 (*)	741.827	8.846	2.300	15.180	8.804	9.483	11.891	13.090	13.495
baixa (**)	54,3	64,2	69,7	74,1	71,9	73,1	74,1	68,9	65,0
média (**)	36,1	27,6	26,2	22,5	24,5	22,7	23,2	25,8	28,1
alta (**)	9,6	8,2	4,1	3,4	3,6	4,3	2,7	5,4	6,9
Total	785,2	692,7	581,5	587,2	570,1	613,0	553,1	611,1	691,5
Ganho médio mensal dos TPCCO nos estabelecimentos por município, por sector de actividade, 2005 (€)									
Primário	557,1	487,3	468,0	471,3	509,2	465,0	455,3	565,5	492,5
Secundário	712,3	647,7	566,2	554,0	552,2	593,9	509,2	541,5	629,7
Terciário	864,9	763,1	618,2	702,5	631,9	666,2	654,5	730,4	811,3

Notas: * O total inclui trabalhadores com nível de habilitação desconhecido; (**) Baixa qualificação (TCO com habilitação igual ou inferior ao 2ºCEB); Média qualificação (TCO com 3ºCEB e Secundário); alta qualificação (TCO com Ens. Superior)

Comparação com a Região Norte

melhor	similar	piores	multo pior
--------	---------	--------	------------

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001; INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2006; Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Quadros de Pessoal, 2004

A análise da qualificação da população activa – com base na situação dos trabalhadores por conta de outrem em 2005 – confirma a tendência de homogeneidade dos concelhos, isto é, uma clara supremacia dos níveis de baixa qualificação (= < 2º ciclo) em todos os concelhos, claramente superior à tendência da Região Norte; em alguns casos, a baixa qualificação atinge mais de 70% dos trabalhadores por conta de outrem.

A estrutura sectorial do emprego é dominada em 2004 pela forte representatividade do sector secundário; o concelho de Amarante é aquele que apresenta uma distribuição sectorial mais próxima da Região Norte, mas ainda assim distante da realidade regional – neste concelho o emprego industrial é superior a 60%, e o emprego no terciário (37%) está distante do valor de referência da Região Norte (45%).

A análise das remunerações realizada com base no indicador ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem (TPCO) confirma a tendência de uma situação destes concelhos claramente desfavorável face à realidade regional. Consta-se uma disparidade muito acentuada do ganho médio dos TPCO face à Região Norte e, neste cenário global, Baião, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira destacam-se como os concelhos que apresentam os piores indicadores.

Esta situação terá certamente implicações ao nível do rendimento das famílias e do seu poder de compra e, seguramente, ajuda a compreender o elevado nível das actividades informais que de forma recorrente foi referido pelos interlocutores contactados no trabalho de terreno. Por outro lado, os baixos rendimentos auferidos no mundo do trabalho remetem para a ideia de que o acesso ao emprego não constitui, forçosamente, uma garantia contra as situações de fragilidade face à exclusão social e à pobreza.

A análise do desemprego baseia-se nos dados registados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Para além da comparação territorial, integrou-se também a análise das tendências de evolução do desemprego tomando como referência dois períodos: Dezembro de 2004 e Janeiro de 2008.

No cômputo geral, os desempregados inscritos em Janeiro de 2008 oriundos dos concelhos em análise ascendiam a 20.202 indivíduos. A evolução do desemprego nos diversos concelhos, no período 2004/2008, apresenta as seguintes tendências:

- ▶ Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel registam uma diminuição dos desempregados inscritos à custa, fundamentalmente, da redução do desemprego jovem e do desemprego de longa duração;
- ▶ nos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses o desemprego agrava-se neste período, com um crescimento muito forte do desemprego feminino e do desemprego de longa duração (DLD);
- ▶ Felgueiras assiste neste período a uma ligeira diminuição do número de desempregados inscritos.

Em todos os concelhos o desemprego é fundamentalmente feminino, mas também neste caso são evidentes as diferenças entre os concelhos:

- ▶ nos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses as mulheres representam mais de 70% dos desempregados inscritos, muito próximo dos 80% no caso de Baião;
- ▶ nos concelhos de Felgueiras, Paredes e Penafiel a representatividade das mulheres no desemprego é inferior - entre 62% e 68% -, enquanto que os restantes concelhos apresentam a melhor situação quanto ao desemprego feminino - entre os 54% e os 56% do total do desemprego registado.

Regista-se uma tendência global de redução do desemprego jovem, particularmente significativa em Amarante e Paredes. Contudo, é nos concelhos que apresentam uma tendência de crescimento do desemprego (Amarante, Baião, e Marco de Canaveses) que se registam as taxas mais elevadas de desemprego jovem (entre 40% a 45%). Penafiel junta-se a este grupo com uma taxa de desemprego jovem de 44%.

Quadro 5: Síntese das tendências de evolução do desemprego e desemprego registado em Janeiro 2008 – IEFP

	Nº desempregados	DLD	Mulheres	Situação 1º emprego	Grupo			Escolaridade			
					<25-34	35-54	55	Mto. desqualificado	3º ciclo	Secund.	Superior
Região Norte	175.448	48%	61%	10%	35%	44%	21%	61%	16%	15%	9%
Amarante	3.460	49%	73%	18%	40%	45%	15%	67%	13%	14%	6%
Baião	1.432	53%	80%	22%	45%	42%	13%	69%	18%	10%	4%
Felgueiras	3.944	56%	62%	13%	36%	45%	19%	69%	11%	14%	6%
Lousada	1.415	46%	56%	10%	34%	42%	24%	69%	14%	11%	6%
Marco de Canaveses	2.478	49%	73%	15%	43%	40%	17%	68%	14%	13%	5%
Paços de Ferreira	1.956	46%	54%	6%	30%	47%	23%	77%	9%	9%	5%
Paredes	3.173	45%	65%	10%	38%	44%	18%	66%	15%	13%	6%
Penafiel	2.344	42%	68%	14%	44%	38%	18%	58%	18%	16%	8%

Força Aumento	Aumento	Manutenção	Diminuição	Forte Diminuição
---------------	---------	------------	------------	------------------

Evolução Dez. 2004/ Jan. 2008

Fonte: IEFP, Desemprego Registado por Concelhos - Estatísticas Mensais, Dezembro 2004 e Janeiro 2008

O peso dos DLD e dos desempregados muito desqualificados (escolaridade ≤ 6 anos) no cômputo geral dos desempregados inscritos é também uma característica marcante da estrutura do desemprego, destacando-se a este nível as seguintes situações:

- ▶ a relevância do DLD nos concelhos de Amarante, Baião, Felgueiras e Marco de Canaveses;
- ▶ a relevância do desemprego muito desqualificado em Paços de Ferreira (77%) e a melhor situação a este nível registada em Penafiel (58%).

A realidade do desemprego nos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses revela a incapacidade de reposição dos postos de trabalho destruídos por via, fundamentalmente, do encerramento das fábricas de têxteis e vestuário. A informação recolhida no terreno relativamente às estratégias de combate ao desemprego revela que a emigração, nomeadamente temporária, tem constituído uma importante resposta à situação de desemprego, sobretudo para os homens, na área da construção civil. Aliás, sem este movimento de saída para o mercado de trabalho no estrangeiro a dimensão do desemprego seria muito superior.

As condições destes concelhos para a recuperação dos postos de trabalho perdidos são muito frágeis. Por um lado, parece não estar ainda esgotado o movimento de encerramento de unidades industriais e a própria administração pública poderá contribuir para o aumento do número de desempregados. Por outro lado, a dinâmica empresarial local é frágil e são escassas as perspectivas de criação substancial de novos postos de trabalho.

Nos restantes concelhos, a dinâmica empresarial tem conseguido repor uma parte dos postos de trabalho perdidos, mantendo-se numa certa escala um movimento regular de encerramento/ criação de empresas nos sectores do calçado, do têxtil e do mobiliário.

Outras dinâmicas têm também contribuído para conservar o movimento no mercado de trabalho local: alguns projectos de carácter mais estrutural – p.e. instalação de multinacionais e o crescimento das zonas industriais –, a manutenção da importância do sector da construção civil, a instalação de grandes superfícies comerciais e o reforço da diversificação da actividade económica, nomeadamente a restauração e o turismo. Por outro lado, mantém-se a presença dos circuitos da economia informal na actividade empresarial e no emprego destes concelhos; apesar da tendência de redução, continuam a penetrar de forma transversal nos diversos sectores da actividade económica local, nomeadamente no mobiliário, na construção e nas confecções.

Os indicadores disponíveis relativos à constituição e dissolução de sociedades revelam que a extinção de sociedades decaiu de forma significativa em 2006, em todos os concelhos, indiciando o abrandamento do movimento de encerramento de empresas e de libertação de mão-de-obra. Refira-se que a taxa de constituição de sociedades mantém ao longo dos anos de 2003/2005 uma dinâmica que não é desprezável.

Os valores relativos à constituição de sociedades em 2006 indicam a dinâmica do sector terciário – 55% das empresas criadas, em particular nos concelhos de Paredes, Paços de Ferreira e Felgueiras –, a importância da indústria – sendo de referenciar as 62 empresas criadas em Felgueiras – e, finalmente, a importância da construção civil e a sua distribuição pelos diversos concelhos, excepto em Paços de Ferreira e Baião.

Quadro 6: Indicadores constituição/ dissolução de sociedades

	Taxa de Constituição de Sociedades (%)			Taxa de Dissolução de Sociedades (%)			
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2006
Amarante	7,9	5,7	5,2	3,0	6,1	5,9	2,5
Baião	5,9	6,5	8,3	2,1	4,6	5,8	2,3
Felgueiras	6,0	5,6	6,2	3,2	5,1	5,9	2,5
Lousada	6,0	5,6	4,6	4,6	5,3	6,2	2,1
Marco de Canaveses	7,0	6,3	6,2	4,0	5,2	6,4	3,4
Paços de Ferreira	7,8	6,5	6,5	5,3	4,5	3,6	2,2
Paredes	6,8	6,4	6,1	4,0	5,2	4,8	2,1
Penafiel	6,5	5,7	4,7	3,0	4,9	5,2	2,1

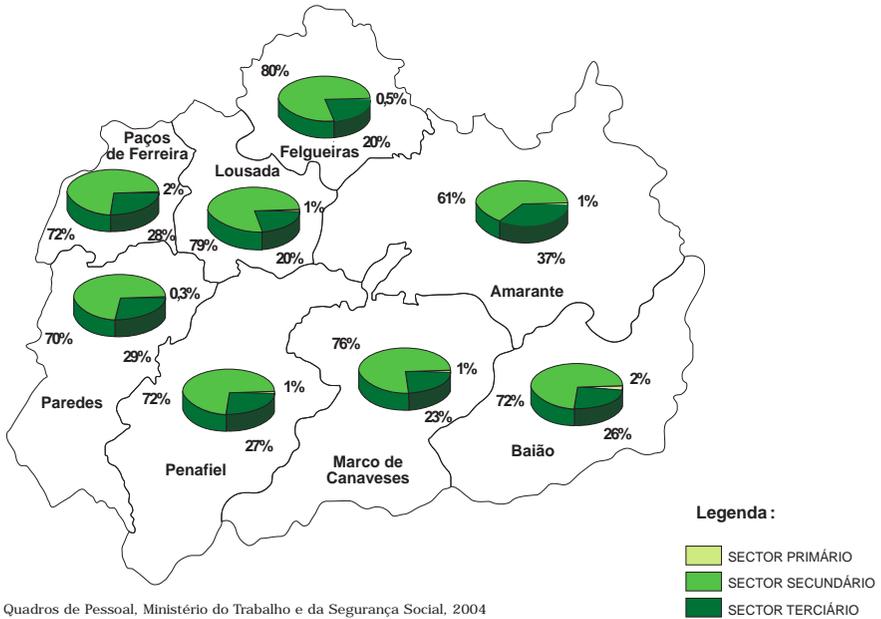
Nota: Taxa de constituição de sociedades: Número de sociedades constituídas / número total de sociedades x 100; Taxa de dissolução de sociedades: Número de sociedades dissolvidas / número total de sociedades existentes no ano anterior x 100
 Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2003, 2004, 2005 e 2006 (Ministério da Justiça);
 Tratamento: Quatenaire Portugal

Quadro 7: Constituição e dissolução de sociedades por município, 2006

	Sociedades constituídas (Nº)					Total CAE sector terciário	Sociedades dissolvidas (Nº)
	Total CAE sector primário	C – Ind. Extractivas	D – Ind. Transf.	E – Electric., Gás e Água	F – Construção		
Amarante	5	0	12	0	36	70	43
Baião	0	0	1	0	15	13	11
Felgueiras	1	0	62	0	21	82	52
Lousada	0	0	23	1	24	33	28
Marco de Canaveses	0	3	8	0	36	42	54
Paços de Ferreira	0	1	33	0	4	84	38
Paredes	0	0	37	0	21	103	50
Penafiel	2	2	15	0	36	61	-

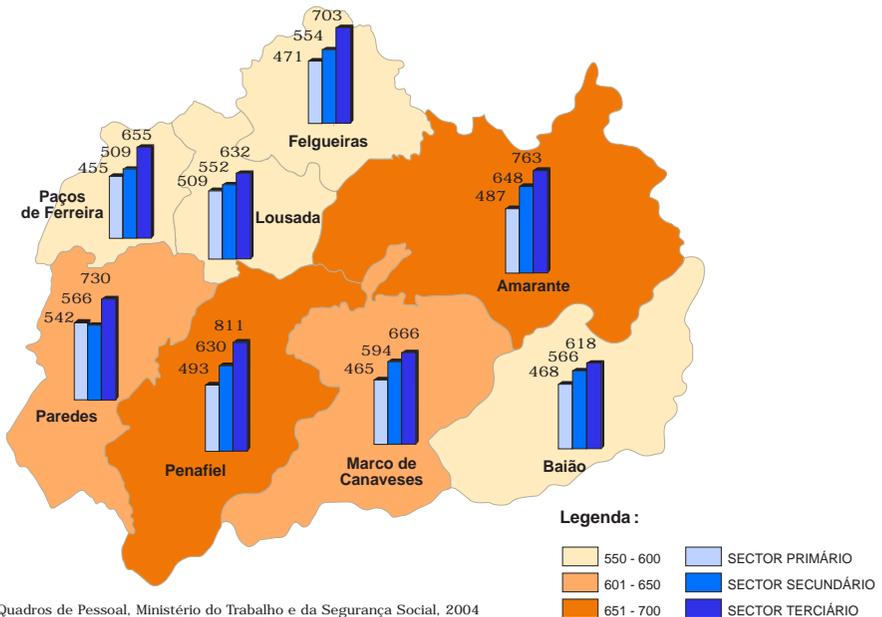
Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2003, 2004, 2005 e 2006 (Ministério da Justiça);
 Tratamento: Quatenaire Portugal

Figura 2: Pessoal ao serviço por sector de actividade, 2004



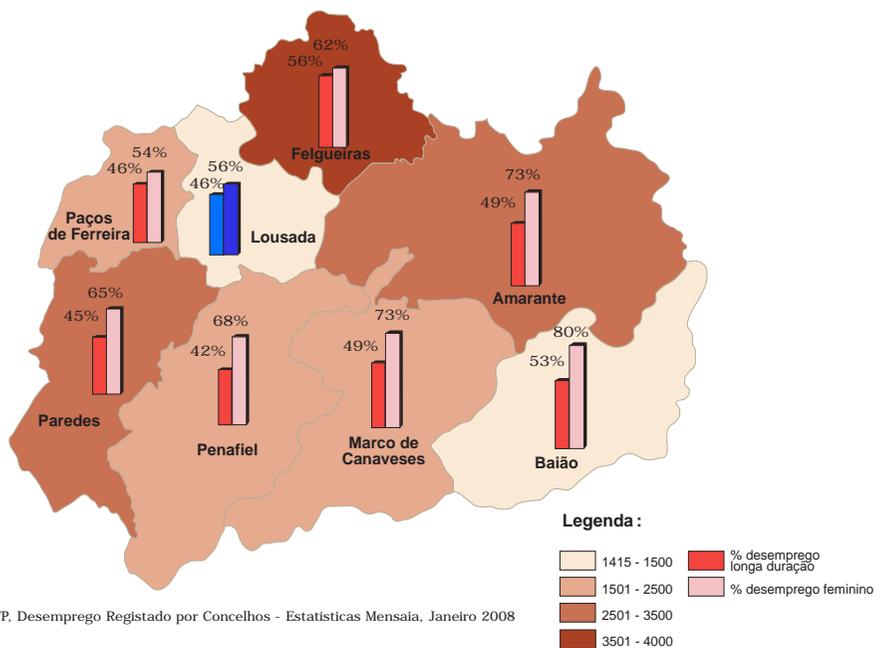
Fonte: Quadros de Pessoal, Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2004

Figura 3: Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município e por sector de actividade, 2005 (€)



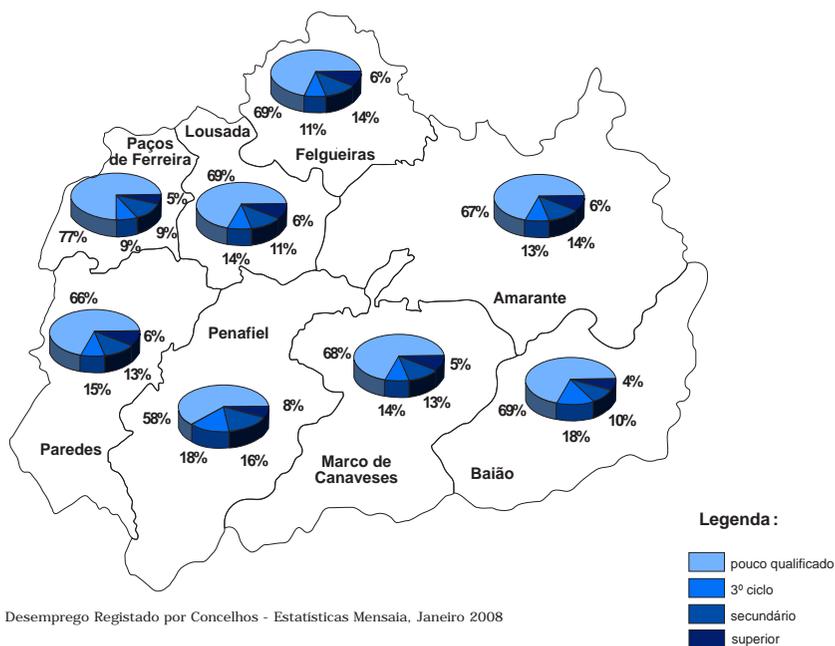
Fonte: Quadros de Pessoal, Ministério do Trabalho e da Segurança Social, 2004

Figura 4: Desemprego registado, desemprego feminino e desemprego de longa duração, Janeiro de 2008



Fonte: IEFP, Desemprego Registado por Concelhos - Estatísticas Mensaia, Janeiro 2008

Figura 5: Desempregados segundo o nível de escolaridade, Janeiro de 2008



Fonte: IEFP, Desemprego Registado por Concelhos - Estatísticas Mensaia, Janeiro 2008

2.1.2. Qualificações

Além da análise das principais características do mercado de trabalho dos concelhos em estudo, importa analisar a situação global e a evolução recente no que respeita às qualificações, recorrendo para tal aos dados de informação estatística actualmente disponíveis e integrando a opinião e informação recolhidas no trabalho de terreno.

O nível de escolaridade da população em 2001 revela, quando comparado com a Região Norte, uma situação gravosa para todos os concelhos em análise – a representatividade dos níveis mais elevados de escolaridade (secundário e superior) é francamente inferior à média registada na Região Norte e em território nacional. Os dados mais recentes da escolaridade revelam uma situação mais positiva e uma maior aproximação à realidade regional. Contudo, a evolução registada incide, sobretudo, nos escalões etários mais jovens, mantendo-se uma larga faixa da população activa com indicadores de escolarização muito desfavoráveis.

Quadro 8: Indicadores-chave de caracterização das qualificações

	Região Norte										
	Portugal	Amarante	Baião	Felgueiras	Lousada	Marco de Canaveses	Paços de Ferreira	Paredes	Penafiel		
Distribuição População segundo Nível Instrução (%), 2001	Nenhum	14,3	14,0	17,1	21,3	15,9	15,6	16,2	13,6	13,8	15,2
	1º ciclo	35,1	37,6	43,2	46,7	43,6	42,9	44,1	43,9	42,5	41,9
	2º ciclo	12,6	15,1	14,9	15,0	19,2	20,8	19,0	20,7	19,1	19,1
	3º ciclo	10,9	10,7	9,3	8,3	10,0	10,6	9,2	10,0	10,4	10,9
	Secundário	15,7	13,0	9,5	5,9	7,4	6,5	7,7	7,6	9,4	8,3
Médio /Superior	11,5	9,5	6,0	2,8	3,9	3,5	3,9	4,1	4,1	4,8	4,6
Taxa de abandono escolar (%), 2001	2,7	-	4,9	6,3	4,5	6,6	8,3	7,3	6,4	6,4	5,7
Taxa de saída antecipada da escola (%), 2001	24,6	-	44,7	52,3	54,8	56,5	52,5	55,7	47,9	47,9	48,4
Taxa de Pré-escolarização (%), 2005-2006	78,6	75,6	65,1	54,4	54,5	64,5	82	58,7	59,9	59,9	74,3
Taxa de escolarização ensino básico (%), 2005-2006	116,6	114,2	111,6	113,2	117,7	107,9	111,8	110,2	106,8	111,7	111,7
Taxa de escolarização ensino secundário (%), 2005-2006	99,5	87,3	85,4	49,1	69,7	54,2	55,2	59,2	45,6	58,6	58,6
Taxa de retenção e desistência no 3º CEB regular (%), 2005-2006	19,2	19,2	12	21,9	19,2	24	22,7	21,3	24,9	16,9	16,9
Taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular total (%), 2005-2006	68,9	70,9	64	62,6	78,6	61,9	72,1	69,8	69,8	69,8	68,8

Taxa de abandono escolar: mede o número de indivíduos do escalão etário (10-15 anos) que, não tendo concluído o ensino obrigatório (3º ciclo do ensino básico), não se encontravam a frequentar o ensino, por 100 indivíduos do mesmo grupo etário.
 Taxa de saída antecipada: mede o número de indivíduos no escalão etário (18-24 anos) que não tendo concluído o 3º ciclo do ensino básico (ensino obrigatório) não se encontravam a frequentar o ensino, por 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

Taxa de escolarização: relação percentual entre o número total de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade) e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos
 Taxa de retenção e desistência: relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo.
 Taxa de transição/conclusão: relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano lectivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados, nesse ano lectivo.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 2001; INE, Anuário estatístico regional, 2006

Amarante, Paredes e Penafiel apresentavam, em 2001, uma situação relativamente favorável face aos outros concelhos em estudo, mas ainda assim longe dos valores registados na Região Norte e no Continente. Em contrapartida, no concelho de Baião encontrava-se a situação mais grave em termos de baixas qualificações.

A análise da taxa de abandono escolar indica que, em 2001, nos oito concelhos do Tâmega em estudo o indicador ultrapassa a média nacional, variando entre os 4,5% em Felgueiras e os 8,3% no Marco de Canaveses. Ou seja, para além da diferença face à situação nacional é necessário ter em consideração a diversidade de situações na região. No mesmo ano, relativamente à taxa de saída antecipada, a situação agrava-se bastante nos concelhos em análise e este indicador apresenta valores entre os 44,7% de Amarante e os 56,5% de Lousada.

Os indicadores mais recentes relativos à escolarização dos jovens revelam melhorias ao nível da qualificação dos jovens, mas mantém-se uma situação genérica de desfavor relativamente à dinâmica regional e nacional e, essencialmente, a manutenção da diversidade de situações inter-concelhos.

No que respeita ao ensino básico, as taxas de escolarização em 2005-2006 nos concelhos em análise aproximam-se da média da Região Norte e de Portugal e indiciam o cumprimento generalizado da escolaridade universal, básica e obrigatória, embora os percursos escolares apresentem níveis de insucesso que comportam importantes riscos de desistência e desmotivação no prosseguimento de estudos.

Se analisarmos a taxa de retenção e desistência no 3º ciclo do ensino básico, verifica-se que, exceptuando Amarante e Penafiel, os restantes concelhos apresentam valores semelhantes (Felgueiras) ou bastante superiores (destacando-se nesta situação Lousada e Paredes com taxas de retenção e desistência no 3º ciclo do ensino básico de 24% e 24,9%, respectivamente, no período de 2005-2006) às médias do Norte e de Portugal.

Se o acesso e frequência da escolaridade obrigatória parece estar genericamente resolvido, o mesmo não se passa com o prosseguimento de estudos para o secundário. Os valores da taxa de escolarização neste nível de ensino, com excepção de Amarante, estão bastante aquém das médias verificadas na Região Norte e no território nacional. Por fim, a análise da taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular total nos vários concelhos aponta para situações diferenciadas: Amarante, Baião e Lousada apresentam valores claramente inferiores às médias de referência, nos concelhos de Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel encontramos valores próximos da Região Norte e Portugal e em Felgueiras e Marco de Canaveses a situação é mais favorável.

Refira-se que a informação recolhida no terreno revela que nos anos mais recentes a situação do cumprimento da escolaridade básica e obrigatória, assim como a frequência do ensino secundário, terão sofrido melhorias substanciais, decorrentes, fundamentalmente, do incremento da oferta de cursos de carácter profissional e da menor pressão do tecido empresarial no recrutamento de jovens desqualificados, escolar e profissionalmente.

As estratégias concelhias nesta matéria apresentam, contudo, alguma diversidade com impacto nos resultados alcançados. Neste âmbito, é de realçar os concelhos que estão a actuar de forma sistemática e concertada com as organizações locais no sentido de sinalizar e abordar os casos de maior risco de abandono precoce da escola, e de organizar a oferta de cursos.

Por outro lado, a aposta na qualificação por parte da população em idade activa, nomeadamente no quadro do Programa Novas Oportunidades, é uma realidade marcante na generalidade dos concelhos. Porém, é notório que existem debilidades ao nível das respostas para a população activa que tradicionalmente está mais afastada dos processos de incremento da qualificação escolar e profissional, nomeadamente os desempregados. A este nível, foram sinalizadas no terreno algumas boas práticas de trabalho com os públicos mais desfavorecidos, nomeadamente beneficiários do RSI, mas a sua incidência é ainda muito pontual.

2.1.3. Condições, contextos e vivências de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social

A inclusão social é “um processo que garante que as pessoas em situação de pobreza e de exclusão social acessem às oportunidades e aos recursos necessários para participarem plenamente nas esferas económica, social e cultural e para beneficiarem de um nível de vida e bem estar considerado normal na sociedade em que vivem”.

in Relatório Conjunto sobre Inclusão, SEC 2003-1425, p. 9.

Considerando os concelhos objecto da nossa análise e a sua respectiva inserção sócio-territorial no conjunto da Região do Tâmega, é possível observar a tradução de comportamentos e processos específicos que se traduzem, por sua vez, numa diversidade de manifestações de fenómenos de pobreza e de exclusão social. Este exercício revela-se importante na medida em que incorpora grelhas de leitura e orientações recentes acerca das manifestações territoriais dos fenómenos de exclusão e de pobreza, nunca perdendo de vista que a nossa incidência analítica se situa nos oito concelhos do Tâmega que fazem parte do distrito do Porto.

Assim, e seguindo de perto o estudo acerca da *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*¹, é possível considerar um perfil tripartido de indicadores para a análise das situações territoriais de pobreza e de exclusão social: os indicadores de desafiliação, os indicadores da desqualificação social objectiva e os indicadores de privação económica.

¹. Cfr. Instituto de Segurança Social/Geoideia (2005). *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.

No conjunto dos indicadores de *desafiliação* incluem-se a institucionalização (taxa de pessoas institucionalizadas e taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos), as estruturas familiares (número de idosos em famílias de uma pessoa, número de famílias monoparentais, número de famílias de avós com netos e número de crianças em amas e creches), a criminalidade (taxa de criminalidade) e a imigração (percentagem de estrangeiros na população residente).

No agregado de indicadores da *desqualificação social objectiva* englobam-se os níveis de escolarização (população com escolaridade menor ou igual à obrigatória, taxa de analfabetismo, saída antecipada do sistema escolar e abandono escolar precoce), a estrutura de emprego/desemprego (número de desempregados de longa duração, taxa de desemprego e população com profissões desqualificadas), as condições de habitação (pessoas residentes em alojamentos não clássicos, número de alojamentos sobrelotados) e os handicaps pessoais (população com deficiência e população infectada com HIV).

No referente aos indicadores da *privação económica* incluem-se os rendimentos, o IRS per capita, a percentagem do poder de compra, o número de beneficiários do RMG, o valor médio das pensões e o peso de pensionistas face à população residente, assim como das famílias numerosas ².

Dentro desta linha de análise, como se situa a região do Tâmega face às restantes da Região do Norte? No seu todo, o Tâmega apresenta um grau de privação económica forte, que se traduz em dificuldades objectivas de gestão e de obtenção de recursos e se manifesta na insuficiência de recursos materiais provenientes de rendimentos e de transferências sociais. Possui ainda um desempenho negativo no tocante à desqualificação social objectiva, resultante de indicadores desfavoráveis no tocante aos recursos escolares e à inserção no mercado de trabalho.

Esta desqualificação traduz-se na marginalização face à vida económica e social. Não obstante estes desempenhos, do ponto de vista da desafiliação, a Região não evidencia tendências muito notórias, o que indicia a importância das redes de solidariedade local e dos mecanismos da sociedade providência na sedimentação de laços sociais e na garantia de protecções informais.

². Refira-se que este estudo esteve igualmente na base dos trabalhos de preparação do QREN para a Região Norte; Cfr. Rodrigues, Fernanda (coord.) (2006). Norte 2015. *As Pessoas. Atelier Temático: Inclusão Social. Relatório Final*. Porto: CCDRN.

Quadro 9: Caracterização dos territórios da Região Norte segundo a tipificação de situações de exclusão

	Privação Económica	Desqualificação Social Objectiva	Desafiliação
Alto Trás-os-Montes	forte	fraca	fraca
Ave	fraca	forte	fraca
Cávado	fraca	forte	fraca
Douro	forte	forte	fraca
Entre Douro e Vouga	fraca	forte	fraca
Grande Porto	fraca	fraca	forte
Minho Lima	forte	fraca	fraca
Tâmega	forte	forte	fraca

Seguindo de perto este Estudo de Referência ³, os concelhos do distrito do Porto que fazem parte do Tâmega são, em regra, *territórios industriais com forte desqualificação*. Neste sentido, estes territórios caracterizam-se por um contexto social marcado por um acentuado défice de integração escolar, baixas qualificações e ainda pelo facto dos rendimentos e prestações de serviços de acção social (para idosos e crianças) se situarem abaixo dos valores médios nacionais.

Por outro lado, subsistem ainda traços característicos da chamada solidariedade local e de vizinhança, verificando-se um peso importante das redes de vizinhança, de entreajuda e de convivialidade que continuam a funcionar como mecanismo de inclusão social e de apoio de algumas categorias sociais mais vulneráveis.

Note-se, contudo, que este contexto profundamente marcado por franjas populacionais com baixos recursos materiais e baixas qualificações tem vindo a ocasionar crescentes factores de risco de exclusão social, ameaçando a coesão social deste território.

Quadro 10: Condições favoráveis e desfavoráveis dos territórios industriais com forte desqualificação

Territórios industriais com forte desqualificação	
Condições favoráveis (traços de inclusão)	Condições desfavoráveis (riscos de exclusão, efectivos ou potenciais)
As condições mais favoráveis dizem respeito à baixa institucionalização, à percentagem reduzida de pessoas com deficiência, à baixa taxa de analfabetismo e ao grande peso de famílias numerosas. Estas condições relacionam-se nitidamente com a juventude da população.	Os factores de risco sobrepõem-se aos traços de inclusão, principalmente no que diz respeito ao acentuado défice de integração escolar e de qualificações. Os rendimentos e a prestação de serviços de acção social (idosos e crianças) situam-se abaixo dos valores médios nacionais.

³. Cfr. Instituto de Segurança Social/Geoidéia, *idem*.

Tal como se pode observar na recolha de dados estatísticos a seguir elencada, o conjunto dos concelhos em análise permanece abaixo das médias nacional e da Região do Norte no que diz respeito ao número de idosos isolados, evidenciando a noção de uma família alargada onde os idosos estão inseridos e apoiados.

Também são inferiores aos dados nacionais e regionais as famílias compostas por avós com netos, denotando a existência de um quadro familiar tendente a uma relativa regularidade em termos de presença dos seus diferentes elementos na linha geracional. Também a percentagem de estrangeiros na população residente se encontra abaixo das médias nacional e regional, demonstrando uma relativa não permeabilidade a movimentos e fluxos populacionais, o que poderá ser indicativo de uma situação de relativa estabilidade e coesão sociais ⁴.

Quadro 11: Desafiliação e Estrutura Familiar em 2001

Indicador	I idosos isolados (famílias constituídas por H e M >= 65 anos e famílias de 2 pessoas em que ambas ou 1 delas tem >= 65 anos)	Famílias de avós com netos
	% face às famílias clássicas	% face às famílias clássicas
Portugal	22,2	0,38
Região Norte	18,2	0,35
Amarante	16,8	0,35
Baião	24,2	0,33
Felgueiras	13,2	0,19
Lousada	11,6	0,22
Marco de Canaveses	15,3	0,2
Paços de Ferreira	9,9	0,18
Paredes	11,1	0,2
Penafiel	13,9	0,24

⁴ As Fontes dos Quadros 13 a 20 são as seguintes: INE, Recenseamento Geral da População de 2001 e Estimativas Anuais da População de 2005; MTSS, IIEFP; MTSS, Quadros de pessoal.

Quadro 12: Desafiliação e Imigração em 2001

Indicador	% de estrangeiros na população residente
Portugal	2,2
Região Norte	0,9
Amarante	0,6
Baião	0,3
Felgueiras	0,7
Lousada	0,5
Marco de Canaveses	0,5
Paços de Ferreira	0,5
Paredes	0,4
Penafiel	0,4

Quando nos reportamos à saída antecipada do ensino e à taxa de abandono escolar, os concelhos em análise evidenciam valores mais elevados se considerarmos os valores nacionais e regionais. Olhando a taxa de retenção e desistência no 3º ciclo do ensino básico regular, é possível afirmar que a maioria dos concelhos apresenta uma situação mais desfavorável face aos valores de referência, o mesmo acontecendo com a taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular.

Quadro 13: Desqualificação Social Objectiva e Escolarização

Ano	2005/2006	2005/2006	2001	2001
Indicador	Taxa de retenção e desistência no 3º ciclo do ensino básico regular (%)	Taxa de transição/conclusão no ensino secundário regular total (%)	Saída antecipada do ensino (%)	Abandono escolar (%)
Portugal	19,2	68,9	24,6	2,7
Região Norte	19,2	70,9	-	-
Amarante	12	64	44,7	4,9
Baião	21,9	62,6	52,3	6,3
Felgueiras	19,2	78,6	54,8	4,5
Lousada	24	61,9	56,5	6,6
Marco de Canaveses	22,7	72,1	52,5	8,3
Paços de Ferreira	21,3	69,8	55,7	7,3
Paredes	24,9	69,8	47,9	6,4
Penafiel	16,9	68,8	48,4	5,7

A existência de condições habitacionais mais favoráveis face ao país e à Região Norte é outro indicador de análise, revelando um contexto de habitabilidade mais acessível e objecto também de solidariedades familiares e viciniais. Também é favorável a situação dos concelhos face aos *handicaps* pessoais.

Quadro 14: Desqualificação Social Objectiva e Emprego / Desemprego

Ano	Jul - 2007	2001	2001
Indicador	Desempregados de longa duração	Taxa de desemprego	População empregada com profissões desqualificadas
	% total desempregados		% total pop. empregada
Portugal	42,0	6,8	15
Região Norte	48,5	6,7	13
Amarante	47,9	6,5	8
Baião	56,6	10,2	12
Felgueiras	56,2	3,7	15
Lousada	45,2	3,6	15
Marco de Canaveses	47,5	5,3	13
Paços de Ferreira	44,6	2,7	11
Paredes	45,4	4,2	10
Penafiel	43,2	4,6	11

Quadro 15: Desqualificação Social Objectiva e Condições Habitacionais

Indicador	Pessoas residentes em alojamentos não clássicos (%) 2001	Alojamentos sobrelotados % total aloj. clássicos 2001
Portugal	0,7	16
Região Norte	0,5	19
Amarante	0,3	25
Baião	0,1	23
Felgueiras	0,2	19
Lousada	0,1	23
Marco de Canaveses	0,1	21
Paços de Ferreira	0,2	23
Paredes	0,4	28
Penafiel	0,3	27

Quadro 16: Desqualificação Social Objectiva e *Handicaps* Pessoais

Indicador	População com deficiência % total pop. residente, 2001
Portugal	6,1
Região Norte	5,9
Amarante	5,9
Baião	6,3
Felgueiras	2,7
Lousada	3,5
Marco de Canaveses	3,9
Paços de Ferreira	4,3
Paredes	4,8
Penafiel	4,1

No tocante à privação económica, o contexto dos concelhos em análise apresenta-se relativamente desfavorável. Curiosamente, o volume de IRS *per capita* é superior nestes concelhos face à Região Norte, invertendo-se a situação no tocante à percentagem de beneficiários de RSI. Não se pode deixar de destacar a existência de uma intensa economia subterrânea nestes concelhos que, contraditoriamente tem vindo a ditar um modelo de desenvolvimento desarticulado e muitas vezes desfasado da realidade.

Quadro 17: Privação Económica e Rendimentos

Indicador	IRS <i>per capita</i> (euros) 2001	Poder de Compra % 2005	Famílias com 5 ou mais elementos
			% Famílias clássicas 2001
Portugal	51,37	100	9,5
Região Norte	38,91	30,22	12,2
Amarante	116,73	0,35	15,4
Baião	48,24	0,1	14,4
Felgueiras	111,16	0,45	15,3
Lousada	77,45	0,26	17,1
Marco de Canaveses	56,56	0,31	14,7
Paços de Ferreira	106,27	0,33	16,7
Paredes	64,81	0,54	15,7
Penafiel	150,15	0,43	16,6

Quadro 18: Privação Económica e Protecção Social

Indicador	Nº Beneficiários RSI	% Beneficiários RSI face à Pop. Total	Valor médio anual das pensões por pensionista (euros)	Pensionistas face à população empregada
	2005	2005	2005	2001
Portugal	202077	1,9	-	45
Região Norte	72771	1,9	-	40,3
Amarante	1561	2,5	3149	39,1
Baião	1451	6,8	3239	63,9
Felgueiras	1204	2	3196	25,6
Lousada	989	2,1	3370	24,2
Marco de Canaveses	2266	4,2	3321	35,5
Paços de Ferreira	1682	3	3178	20,9
Paredes	2534	2,9	3309	24
Penafiel	1502	2,1	3389	30,5

Esta leitura de enquadramento é relevante na medida em que permite observar e contextualizar a tão apelidada multidimensionalidade e pluralidade dos fenómenos de exclusão e de pobreza. Assim, numa situação de exclusão verifica-se uma acentuada privação de recursos materiais e sociais, com consequências para todos aqueles que não participam dos valores e das representações sociais dominantes.

A exclusão tem incidências e resulta de processos inerentes à desinserção social (ruptura de laços de solidariedade e risco de marginalização), à desintegração do sistema de actividade económica ou de emprego (perda de competências sócio-profissionais, perda de emprego, rendimento insuficiente) e à desinserção das relações sociais e familiares (fragilização das relações interpessoais e dos sentimentos de pertença sócio-comunitários). Este é um processo que se associa à desqualificação social, à estigmatização, à inferiorização, à perda de dignidade e de estatuto social.

A pobreza é a face mais evidente da exclusão social. Contudo, aquele termo pode ser utilizado com maior concisão, sobretudo quando se quer fazer referência às insuficientes condições materiais ou indisponibilidade de recursos económicos, sociais ou culturais.

As chamadas vivências de exclusão social têm, frequentemente, na sua génese, situações de falta e/ou de precariedade de emprego, na medida em que se assume que na nossa sociedade o emprego é despoletador de um conjunto de benefícios para os indivíduos, pois permite-lhes suprir as suas necessidades de consumo, reforça a sua valorização social e identitária, disciplina o quotidiano e fornece uma vivência de sociabilidade e partilha de experiências.

Igualmente, a clara percepção destes “benefícios” que se associam à experiência de um emprego, possibilita, paralelamente, um entendimento mais completo e abrangente do que é vivenciado nas situações de desemprego, pois que os efeitos desse ultrapassam largamente a ausência pura e simples de rendimentos mas, conjuntamente, geram inúmeras perturbações ao nível do bem-estar social e mental dos desempregados, ocasionando formas complexas de desinserção social.

Em síntese, podemos dizer que uma vivência de inclusão implica:

- ▶ A disponibilidade de rendimentos capazes de assegurarem o acesso ao consumo de bens e serviços necessários à vivência e realização humana;
- ▶ A posse de um estatuto socialmente valorizado que se obtém pelo desempenho de uma profissão capaz de incluir os indivíduos nos valores e limites de sucesso da sociedade;
- ▶ O acesso à educação e a formação como veículos de enriquecimento pessoal, de aumento do estatuto social e potenciadores de competências para os diferentes desempenhos sociais;
- ▶ A obtenção de padrões básicos de qualidade de vida que se traduzem na existência e condições de saúde, de participação social e comunitária e de realização humana satisfatórias;
- ▶ A existência de um quadro de vida estável pautado por uma habitação condigna e capaz de apoiar a realização pessoal e familiar dos indivíduos.

Uma vivência de exclusão e de pobreza sustenta-se então nos seguintes eixos:

- ▶ Não poder participar nos consumos ditos normais;
- ▶ Não participar no mercado de emprego ou nele participar de forma precária, frágil ou ilegal;
- ▶ Ter insucesso na escola e não poder obter todos os dividendos da sociedade da informação e do conhecimento;
- ▶ Não ter acesso a equipamentos sociais de base;
- ▶ Ser objecto de segregação por questões de género, de raça ou de doença;
- ▶ Não possuir condições de habitabilidade estáveis e salubres;
- ▶ Não participar na sociedade e nas suas instituições;
- ▶ Não conhecer os seus direitos e deveres.

Figura 6: Taxa de dependência da população, 2006

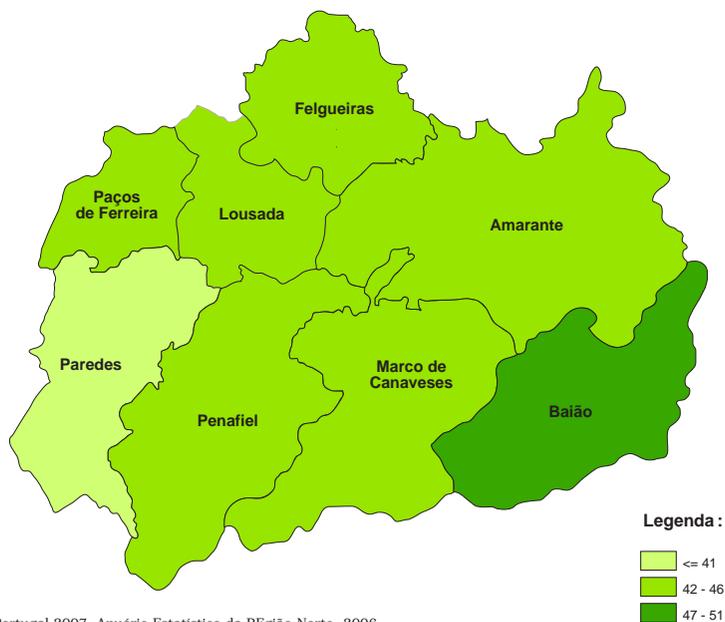


Figura 7: Índice de envelhecimento, 2006

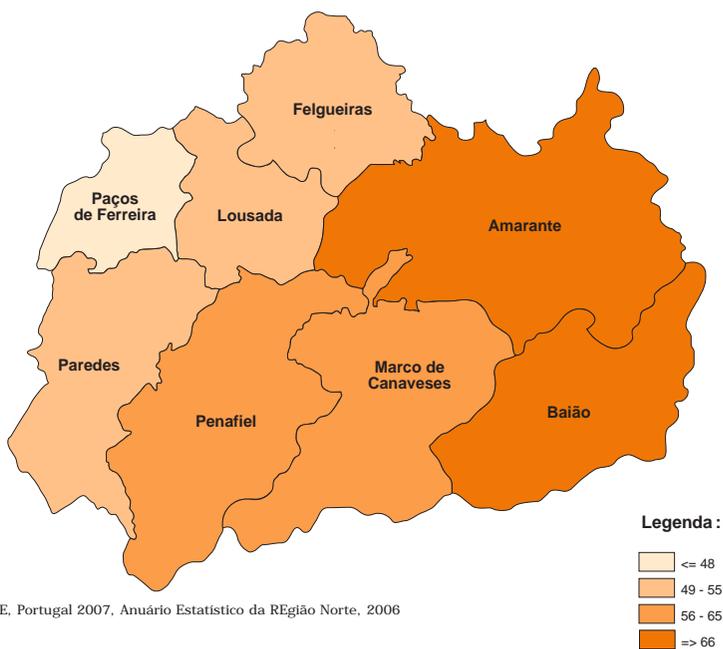
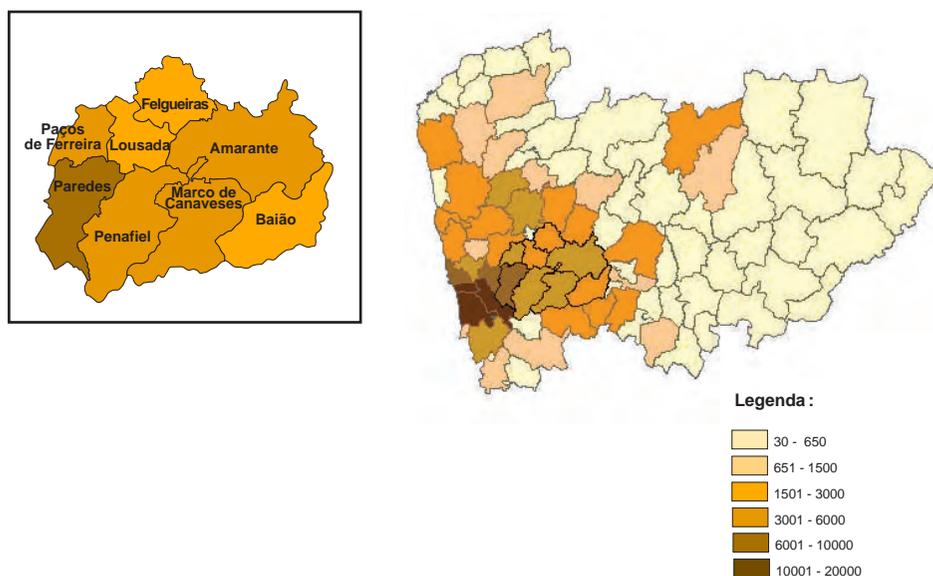


Figura 8: Total de beneficiários de RSI, por concelho, 2006



Fonte: Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, 2006

2.2. Análise por concelho ⁵

De seguida apresenta-se uma análise de cada um dos concelhos em estudo no que respeita ao modelo social, bem como a indicadores do mercado de trabalho e dinamismo económico.

2.2.1. Amarante

2.2.1.1. Mercado de trabalho e dinamismo económico

No período 2001/2006, Amarante apresenta um aumento da população residente mais expressivo do que a Região Norte e o Continente, ainda que inferior à maioria dos concelhos em análise. Simultaneamente, os grupos etários jovens (0-14 anos e 15-24 anos) são mais representativos do que nas áreas de referência (Região Norte e Continente).

⁵. Os quadros incluídos neste Ponto 3.2 referentes ao emprego têm como fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991 e 2001; INE, Portugal, 2007, Anuário Estatístico da Região Norte 2006; Quadros de Pessoal, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2004. Os quadros referentes ao desemprego têm como fonte: IIEFP, Desemprego Registrado por Concelhos - Estatísticas Mensais, Dezembro 2004 e Janeiro 2008

Quadro 19: Indicadores do emprego no concelho de Amarante

Indicadores	Portugal		Região Norte		Amarante	
População Residente - 2006	10.599.095		3.744.341		61.471	
Taxa Var. População Residente - 1991/2001 (%)	5,0		6,2		6,3	
Taxa Var. População Residente - 2001/2006 (%)	2,3		1,5		3,1	
Distribuição da População por grupos etários, 2006 (%)	0-14	15,5	16,1	17,5		
	15-24	11,9	12,9	14,5		
	25-64	55,4	55,9	54,4		
	>=65	17,3	15,0	13,5		
Pessoal ao serviço, 2004	2.911.678		1.006.967		12.177	
% Pessoal ao serviço por sector de actividade, 2004	Primário	1,9	0,9	1,3		
	Secundário	40,3	54,1	61,7		
	Terciário	57,8	45,0	37,0		
TPCO, 2005 (*)	2.173.144		741.827		8.846	
% TPCO segundo o nível de qualificação profissional, 2005	baixa(**)	46,6	54,3	64,2		
	média(**)	41,5	36,1	27,6		
	alta(**)	11,9	9,6	8,2		
	Total	907,2	785,2	692,7		
Ganho médio mensal dos TPCO nos estabelecimentos por município, por sector de actividade, 2005 (€)	Primário	629,2	557,1	487,3		
	Secundário	826,9	712,3	647,7		
	Terciário	966,3	864,9	763,1		

Notas: (*) O total inclui trabalhadores com nível de habilitação desconhecido. (**) Baixa qualificação (TCO com habilitação igual ou inferior ao 2º CEB.); Média qualificação (TCO com 3º CEB e Secundário); Alta qualificação (TCO com Ens. Superior)

Por outro lado, em 2004, o sector secundário ainda era o mais representativo no concelho, ainda que tenha a menor expressão no grupo em causa. Considerando apenas os trabalhadores por conta de outrem (TPCO), mantém-se o peso elevado das baixas qualificações, mas mais uma vez a melhor situação comparativamente aos restantes concelhos. Por fim, apesar de Amarante ser o concelho que mais se aproxima da Região Norte no que concerne ao ganho médio mensal dos TPCO, ainda se verifica uma grande disparidade relativamente à Região Norte e ao Continente.

Quadro 20: Indicadores do desemprego no concelho de Amarante

Indicadores	Portugal		Região Norte		Amarante		
	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	
Desempregados inscritos	457.864	386.377	205.115	175.448	3.252	3.460	
% Desempregados inscritos - Mulheres	56,3	59,8	56,5	61,0	65,3	72,9	
% Desemprego Registado segundo o grupo etário	< 25	15,0	13,8	15,4	14,0	23,1	15,9
	25-34	25,1	23,4	24,0	21,2	25,7	23,9
	35-54	40,0	42,4	41,6	43,9	40,7	45,0
	55 e +	20,0	20,3	19,1	20,9	10,5	15,1
% Desemprego Registado tempo de procura >= 1 ano	42,5	41,0	47,9	48,0	35,5	49,2	
% Desemprego Registado segundo o nível de escolaridade	Nenhum	5,6	5,4	5,5	5,3	6,3	6,6
	1ºCiclo	33,5	30,4	38,6	36,7	39,6	41,1
	2ºCiclo	21,0	17,8	22,5	18,5	22,9	19,0
	3ºCiclo	16,5	18,9	13,9	15,8	14,0	13,3
	Secundário	15,8	17,5	13,1	14,8	13,6	13,7
	Superior	7,5	10,0	6,4	8,9	3,7	6,3
% Desemprego Registado situação 1º emprego	6,7	9,3	7,2	10,3	15,6	17,7	

O concelho de Amarante é um dos três concelhos do agrupamento que regista aumento do desemprego: para o período considerado a variação foi de mais de 6%, não acompanhando as descidas do Continente e da Região Norte. Simultaneamente, apresenta um acentuado crescimento do DLD (+13,7 p.p.), embora com valores actuais semelhantes à Região Norte e superiores ao Continente.

Já o forte crescimento do desemprego feminino no concelho (+7,6 p.p.) coloca-o no grupo dos quatro concelhos que regista o maior aumento do desemprego de mulheres e muito acima dos valores do Continente e da Região Norte. Por outro lado, apesar da redução do desemprego jovem, a estrutura do desemprego continua a ser liderada de forma similar pelos grupos etários 35-54 e <25/34. A estrutura de qualificações dos desempregados manteve-se no período em causa, excepto no aumento dos desempregados com nível superior.

Por fim, dos oito concelhos, apresenta uma das melhores situações em termos do desemprego desqualificado, com o indicador a rondar os 67%, e é o segundo concelho com mais desempregados em situação de primeiro emprego.

2.2.1.2. Modelo social: padrões comportamentais e valorativos

Desenho de tendências de envelhecimento demográfico e de reposicionamento do concelho de Amarante face ao conjunto dos concelhos em análise, de perfil mais jovem.

No quadro dos concelhos em análise, Amarante posiciona-se numa situação intermédia entre Baião e os restantes concelhos, o que equivale a dizer que o seu índice de envelhecimento é inferior às médias nacional e regional mas superior às médias destes concelhos do Tâmega, à excepção de Baião. Estamos perante um concelho que tem vindo a sofrer transformações demográficas importantes e cuja percentagem da população com mais de 65 anos aumentou aproximadamente 28% numa década.

Tal contexto exige e exigirá um reforço e especialização de serviços nas áreas da acção social e saúde (Rede Social de Amarante, Diagnóstico Social, 2004). Neste contexto, merecem relevo os idosos isolados que, apesar da existência de equipamentos como centros de dia e serviço de apoio domiciliário (SAD), vivem situações de grande solidão, quer em meio rural quer em meio urbano (Rede Social de Amarante/ Câmara Municipal de Amarante e CDSSS – Serviço Local de Amarante).

Estruturas familiares marcadas pela transição entre um quadro de filiação tradicional e um quadro de desafiliação marcado designadamente pelo aumento do número de idosos isolados e das famílias monoparentais.

Não obstante se denotem no concelho de Amarante algumas tendências em prol da nuclearização e diversificação familiares, designadamente pelo aumento do número de idosos a viver sós e pelo aumento das famílias monoparentais, a realidade social do concelho ainda permanece fiel a um quadro de famílias numerosas (Rede Social

de Amarante, Pré-Diagnóstico Social, 2003). Convém destacar que existe um número crescente de pedidos para a institucionalização de idosos quer porque as famílias têm rotinas de trabalho que as afastam dos idosos, quer porque assumem uma atitude demissionária (CDSSS – Serviço Local de Amarante).

Emergência de problemas de degradação da habitação em meio rural e de sobrelotação.

Em termos habitacionais, refira-se o número pouco significativo de pessoas a residir em alojamentos não clássicos, contrariamente aos importantes valores de alojamentos sobrelotados face aos alojamentos clássicos. É de referir a situação cada vez mais problemática dos idosos situados em meio rural, cujas casas são muito antigas, estão degradadas e não possuem infra-estruturas básicas (WC, água, electricidade) apesar dos programas de apoio à reabilitação (Rede Social de Amarante/ Câmara Municipal de Amarante e CDSSS – Serviço Local de Amarante).

Também a concentração de muitas das situações de pobreza e de exclusão nos 4 bairros sociais do concelho tem vindo a ser impeditiva de uma intervenção mais eficaz, pois sabemos que a guetização destes fenómenos não concorre para a sua resolução mas para a sua reprodução no tempo e no espaço. Assim, estes bairros concentram as famílias mais problemáticas (beneficiárias de RSI, com casos de alcoolismo e de violência doméstica) e reproduzem intergeracionalmente modos de vida de exclusão e pobreza (Rede Social de Amarante/ Câmara Municipal de Amarante e CDSSS – Serviço Local de Amarante).

Crescente dualização em termos de crescimento e desenvolvimento do concelho, fragmentando as suas dinâmicas de coesão social.

Em Amarante existem dois pólos urbanos, Amarante Cidade e Vila Meã, que totalizam cerca de 26% da população e 15% da área total do concelho. Assim, estas freguesias da margem direita do Tâmega contrastam com as da margem esquerda que se caracterizam por indicadores de fraco dinamismo sócio-económico, e desencadeiam a sua regressão e envelhecimento populacional (Rede Social de Amarante, Diagnóstico Social, 2004).

Presença de um quadro de vida cada vez mais dependente de prestações sociais e diminuição da importância dos mecanismos da sociedade providência.

Destaque-se o facto de o número de pensionistas ser inferior às médias regional e nacional mas superior aos valores dos restantes concelhos (excepto Baião). Aliás, do conjunto de residentes amarantinos com 15 ou mais anos, 24% são economicamente dependentes do Estado e 23% da família, o que revela um contexto societal cada vez mais assistido e consequentemente menos proactivo do ponto de vista da integração social.

Esta situação de dependência relativamente ao Estado Providência constitui um factor de grande permeabilidade à pobreza, principalmente devido às baixas pensões, subsídios de desemprego e apoios sociais. De salientar que a vulnerabilidade à pobreza é mais feminina do que masculina, pois grande parte destes dependentes são mulheres (Rede Social de Amarante, Diagnóstico Social, 2004).

Aumento das situações de pobreza, sobretudo de “novos pobres”.

Nos últimos anos, tem vindo a surgir um novo tipo de pobreza que se prende com a questão do sobreendividamento de famílias habituadas a outros padrões de consumo tendencialmente mais diversificados e exigentes. As redes familiares vão permitindo gerir algumas dificuldades inerentes a situações concretas durante algum tempo e as pessoas só recorrem a apoios (só se expõem, portanto) em fases já muito adiantadas do processo.

Embora estes indivíduos tenham outras competências para ultrapassar estes problemas e reingressar no mercado de trabalho, já têm alguma idade (a partir dos 40 anos), as suas habilitações nem sempre são suficientes ou ajustadas às ofertas e entram facilmente em ciclos de trabalhos precários (CDSSS – Serviço Local de Amarante).

Contexto de vivência marcado por uma certa desintegração e desenraizamento juvenil e presença de manifestações urbanas muito forçadas.

Trata-se de um conjunto de jovens provenientes de famílias rurais com baixos rendimentos, marcados por percursos de insucesso e abandono escolar que forcem entradas precoces e desqualificadas no mercado de trabalho e vivem para o consumo de bens de prestígio capazes de lhes proporcionar a auto estima que a escola não foi capaz. Muitos destes jovens são facilmente compelidos à entrada em mecanismos de economia ilícitos que lhes oferecem a possibilidade imediata de uma mobilidade social de sentido ascendente, impossível de outra forma (Rede Social de Amarante/ Câmara Municipal de Amarante, CDSSS – Serviço Local de Amarante e *Focus group* Amarante).

Importância tradicional do consumo de álcool e acréscimo “moderno” do consumo de substâncias psicoactivas entre os jovens centrado nas freguesias mais urbanas.

O consumo de álcool é aceite socialmente e por isso o alcoolismo é um fenómeno relativamente generalizado e quase nunca sinalizado como sendo um problema. Em algumas famílias mais problemáticas, gera problemas económicos porque o rendimento familiar é gasto neste consumo e é contexto despoletador de situações de conflitualidade conjugal, violência doméstica e negligência parental, com repercussões no sucesso escolar dos filhos.

Destaque-se a maior incidência e efeitos nas aldeias mais isoladas perto do Marão, onde o consumo de álcool ainda é naturalizado (Rede Social de Amarante/ Câmara Municipal de Amarante e *Focus group* Amarante). Dados recentes e relativos à população

estudantil amarantina revelam que o consumo de álcool e de tabaco, as ditas drogas sociais, traduz-se em percentagens crescentes que vão desde os cerca de 30% no 7º ano, até aos quase 60% no 12º ano (Associação Sentido Único, Inquérito ao uso de drogas sociais e ilícitas junto da população escolar, 2007).

A incidência de toxicodependência é significativa não só entre os residentes mas entre os visitantes. A este nível será importante destacar que o concelho é um pólo de passagem e de estadia de dependentes de outros concelhos (nomeadamente, as freguesias de S. Gonçalo, Cepelos e Madalena) (Rede Social de Amarante/ Câmara Municipal de Amarante e *Focus group* Amarante).

Actualmente, começa a ser sinalizada a passagem de droga dentro das escolas por parte de redes locais de tráfico de droga (Rede Social de Amarante/ Câmara Municipal de Amarante). Recentemente, também têm vindo a aumentar o número de jovens que apresentam modelos de comportamento desviantes e que consomem não só drogas, como álcool e tabaco cada vez mais cedo em termos etários (<http://problemas-sociais.blogs.sapo.pt/>).

Quadro 21: Síntese de Indicadores Amaranite

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Amarante
Demografia	Índice de dependência da população (2006)	48,6	45,3	45,0
	Taxa de variação da população residente 1991-2001 (2001)	5,0	6,2	6,3
	Taxa de variação da população residente 2001-2006 (2001-2006)	2,3	1,5	3,1
Estrutura etária da população (%) (2006)	0-14: 15,5		0-14: 16,1	0-14: 17,5
	15-24: 11,9		15-24: 12,9	15-24: 14,5
	25-64: 55,4		25-64: 55,9	25-64: 54,4
	+65: 17,3		+65: 15,0	+65: 13,5
Território e ocupação	Índice de Envelhecimento (2006)	111,7	93,3	77,6
	Proporção de Área Predominantemente Rural (2001)	13,4	10,0	10,0
	Proporção de Área Medianamente Urbana	16,1	22,9	53,1
	Proporção de Área Predominantemente Urbana	70,5	67,1	37,0
Alojamento e habitação	Proporção de Pessoas residentes em alojamentos não clássicos (2001)	0,7	0,5	0,3
	% de alojamentos sobrelotados (2001)	16	19	25
	% de beneficiários de RSI (2005)	1,9	1,9	2,5
	% de beneficiários de RSI (2006)	3,2	4,3	6,3
Protecção social	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – apoio domiciliário (2007)	5,3 (Continente)	3,8 (distrito do Porto)	3,3
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – lares e residência (2007)	8,9 (Continente)	6,5 (distrito do Porto)	7,0
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – centro de dia (2007)	10,1 (Continente)	6,9 (distrito do Porto)	3,1
	Peso de pensionistas face à população empregada (2001)	45,0	40,3	39,1
Estruturas familiares	Peso das famílias numerosas face à população residente (2001)	9,5	12,2	15,4
	Peso de idosos em famílias de 1 pessoa face às famílias clássicas (2001)	22,2	18,2	16,8
	Peso das famílias mono parentais face às famílias clássicas (2001)	4,9	4,6	4,5

(cont.)

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Amarante
Marginalidade e desvio	Peso das famílias de avós com netos face às famílias clássicas (2001)	0,38	0,35	0,35
	Taxa de cobertura de creches (2007)	33,8 (Continente)	22,7 (distrito do Porto)	19,6
	Taxa total de criminalidade por mil habitantes (2005)	37,3	31,2	23,2
Contexto de vivência rural/urbano	Percentagem de estrangeiros na população residente (2001)	2,2	0,9	0,6
	Proporção da população com deficiência na população residente (2001)	6,1	5,9	5,9
Participação e informalidade	Valores e quadros de pertença			Marcados pela transição entre o rural e o urbano
	Práticas de lazer e de sociabilidade			Marcada pela penetração de valores e quadros de referência urbanos
Rendimentos	Redes de informalidade			Forte presença
	Importância da sociedade providência			Mediana, em fragmentação
	Os mecanismos de controlo social			Fortes
Rendimentos	Alcoolismo			Maior visibilidade
	Consumo e tráfico de substâncias psicoactivas			Maior visibilidade em meio urbano
	IRS per capita euros (2005)	51,37	38,91	27,46
Rendimentos	Valor médio anual das pensões por pensionistas em euros (2006)	4 011	3 782	3 328
	Poder de compra per capita (2005)	100	30,2	0,35

Fontes: INE, Anuário Estatístico Regional, 2006; Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001; INE, Estimativas Anuais da População de 2005; Min.Educação; Min.Finanças-DGCI; Min.Juстиça; Instituto de Segurança Social. Tratamento estatístico Quaternaire Portugal, SA.

Legenda: Comparação com Portugal e Região Norte

	Melhor
	Similar
	Pior
	Muito Pior

2.2.2. Baião

2.2.2.1. Mercado de trabalho e dinamismo económico

Baião é o único concelho que nos períodos 1991/2001 e 2001/2006 registou uma descida da população residente. Apesar disso, os grupos etários jovens continuam a ter uma expressão superior à Região Norte e ao Continente.

Quadro 22: Indicadores do emprego no concelho de Baião

Indicadores	Portugal	Região Norte	Baião	
População Residente - 2006	10.599.095	3.744.341	21.152	
Taxa Var. População Residente - 1991/2001 (%)	5,0	6,2	-0,4	
Taxa Var. População Residente - 2001/2006 (%)	2,3	1,5	-5,4	
Distribuição da População por grupos etários, 2006 (%)	0-14	15,5	16,1	16,8
	15-24	11,9	12,9	14,2
	25-64	55,4	55,9	52,1
	>=65	17,3	15,0	16,9
Pessoal ao serviço, 2004	2.911.678	1.006.967	3.350	
% Pessoal ao serviço por sector de actividade, 2004	Primário	1,9	0,9	2,2
	Secundário	40,3	54,1	72,2
	Terciário	57,8	45,0	25,6
TPCO, 2005 (*)	2.173.144	741.827	2.300	
% TPCO segundo o nível de qualificação profissional, 2005	baixa(**)	46,6	54,3	69,7
	média(**)	41,5	36,1	26,2
	alta(**)	11,9	9,6	4,1
Ganho médio mensal dos TPCO nos estabelecimentos por município, por sector de actividade, 2005 (€)	Total	907,2	785,2	581,5
	Primário	629,2	557,1	468,0
	Secundário	826,9	712,3	566,2
	Terciário	966,3	864,9	618,2

Notas: (*) O total inclui trabalhadores com nível de habilitação desconhecido. (**) Baixa qualificação (TCO com habilitação igual ou inferior ao 2º CEB.); Média qualificação (TCO com 3º CEB e Secundário); Alta qualificação (TCO com Ens. Superior)

Tal como nos restantes concelhos, o sector secundário ocupa um peso significativo na análise do pessoal ao serviço. Os TPCO também se caracterizam pelas baixas qualificações e numa situação muito inferior quando comparados com a Região Norte e o Continente.

Quanto ao ganho médio mensal dos TPCO, Baião é o terceiro concelho que mais se afasta do valor médio da Região Norte e do Continente.

Quadro 23: Indicadores do desemprego no concelho de Baião

Indicadores	Continente		Região Norte		Baião		
	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	
Desempregados inscritos	457.864	386.377	205.115	175.448	1.334	1.432	
% Desempregados inscritos - Mulheres	56,3	59,8	56,5	61,0	66,3	79,6	
% Desemprego Registado segundo o grupo etário	< 25	15,0	13,8	15,4	14,0	23,8	20,9
	25-34	25,1	23,4	24,0	21,2	23,2	24,2
	35-54	40,0	42,4	41,6	43,9	40,6	42,0
	55 e +	20,0	20,3	19,1	20,9	12,4	12,9
% Desemprego Registado tempo de procura >= 1 ano	42,5	41,0	47,9	48,0	36,4	53,1	
% Desemprego Registado segundo o nível de escolaridade	Nenhum	5,6	5,4	5,5	5,3	8,2	8,9
	1ºCiclo	33,5	30,4	38,6	36,7	44,5	40,9
	2ºCiclo	21,0	17,8	22,5	18,5	23,4	19,3
	3ºCiclo	16,5	18,9	13,9	15,8	11,7	17,7
	Secundário Superior	15,8	17,5	13,1	14,8	10,0	9,6
	Superior	7,5	10,0	6,4	8,9	2,2	3,5
% Desemprego Registado situação 1º emprego	6,7	9,3	7,2	10,3	22,3	21,8	

Baião também é um dos três concelhos que regista aumento do desemprego: mais de 7%. O muito forte crescimento do DLD (+16,7 p.p.) afasta o concelho dos valores médios do Continente e da Região Norte. Aliás, Baião apresenta o segundo valor mais elevado deste indicador em Janeiro 2008. Também no que respeita ao desemprego feminino, Baião é um dos três concelhos que registam o aumento mais forte (+13,3 p.p.) e apresenta valores superiores aos territórios de comparação.

Apesar da redução do desemprego jovem, a estrutura do desemprego continua a ser liderada de forma similar pelos grupos 35-54 e <25/34.

No que respeita à estrutura de qualificações dos desempregados, esta mantém-se, excepto na diminuição do desemprego muito desqualificado que, apesar de tudo, continua superior à Região Norte.

Refira-se ainda que Baião, dos oito concelhos, é o que apresenta o valor mais elevado de desemprego registado dos que estão em situação de primeiro emprego: quase 22% do total.

2.2.2.2. Modelo social: padrões comportamentais e valorativos

Território marcado por dinâmicas relevantes de envelhecimento populacional e de aumento dos índices de dependência geracional.

No cômputo dos concelhos em análise, Baião apresenta um comportamento demográfico mais marcado por uma dinâmica de diminuição da população e um crescimento dos seus índices de dependência e de envelhecimento. Assim, é um concelho que, do ponto de vista demográfico, se destaca pelo envelhecimento da população e consequentes necessidades e especificidades face à integração social (CDSSS – Serviço Local de Baião) dessa mesma população.

Aliás, o acentuar neste concelho do número de idosos isolados é também sintomático desse perfil demográfico e sócio-cultural, uma vez que Baião é o concelho mais interior do distrito do Porto. É também possível verificar que se tem vindo a desenhar um contraste entre as freguesias do concelho no tocante ao número de residentes. Assim, as freguesias mais rurais têm vindo a perder população face às mais urbanas, acentuando as diferenças sociais e despoletando novas necessidades de intervenção, tendo em linha de conta o perfil idoso da sua população (Diagnóstico Social do Concelho de Baião, 2007).

Estruturação familiar de perfil tradicional mas crescentemente confrontada pelo aumento do número de famílias com idosos isolados sobretudo nas freguesias mais rurais.

Os processos de estruturação familiar no concelho de Baião têm vindo a assumir uma configuração decalcada desse posicionamento demográfico. Desta feita, é de relevar em Baião o número de idosos isolados que, no contexto dos concelhos em análise, assume o valor mais elevado nesse mesmo concelho. Os Serviços Locais de Segurança Social têm dificuldade em dar resposta a todos os idosos em situação de isolamento, sem retaguarda familiar e com problemas de saúde (CDSSS – Serviço Local de Baião). A evidência de um contexto de interioridade e de ruralidade ainda pode ser atestada pelo pouco peso relativo das famílias monoparentais e pelo significado das famílias numerosas em Baião, quando comparamos os seus efectivos com os restantes concelhos em análise.

Importância da sobrelotação e do envelhecimento do parque habitacional.

Estes contextos de sobrelotação prendem-se muitas vezes com a residência de famílias muito vulneráveis, sem condições financeiras para efectuar as obras necessárias ou procurar novas soluções de alojamento. É ainda de acrescentar o facto de as casas serem antigas e não possuírem infra-estruturas básicas (WC, água, electricidade) apesar dos programas de apoio à reabilitação, acumulando um conjunto de vulnerabilidades sociais que se tornam visíveis através da habitação (Rede Social de Baião/Câmara Municipal de Baião e CDSSS – Serviço Local de Baião). Para dar resposta a esta situação, a Câmara Municipal de Baião criou um Fundo de Solidariedade Social que apoia a reabilitação das habitações.

Importância dos mecanismos de protecção social e das concretizações no terreno do Estado Providência e consequente fragilização social por via da dependência.

Dentro dos concelhos em análise, Baião apresenta o maior número de pensionistas face à população empregada, assim como a maior proporção de beneficiários de RSI face à população total. Corroborando esta situação, é de ressaltar a importância do grupo populacional *sem actividade económica* que é predominantemente feminino (*a pobreza é cada vez mais feminina*) e afere, na maioria dos casos, de pensões mínimas (por descontos inexistentes e/ou tardios) ou apenas com pensões de sobrevivência nas situações de viuvez (Diagnóstico Social de Baião, 2007).

Emergência de novas situações de fragilidade e de novas formas de pobreza e de exclusão associadas ao endividamento das famílias

Assume particular importância o endividamento na medida em que configura uma pobreza envergonhada dado o forte controlo social existente. Esta nova forma de precarização decorre essencialmente de rupturas laborais mais ou menos inesperadas e ainda de algumas dificuldades, em grande medida incontornáveis, na gestão quotidiana, dificuldades essas que são potenciadas, em muitos casos, pela “fatal” atracção do consumo que caracteriza as sociedades contemporâneas. (Rede Social de Baião/Câmara Municipal de Baião).

Crescente sinalização de comportamentos de risco associados ao alcoolismo e à toxicodependência.

O alcoolismo assume-se como um problema social cada vez mais complexo e cujas respostas exigem recursos diversos. O alcoolismo insere-se dentro de padrões culturais e valorativos dos modos de vida locais, assumindo-se como mais premente nas freguesias mais isoladas e rurais. O facto de muitas pessoas produzirem vinho para consumo próprio acentua a facilidade do seu acesso (Rede Social/Câmara Municipal de Baião, CDSSS – Serviço Local de Baião e *Focus group* Baião). O alcoolismo afigura-se como um problema associado a casos de violência doméstica, à inactividade, à falta de competências parentais e aos acidentes de viação (Rede Social/Câmara Municipal de Baião).

A toxicodependência tem vindo a assumir um papel importante nos últimos anos. Trata-se de um problema emergente e que está directamente relacionado com os movimentos pendulares para o Porto de jovens que vão trabalhar para o sector da construção civil, que dessa forma adquirem algum poder de compra, e assim se tornam alvos fáceis para os traficantes dos espaços de lazer nocturnos do Grande Porto.

A prática de consumos aditivos tem desencadeado o aumento do número de assaltos e da insegurança, nomeadamente nas freguesias de Frende, Ancede e Teixeira (Rede Social/Câmara Municipal de Baião). Denote-se ainda que algumas de dependências aparecem associadas a um cumulativo de problemáticas ligadas a baixas escolaridades, desenraizamentos sociais diversos, abandono e insucesso escolar, etc., o que faz com

que a intervenção nesta problemática seja complexa e muito difícil (Rede Social/Câmara Municipal de Baião).

Contexto de vivência ainda rural mas permeável a consumos urbanos e a situações de (sobre)vivência ligadas à economia informal.

A escolarização dos jovens não é valorizada, o que está na origem de valores preocupantes de abandono escolar. A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e a Inspeção-geral do Trabalho têm que estar permanentemente atentas porque estes jovens integram muito facilmente o mercado de trabalho na área da construção civil. Os salários que conseguem auferir concorrem directamente com as bolsas atribuídas nos cursos de promoção de formação.

Há responsabilidades múltiplas neste processo: a escola que não é atractiva, as famílias que necessitam desses rendimentos, enfim, a sociedade em geral, contribuindo-se assim implícita ou explicitamente para a valorização de percursos de mobilidade económica rápida em detrimento de uma aposta na escolarização e na qualificação dos jovens (Rede Social/Câmara Municipal de Baião, CDSSS – Serviço Local de Baião).

Quadro 24: Síntese de Indicadores Baião

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Baião
	Índice de dependência da população (2006)	48,6	45,3	50,8
	Taxa de variação da população residente 1991-2001 (2001)	5,0	6,2	-0,4
	Taxa de variação da população residente 2001-2006 (2001-2006)	2,3	1,5	-5,4
Demografia	Estrutura etária da população (%) (2006)	0-14: 15,5	0-14: 16,1	0-14: 16,8
		15-24: 11,9	15-24: 12,9	15-24: 14,2
		25-64: 55,4	25-64: 55,9	25-64: 52,1
		+65: 17,3	+65: 15,0	+65: 16,9
	Índice de Envelhecimento (2006)	111,7	93,3	100,9
Território e ocupação	Proporção de Área Predominantemente Rural (2001)	13,4	10,0	9,7
	Proporção de Área Medianamente Urbana	16,1	22,9	90,3
	Proporção de Área Predominantemente Urbana	70,5	67,1	0,0
Alojamento e habitação	Proporção de Pessoas residentes em alojamentos não clássicos (2001) % de alojamentos sobrelotados (2001)	0,7	0,5	0,1
		16	19	23
		1,9	1,9	6,8
	% de beneficiários de RSI (2005)	3,2	4,3	9,4
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – apoio domiciliário (2007)	5,3	3,8	3,6
Protecção social	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – lares e residência (2007)	(Continente)	(distrito do Porto)	
		8,9	6,5	10,5
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – centro de dia (2007)	10,1	6,9	2,2
	Peso de pensionistas face à população empregada (2001)	(Continente)	(distrito do Porto)	
	Peso das famílias numerosas face à população residente (2001)	45,0	40,3	63,9
Estruturas familiares	Peso de idosos em famílias de 1 pessoa face às famílias clássicas (2001) Peso das famílias mono parentais face às famílias clássicas (2001)	9,5	12,2	14,4
		22,2	18,2	24,2
		4,9	4,6	2,9

(cont.)

Modelo Social	Indicadores		Região Norte	Baía
	Portugal			
Marginalidade e desvio	Peso das famílias de avós com netos face às famílias clássicas (2001)	0,38	0,35	0,33
	Taxa de cobertura de creches (2007)	33,8 (Contínente)	22,7 (distrito do Porto)	30,2
	Taxa total de criminalidade por mil habitantes (2005)	37,3	31,2	24,4
Contexto de vivência rural/urbano	Porcentagem de estrangeiros na população residente (2001)	2,2	0,9	0,3
	Proporção da população com deficiência na população residente (2001)	6,1	5,9	6,3
Participação e informalidade	Valores e quadros de pertença			Marcados pela ruralidade
	Práticas de lazer e de sociabilidade			Marcadas pela ruralidade
	Redes de informalidade			Presença
	Importância da sociedade providência			Alguma, mas em fragmentação
Violência doméstica	Os mecanismos de controlo social			Fortes
				Visibilidade e associada a famílias com outros handicaps tais como, alcoolismo
Rendimentos	Alcoolismo			Muito frequente e disruptivo, nomeadamente em meio rural
	Consumo e tráfico de substâncias psicoactivas			Maior visibilidade em meio urbano
Rendimentos	IRS per capita euros (2005)	51,37	38,91	16,20
	Valor médio anual das pensões por pensionistas em euros (2006)	4 011	3 782	3 386
	Poder de compra per capita (2005)	100	30,2	0,1

Fontes: INE, Anuário Estatístico Regional, 2006; Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001; INE, Estimativas Anuais da População de 2005; Min.Educação; Min.Finanças-DGCI; Min.Juстиça; Instituto de Segurança Social. Tratamento estatístico Quatenaire Portugal, SA.

Legenda: Comparação com Portugal e Região Norte  Melhor  Similar  Pior  Muito Pior

2.2.3. Felgueiras

2.2.3.1. Mercado de trabalho e dinamismo económico

O forte crescimento da população residente em Felgueiras no período 1991/2001 não se manteve em 2001/2006, apesar do crescimento registado de 2,3%, tal como para Portugal.

Este é um concelho no qual a representatividade dos grupos etários jovens é bastante expressiva (34,7% da população em 2006 – o segundo valor mais significativo no conjunto dos oito concelhos).

Quanto à distribuição do pessoal ao serviço por sector de actividade, refira-se que é neste concelho que o sector secundário apresenta a maior expressão no grupo em análise (quase 80%).

Quadro 25: Indicadores do emprego no concelho de Felgueiras

Indicadores	Portugal	Região Norte	Felgueiras	
População Residente - 2006	10.599.095	3.744.341	58.922	
Taxa Var. População Residente - 1991/2001 (%)	5,0	6,2	17,2	
Taxa Var. População Residente - 2001/2006 (%)	2,3	1,5	2,3	
Distribuição da População por grupos etários, 2006 (%)	0-14	15,5	16,1	19,8
	15-24	11,9	12,9	14,8
	25-64	55,4	55,9	54,6
	>=65	17,3	15,0	10,8
Pessoal ao serviço, 2004	2.911.678	1.006.967	21.879	
% Pessoal ao serviço por sector de actividade, 2004	Primário	1,9	0,9	0,5
	Secundário	40,3	54,1	79,6
	Terciário	57,8	45,0	19,9
TPCO, 2005 (*)	2.173.144	741.827	15.180	
% TPCO segundo o nível de qualificação profissional, 2005	baixa(**)	46,6	54,3	74,1
	média(**)	41,5	36,1	22,5
	alta(**)	11,9	9,6	3,4
	Total	907,2	785,2	587,2
Ganho médio mensal dos TPCO nos estabelecimentos por município, por sector de actividade, 2005 (€)	Primário	629,2	557,1	471,3
	Secundário	826,9	712,3	554,0
	Terciário	966,3	864,9	702,5

Notas: (*) O total inclui trabalhadores com nível de habilitação desconhecido. (**) Baixa qualificação (TCO com habilitação igual ou inferior ao 2º CEB.); Média qualificação (TCO com 3º CEB e Secundário); Alta qualificação (TCO com Ens. Superior)

Considerando apenas os TPCO, verifica-se que Felgueiras, à semelhança de Paços de Ferreira, é um dos concelhos que se encontra em pior situação no que respeita ao nível de qualificação profissional. Por outro lado, este é um dos quatro concelhos que apresenta uma disparidade mais acentuada do ganho médio mensal dos TPCO face à Região Norte.

Quadro 26: Indicadores do desemprego no concelho de Felgueiras

Indicadores	Continente		Região Norte		Felgueiras		
	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	
Desempregados inscritos	457.864	386.377	205.115	175.448	4.110	3.944	
% Desempregados inscritos - Mulheres	56,3	59,8	56,5	61,0	55,8	61,6	
% Desemprego Registado segundo o grupo etário	< 25	15,0	13,8	15,4	14,0	14,2	17,1
	25-34	25,1	23,4	24,0	21,2	24,2	18,3
	35-54	40,0	42,4	41,6	43,9	45,3	45,4
	55 e +	20,0	20,3	19,1	20,9	16,2	19,1
% Desemprego Registado tempo de procura >= 1 ano	42,5	41,0	47,9	48,0	47,3	55,8	
% Desemprego Registado segundo o nível de escolaridade	Nenhum	5,6	5,4	5,5	5,3	5,9	5,3
	1ºCiclo	33,5	30,4	38,6	36,7	50,3	46,1
	2ºCiclo	21,0	17,8	22,5	18,5	24,9	17,7
	3ºCiclo	16,5	18,9	13,9	15,8	8,3	11,1
	Secundário	15,8	17,5	13,1	14,8	8,5	13,7
	Superior	7,5	10,0	6,4	8,9	2,1	6,0
% Desemprego Registado situação 1º emprego	6,7	9,3	7,2	10,3	4,3	12,8	

De finais de 2004 para Janeiro de 2008 e à semelhança do Continente e da Região Norte, Felgueiras apresenta uma descida do número de desempregados inscritos de cerca de 4%.

O valor do desemprego feminino cresce quase 6 p.p., e mantém-se próximo do da Região Norte. Já o DLD cresce quase 9 p.p. e afasta-se das médias do Continente e do Norte.

A estrutura do desemprego, apesar de continuar a ser liderada pelo grupo etário 35-54, passa a apresentar valores similares para os grupos <25 e 25-34 (que regista uma diminuição de 5,9 p.p.) e 55 e mais anos.

A estrutura de qualificações dos desempregados regista uma diminuição do desemprego muito desqualificado e um aumento dos desempregados com o nível secundário e superior.

2.2.3.2. Modelo social: padrões comportamentais e valorativos

Dinamismo demográfico e baixos níveis de envelhecimento da população

A exemplo de outros concelhos em análise, Felgueiras apresenta ainda um dinamismo demográfico considerável traduzido pelos baixos índices de dependência e de envelhecimento da população, assim como uma variação positiva do seu efectivo populacional. Este posicionamento assegura ao concelho um lugar privilegiado do ponto de vista social e económico no cômputo da Região Norte, a par de concelhos similares, tais como Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira ou Paredes.

Um perfil territorial de tendência marcadamente urbana, acompanhado por uma estruturação familiar ainda tradicional: rupturas e continuidades

Do ponto de vista da estruturação territorial, o desenvolvimento do concelho tem vindo a dificultar o recenseamento de áreas rurais, mas tão só áreas medianamente urbanas ou mesmo urbanas, o que traduz uma forma de ocupação do território algo distante do mundo rural. Esta situação ocasiona o posicionamento social e económico de Felgueiras no prolongamento de concelhos marcadamente urbanos e muito próximos da Grande Área Metropolitana do Porto.

Convém salientar a importância dos núcleos urbanos de Margaride e da Lixa e a sua importância na reconfiguração da urbanidade do concelho. Essa reconfiguração territorial ficou a dever-se sobretudo à ocupação pela indústria de zonas rurais. Tal circunstância obsta a que se assista a uma inter penetração contínua e intensa entre modos de vida rurais e urbanos, sendo importante repensar o equilíbrio desse contacto. Interessante é ainda salientar, mostrando todo o contexto de transição societal, o relativo peso das famílias numerosas e o pouco peso dos idosos isolados.

Investimentos importantes do ponto de vista da protecção social e existência de uma população não muito dependente

No concelho de Felgueiras constata-se a existência de um número de beneficiários de RSI similar ao número constante das zonas de referência (Portugal e Região Norte). Também têm, por comparação, um desempenho relativamente positivo as taxas de cobertura de equipamentos para idosos e crianças, demonstrando a capacidade de integração social de elementos mais frágeis do todo populacional.

Urbanidade e ruralidade vivenciadas em paralelo e com vivências diferenciadas de pobreza e de exclusão

As freguesias de perfil mais rural do concelho apresentam núcleos do que podemos chamar de pobreza mais tradicional, caracterizados pela escassez de recursos básicos, por uma pluriactividade agrícola-industrial e ainda por uma relação de grande precariedade com o mundo industrial (Rede Social de Felgueiras, Diagnóstico Social,

2004). As grandes problemáticas sociais que se colocam estão ligadas ao reiterado alcoolismo, ao abuso de menores, à interioridade, à desistência da escola, etc.

Muitas destas situações de pobreza são inclusive vivenciadas de forma envergonhada (Rede Social de Felgueiras, Diagnóstico Social, 2004 e *Focus group* Felgueiras, Março de 2008). Contrariamente, nas freguesias mais urbanas a pobreza é mais visível e aparece associada aos baixos rendimentos, às baixas qualificações, à precariedade do emprego, ao recuo dos mecanismos informais de integração laboral e ainda à prevalência de comportamentos aditivos ligados à toxicodependência e ao alcoolismo (Rede Social de Felgueiras, Diagnóstico Social, 2004 e *Focus group* Felgueiras, Março de 2008).

Mudanças recentes do ponto de vista da estruturação económica local têm levado à emergência de um número significativo de situações de exclusão social.

A elevada oferta de emprego gerava o desejo precoce de receber rendimentos e a saída antecipada da escola, por uma lógica de ascensão social fácil e conducente a uma vida mais desafogada e liberta dos constrangimentos económicos e culturais da agricultura. Desta feita, o contexto de pleno emprego vivenciado até finais do século XX ocasionou um certo acomodar a situações de precariedade, de economia informal e de baixas qualificações.

Actualmente, esse contexto deixou de existir e tem arrastado um aumento das fragilidades sociais, evidenciado num aumento da procura de RSI, na forte emigração de jovens para Espanha e no endividamento crescente das famílias (Rede Social de Felgueiras/ Câmara Municipal de Felgueiras, CDSSS – Serviço Local de Felgueiras e *Focus group*, Março de 2008). Todas estas configurações e modalidades de vivência de exclusão social tornam necessária uma aposta sustentada na promoção de novas áreas de investimento; na promoção da escolaridade e da formação profissional dos jovens em áreas também diversificadas; na promoção do envolvimento do sector privado na componente de apoio à família dos seus trabalhadores (creches, ATL's, centros de convívio para os idosos); na aposta no mercado social de emprego; e na rentabilização e maximização das estruturas de apoio social existentes (técnicos, espaços, outros de que dispõem) (*Focus group* Felgueiras, Março de 2008).

Quadro 24: Síntese de Indicadores Felgueiras

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Felgueiras
	Índice de dependência da população (2006)	48,6	45,3	44,1
	Taxa de variação da população residente 1991-2001 (2001)	5,0	6,2	17,2
	Taxa de variação da população residente 2001-2006 (2001-2006)	2,3	1,5	2,3
Demografia	Estrutura etária da população (%) (2006)	0-14: 15,5	0-14: 16,1	0-14: 19,8
		15-24: 11,9	15-24: 12,9	15-24: 14,8
		25-64: 55,4	25-64: 55,9	25-64: 56,6
		+65: 17,3	+65: 15,0	+65: 10,8
		111,7	93,3	54,2
Território e ocupação	Proporção de Área Predominantemente Rural (2001)	13,4	10,0	0,0
	Proporção de Área Medianamente Urbana	16,1	22,9	37,8
	Proporção de Área Predominantemente Urbana	70,5	67,1	62,2
	Proporção de Pessoas residentes em alojamentos não clássicos (2001)	0,7	0,5	0,2
Alojamento e habitação	% de alojamentos sobrelotados (2001)	16	19	19
	% de beneficiários de RSI (2005)	1,9	1,9	2,0
	% de beneficiários de RSI (2006)	3,2	4,3	3,4
Protecção social	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – apoio domiciliário (2007)	5,3	3,8	4,5
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – lares e residência (2007)	8,9	6,5	6,9
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – centro de dia (2007)	10,1	6,9	8,0
Estruturas familiares	Peso de pensionistas face à população empregada (2001)	45,0	40,3	25,6
	Peso das famílias numerosas face à população residente (2001)	9,5	12,2	15,3
	Peso de idosos em famílias de 1 pessoa face às famílias clássicas (2001)	22,2	18,2	13,2
	Peso das famílias mono parentais face às famílias clássicas (2001)	4,9	4,6	4,1

(cont.)

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Felgueiras
	Peso das famílias de avós com netos face às famílias clássicas (2001)	0,38	0,35	0,19
	Taxa de cobertura de creches (2007)	33,8 (Continente)	22,7 (distrito do Porto)	24,7
	Taxa total de criminalidade por mil habitantes (2005)	37,3	31,2	31,9
Marginalidade e desvio	Percentagem de estrangeiros na população residente (2001)	2,2	0,9	0,7
	Proporção da população com deficiência na população residente (2001)	6,1	5,9	2,7
Contexto de vivência rural/urbano	Valores e quadros de pertença			Marcados pela interpenetração entre valores rurais e urbanos
	Práticas de lazer e de sociabilidade			Marcadas pela ruralidade num quadro de desenvolvimento de estruturas urbanas
	Redes de informalidade			Presença
	Importância da sociedade providência			Alguma, mas em fragmentação
	Os mecanismos de controlo social			Forte
Participação e informalidade	Violência doméstica			Maior visibilidade e associada a famílias com outros handicaps tais como, alcoolismo
	Alcoolismo			Muito frequente e disruptivo, nomeadamente em meio rural
	Consumo e tráfico de substâncias psicoactivas			Maior visibilidade nos centros urbanos e em alguns concelhos rurais marcados por determinadas especificidades de desenvolvimento
Rendimentos	IRS per capita euros (2005)	51,37	38,91	23,52
	Valor médio anual das pensões por pensionistas em euros (2006)	4 011	3 782	3 349
	Poder de compra per capita (2005)	100	30,2	0,45

Fontes: INE, Anuário Estatístico Regional, 2006; Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001; INE, Estimativas Anuais da População de 2005; Min.Educação; Min.Finanças-DGCI; Min. Justiça; Instituto de Segurança Social. Tratamento estatístico Quaternaire Portugal, SA.

Legenda: Comparação com Portugal e Região Norte ■ Melhor ■ Similar ■ Pior ■ Muito Pior

2.2.4. Lousada

2.2.4.1. Mercado de trabalho e dinamismo económico

Lousada é o concelho mais dinâmico no período 2001/2006 quanto à variação da população residente (variação positiva de 5,4%). Simultaneamente, é o concelho com maior expressão dos grupos etários mais jovens: a população com menos de 25 anos representa 35% do total.

Refira-se que é o segundo concelho com maior peso do sector secundário no grupo em análise (mais de 79%).

Quadro 28: Indicadores do emprego no concelho de Lousada

Indicadores	Portugal	Região Norte	Lousada	
População Residente - 2006	10.599.095	3.744.341	47.130	
Taxa Var. População Residente - 1991/2001 (%)	5,0	6,2	17,0	
Taxa Var. População Residente - 2001/2006 (%)	2,3	1,5	5,4	
Distribuição da População por grupos etários, 2006 (%)	0-14	15,5	16,1	20,5
	15-24	11,9	12,9	14,6
	25-64	55,4	55,9	55,0
	>=65	17,3	15,0	10,0
Pessoal ao serviço, 2004	2.911.678	1.006.967	12.875	
% Pessoal ao serviço por sector de actividade, 2004	Primário	1,9	0,9	0,5
	Secundário	40,3	54,1	79,3
	Terciário	57,8	45,0	20,2
TPCO, 2005 (*)	2.173.144	741.827	8.804	
% TPCO segundo o nível de qualificação profissional, 2005	baixa(**)	46,6	54,3	71,9
	média(**)	41,5	36,1	24,5
	alta(**)	11,9	9,6	3,6
Ganho médio mensal dos TPCO nos estabelecimentos por município, por sector de actividade, 2005 (€)	Total	907,2	785,2	570,1
	Primário	629,2	557,1	509,2
	Secundário	826,9	712,3	552,2
	Terciário	966,3	864,9	631,9

Notas: (*) O total inclui trabalhadores com nível de habilitação desconhecido. (**) Baixa qualificação (TCO com habilitação igual ou inferior ao 2º CEB.); Média qualificação (TCO com 3º CEB e Secundário); Alta qualificação (TCO com Ens. Superior)

À semelhança dos restantes concelhos, os TPCO em Lousada também se caracterizam pelas baixas qualificações. Quanto ao ganho médio mensal dos TPCO, Lousada regista a segunda maior diferença de valores face à Região Norte.

Quadro 29: Indicadores do desemprego no concelho de Lousada

Indicadores	Continente		Região Norte		Lousada		
	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	
Desempregados inscritos	457.864	386.377	205.115	175.448	1.965	1.415	
% Desempregados inscritos - Mulheres	56,3	59,8	56,5	61,0	52,0	56,3	
% Desemprego Registado segundo o grupo etário	< 25	15,0	13,8	15,4	14,0	16,5	16,2
	25-34	25,1	23,4	24,0	21,2	24,1	18,2
	35-54	40,0	42,4	41,6	43,9	41,0	42,1
	55 e +	20,0	20,3	19,1	20,9	18,4	23,5
% Desemprego Registado tempo de procura >= 1 ano	42,5	41,0	47,9	48,0	53,1	45,7	
% Desemprego Registado segundo o nível de escolaridade	Nenhum	5,6	5,4	5,5	5,3	8,6	8,6
	1ºCiclo	33,5	30,4	38,6	36,7	43,6	44,2
	2ºCiclo	21,0	17,8	22,5	18,5	25,8	15,9
	3ºCiclo	16,5	18,9	13,9	15,8	10,6	13,9
	Secundário	15,8	17,5	13,1	14,8	8,4	11,4
	Superior	7,5	10,0	6,4	8,9	3,0	6,1
% Desemprego Registado situação 1º emprego	6,7	9,3	7,2	10,3	6,2	9,9	

Lousada é o concelho que apresenta a redução mais significativa do desemprego (-28%) dos territórios em análise. Paralelamente, regista melhorias significativas na redução do DLD, actualmente inferior à Região Norte. Também o desemprego feminino é inferior à Região Norte (segunda melhor situação da área em análise), mas com tendência de agravamento.

A estrutura do desemprego é liderada pelo grupo etário 35-54 e para o período em análise destaca-se um decréscimo acentuado do desemprego jovem e dificuldades muito significativas na redução do desemprego para o grupo com 55 e mais anos.

A estrutura de qualificações é marcada pela representatividade dos “muito desqualificados” que, apesar da sua diminuição, mantêm valores críticos (aproximadamente 70%). Em todos os outros níveis verifica-se um aumento do desemprego.

2.2.4.2. Modelo social: padrões comportamentais e valorativos

Território marcado pelo crescimento populacional e pela existência de uma população jovem.

Em termos de comportamento demográfico, o concelho de Lousada regista uma evolução favorável do crescimento populacional comparativamente ao cômputo geral do país, à Região Norte e aos outros concelhos em análise do Tâmega (INE,

Recenseamento Geral da População de 2001 e INE, Estimativas Anuais da População de 2005). Tal indicador evidencia o dinamismo populacional da zona e as suas intensas capacidades de fazer face às tendências de relativo envelhecimento populacional e subsequentes necessidades em termos de protecção social. Lousada é ainda justamente considerado como um dos concelhos mais jovens da Europa. Apesar da população do concelho ser jovem, tem vindo a registar-se um envelhecimento relativo, o que evidencia o desenho de tendências de dependência de cuidados de saúde e de protecção social mais exigentes do ponto de vista da sua representação à escala de Lousada quando consideramos a distribuição da população por grupos etários (INE, Estimativas Anuais da População de 2005).

Quadro de condições de habitabilidade marcado pela estabilidade com a presença de algumas situações de sobrelotação a merecer atenção.

Se se considerar que o alojamento traduz de forma relevante algumas das características mais importantes das condições de vida de uma população, é de salientar que a população lousadense apresenta valores residuais no tocante à residência em alojamentos não clássicos, isto é, barracas, casas abarracadas, ruínas, etc. Tal equivale a dizer que este é um quadro de habitação estabilizado na medida em que as vulnerabilidades e precariedades inerentes aos alojamentos não clássicos não se fazem sentir de forma particular neste contexto. Talvez esta situação decorra da ainda proeminência de um certo contexto de ruralidade marcado por redes de sociabilidade próximas e de interajuda intensas. Não é despreciando a este respeito relevar a importância da casa para estas populações, como foi reiterado pelos técnicos de intervenção local (Rede Social de Lousada/ Câmara Municipal de Lousada). No tocante aos alojamentos sobrelotados, o concelho já não apresenta um panorama tão favorável, apresentando valores superiores à Região Norte e a Portugal.

Presença de um quadro de vida não muito dependente de prestações sociais e forte enfoque aos mecanismos da sociedade providência.

O concelho de Lousada apresenta uma proporção de beneficiários de RSI equivalente aos totais nacionais e regionais e abaixo dos quantitativos registados para concelhos como Baião, Marco de Canaveses, Paredes ou Amarante (MTSS, 2005). Apresenta ainda uma proporção relativamente baixa de pensionistas face à população empregada. Destaque-se a importância dos mecanismos de solidariedade e de convivialidade vicinal e familiar que contribuem como âncoras e suportes de enraizamento social e de compensação em situações de maior vulnerabilidade.

Estruturas familiares marcadas pela coesão e por um perfil marcadamente tradicional funcionando como processos de coesão e de inserção social: baixos níveis de desafiliação.

Considerando o peso do número de idosos isolados, das famílias monoparentais e das famílias de avós com netos no cômputo geral das estruturas familiares do concelho, é de destacar a sua fraca representatividade, o que indicia um contexto de relações familiares marcadas pela rarefacção de formas atípicas de famílias (INE, Recenseamento

Geral da População de 2001 e Estimativas Anuais da População de 2005).

Assim, e numa lógica de análise da transformação das estruturas de co-residência ao longo da última década na sociedade portuguesa, algumas tendências actuais de mudança prendem-se com a redução da dimensão e complexidade das famílias, o crescimento de novas formas de família anteriormente menos frequentes (famílias monoparentais, famílias recompostas) ou, ainda, o aumento do número de indivíduos que ao longo do percurso de vida vivem sozinhos.

Ora, o contexto de vida de Lousada parece relativamente afastado destas tendências mais gerais de evolução das estruturas familiares, denotando uma presença de um contexto familiar tradicional não tão exigente em termos de prestações sociais e integrada ao ponto de não oferecer tantas vulnerabilidades à pobreza e exclusão como novas formas e segmentos de estruturas e comportamentos familiares. Não deixa de ser relevante no contexto da sociedade lousadense o peso das famílias com mais de 5 elementos, o que comprova mais uma vez a relevância da presença de formas tradicionais de família, onde o reagrupamento familiar ainda é importante. Aliás, o peso de famílias com 5 ou mais elementos pode justificar algumas tendências de sobrelotação dos alojamentos, uma vez que aquelas vão aumentando dentro de um mesmo quadro habitacional.

Baixos níveis de criminalidade mas aumento de situações de menores em risco em virtude de negligência.

Considerando os contextos de marginalidade e de desvio sociais, verifica-se que o comportamento da taxa de criminalidade em Lousada apresenta valores inferiores às médias nacional e regional, fazendo antever um contexto social marcado por relações securitárias em termos de vida social (Ministério da Justiça, 2004).

Têm vindo a tomar relevo algumas situações de violência doméstica, sobretudo porque estruturas como a CPCJ têm vindo a actuar no terreno e a tornar mais visíveis estes problemas (Rede Social de Lousada/ Câmara Municipal de Lousada). Aliás, existe um núcleo duro de pessoas que estão sinalizadas em todos os sectores da intervenção social e que acumulam todo um conjunto de *handicaps* e problemas. Também o número de menores em risco tem vindo a aumentar em virtude da actuação cada vez mais eficaz da CPCJ (CDSSS - Serviço Local de Lousada).

No tocante às dependências, o alcoolismo assume um maior relevo em detrimento da toxicodependência na medida em que existe uma tolerância cultural face ao consumo de álcool. O álcool é fortemente valorizado em contextos de convivialidade e o seu consumo excessivo é objecto de encobrimento social. A toxicodependência está presente nos meios rurais e urbanos, pese embora seja mais visível nestes últimos. O consumo de drogas leves assume para muitos jovens um carácter de verdadeira modernidade, equivalendo a tudo quanto os modos de vida dos grandes centros urbanos têm de libertador e de positivo (CDSSS - Serviço Local de Lousada).

Contexto de vivência muito marcado por solidariedades, ritmos e contextos de ruralidade

Trata-se de um concelho muito marcado por um contexto de intensa ruralidade que se viu confrontado de forma muito imediata com valores urbanos no tocante aos bens de consumo. Dada a omnipresença da ruralidade, estamos perante a existência de elevados índices de controlo social que funcionam como mecanismos de combate à exclusão nas suas formas e modalidades mais drásticas e severas.

Existem algumas situações de pobreza escondida, nomeadamente no tocante às gerações mais idosas (Rede Social de Lousada/ Câmara Municipal de Lousada). Uma das categorias mais vulneráveis à pobreza é constituída pelos idosos de baixos rendimentos. A presença da horta em freguesias mais rurais é importante para equilibrar orçamentos familiares (CDSSS - Serviço Local de Lousada).

A importância dos mecanismos da economia subterrânea no papel de combate à pobreza e exclusão

Ainda persistem situações de trabalho no domicílio, nomeadamente em freguesias mais rurais e no tocante a mulheres (Rede Social de Lousada). Os “biscates” assumem também importância, designadamente em determinadas áreas da construção civil (*Focus group* Lousada). Presença de manifestações de economia subterrânea que contraditoriamente tem vindo a ditar um modelo de desenvolvimento desarticulado e muitas vezes desfasado da realidade, mas que tem servido de válvula de escape a determinadas situações de pobreza e de exclusão (CDSSS - Serviço Local de Lousada). Aliás, muitas das inércias e formas reiteradas de assistencialismo têm derivado da existência de um suporte local, ainda que precário, de integração social e económica (*Focus group* Lousada).

Quadro 30: Síntese de Indicadores Lousada

Modelo Social	Indicadores		Região Norte		Lousada
	Portugal				
Demografia	Índice de dependência da população (2006)		48,6	45,3	44,4
	Taxa de variação da população residente 1991-2001 (2001)		5,0	6,2	17,0
	Taxa de variação da população residente 2001-2006 (2001-2006)		2,3	1,5	5,4
Estrutura etária da população (%) (2006)	0-14: 15,5		0-14: 16,1		0-14: 20,5
	15-24: 11,9		15-24: 12,9		15-24: 14,6
	25-64: 55,4		25-64: 55,9		25-64: 55,0
	+65: 17,3		+65: 15,0		+65: 10,0
Território e ocupação	Índice de Envelhecimento (2006)		111,7	93,3	48,8
	Proporção de Área Predominantemente Rural (2001)		13,4	10,0	0,0
	Proporção de Área Medianamente Urbana		16,1	22,9	45,3
	Proporção de Área Predominantemente Urbana		70,5	67,1	54,7
Alojamento e habitação	Proporção de Pessoas residentes em alojamentos não clássicos (2001)		0,7	0,5	0,1
	% de alojamentos sobrelotados (2001)		16	19	23
	% de beneficiários de RSI (2005)		1,9	1,9	2,1
Protecção social	% de beneficiários de RSI (2006)		3,2	4,3	5,6
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – apoio domiciliário (2007)		5,3	3,8	2,3
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – lares e residência (2007)		8,9	6,5	5,2
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – centro de dia (2007)		10,1	6,9	1,1
Estruturas familiares	Peso de pensionistas face à população empregada (2001)		45,0	40,3	24,2
	Peso das famílias numerosas face à população residente (2001)		9,5	12,2	17,1
	Peso de idosos em famílias de 1 pessoa face às famílias clássicas (2001)		22,2	18,2	11,6
	Peso das famílias mono parentais face às famílias clássicas (2001)		4,9	4,6	3,6

(cont.)

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Lousada
	Peso das famílias de avós com netos face às famílias clássicas (2001)	0,38	0,35	
	Taxa de cobertura de creches (2007)	33,8 (Continente)	22,7 (distrito do Porto)	
Marginalidade e desvio	Taxa total de criminalidade por mil habitantes (2005)	37,3	31,2	
	Percentagem de estrangeiros na população residente (2001)	2,2	0,9	
	Proporção da população com deficiência na população residente (2001)	6,1	5,9	
Contexto de vivência rural/urbano	Valores e quadros de pertença			Marcados pela ruralidade
	Práticas de lazer e de sociabilidade			Marcados pela ruralidade
Participação e informalidade	Redes de informalidade			Forte presença
	Importância da sociedade providência			Forte presença
	Os mecanismos de controlo social			Forte
	Violência doméstica e de proximidade			Maior visibilidade
	Consumo e tráfico de substâncias psicoactivas			Maior visibilidade em meio urbano
Rendimentos	IRS per capita euros (2005)	51,37	38,91	
	Valor médio anual das pensões por pensionistas em euros (2006)	4 011	3 782	
	Poder de compra per capita (2005)	100	30,2	0,26

Fontes: INE, Anuário Estatístico Regional, 2006; Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001; INE, Estimativas Anuais da População de 2005; Min.Educação, Min.Finanças-DGCI; Min.Justiza; Instituto de Segurança Social, Tratamento estatístico Quotidiano de Portugal, SA.

Legenda: Comparação com Portugal e Região Norte



Melhor



Similar



Pior



Muito Pior

2.2.5. Marco de Canaveses

2.2.5.1. Mercado de trabalho e dinamismo económico

No período 2001/2006 o concelho do Marco de Canaveses apresenta um aumento da população residente mais expressivo do que a Região Norte e o Continente, à semelhança do que se verificara para o período 1991/2001.

Tal como todos os concelhos em análise, os grupos etários jovens são mais representativos do que na Região Norte e no Continente, totalizando quase 34% da população.

Mais uma vez, o sector secundário é o mais representativo: mais de 76% do pessoal ao serviço em 2004 encontrava-se neste sector, contra 23% do sector terciário.

Quadro 31: Indicadores do emprego no concelho de Marco de Canaveses

Indicadores	Portugal	Região Norte	Marco de Canaveses	
População Residente - 2006	10.599.095	3.744.341	54.733	
Taxa Var. População Residente - 1991/2001 (%)	5,0	6,2	8,9	
Taxa Var. População Residente - 2001/2006 (%)	2,3	1,5	4,4	
Distribuição da População por grupos etários, 2006 (%)	0-14	15,5	16,1	19,3
	15-24	11,9	12,9	14,4
	25-64	55,4	55,9	54,4
	>=65	17,3	15,0	11,8
Pessoal ao serviço, 2004	2.911.678	1.006.967	13.877	
% Pessoal ao serviço por sector de actividade, 2004	Primário	1,9	0,9	0,8
	Secundário	40,3	54,1	76,1
	Terciário	57,8	45,0	23,1
TPCO, 2005 (*)	2.173.144	741.827	9.483	
% TPCO segundo o nível de qualificação profissional, 2005	baixa(**)	46,6	54,3	73,1
	média(**)	41,5	36,1	22,7
	alta(**)	11,9	9,6	4,3
Ganho médio mensal dos TPCO nos estabelecimentos por município, por sector de actividade, 2005 (€)	Total	907,2	785,2	613,0
	Primário	629,2	557,1	465,0
	Secundário	826,9	712,3	593,9
	Terciário	966,3	864,9	666,2

Notas: (*) O total inclui trabalhadores com nível de habilitação desconhecido. (**) Baixa qualificação (TCO com habilitação igual ou inferior ao 2º CEB.); Média qualificação (TCO com 3º CEB e Secundário); Alta qualificação (TCO com Ens. Superior)

No que respeita ao nível de qualificação profissional dos TPCO, o concelho do Marco de Canaveses regista umas das situações mais críticas: mais de 73% dos TPCO têm baixas qualificações face aos 54% da Região Norte.

Por último, também no Marco de Canaveses se verifica uma diferença relevante do ganho médio mensal dos TPCO face à Região Norte.

Quadro 32: Indicadores do desemprego no concelho de Marco de Canaveses

Indicadores	Continente		Região Norte		Marco de Canaveses		
	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	
Desempregados inscritos	457.864	386.377	205.115	175.448	2.353	2.478	
% Desempregados inscritos - Mulheres	56,3	59,8	56,5	61,0	57,9	73,4	
% Desemprego Registrado segundo o grupo etário	< 25	15,0	13,8	15,4	14,0	21,7	17,3
	25-34	25,1	23,4	24,0	21,2	27,4	25,6
	35-54	40,0	42,4	41,6	43,9	36,8	40,4
	55 e +	20,0	20,3	19,1	20,9	14,1	16,7
% Desemprego Registrado tempo de procura >= 1 ano	42,5	41,0	47,9	48,0	40,7	49,0	
% Desemprego Registrado segundo o nível de escolaridade	Nenhum	5,6	5,4	5,5	5,3	5,9	5,2
	1ºCiclo	33,5	30,4	38,6	36,7	39,5	38,2
	2ºCiclo	21,0	17,8	22,5	18,5	25,8	24,6
	3ºCiclo	16,5	18,9	13,9	15,8	12,9	13,9
	Secundário Superior	15,8	17,5	13,1	14,8	11,9	12,7
	7,5	10,0	6,4	8,9	4,0	5,4	
% Desemprego Registrado situação 1º emprego	6,7	9,3	7,2	10,3	10,8	14,6	

O concelho do Marco de Canaveses, à semelhança de Amarante e Baião, regista um aumento do desemprego (mais de 5%). O forte crescimento do DLD (mais de 8 p.p.), aproxima este indicador do valor médio da Região Norte. Conjuntamente com os dois concelhos já referidos e com Penafiel, o Marco de Canaveses regista um dos mais fortes aumentos do desemprego feminino (+15,5 p.p.)

Apesar da redução do desemprego jovem, a estrutura do desemprego continua a ser liderada por este grupo (quase 43%).

Por fim, e para o período em análise, mantém-se a estrutura de qualificações dos desempregados.

2.2.5.2. Modelo social: padrões comportamentais e valorativos

Concelho marcado por uma estrutura etária jovem e dinâmicas de crescimento populacional.

A taxa de dependência total da população assume valores similares às médias regionais e nacional. O comportamento do índice de envelhecimento é de tendência baixa quando comparado com as médias nacional, regional e com os valores do concelho de Baião, portanto segue um percurso de dinamismo populacional acentuado. No mesmo sentido, também se posiciona a taxa de variação da população, atestando que

estamos perante uma população em crescimento e marcada por uma estrutura etária jovem (Diagnóstico Social do Concelho de Marco de Canaveses, 2007).

Estruturas familiares de perfil tradicional mas sujeitas a processos recentes de mudança.

O contexto social regista o aumento do número de idosos a viverem isolados mas com valores inferiores às médias regional e nacional. Também a retracção da natalidade e o aumento das taxas de divórcio tem aumentado o número de grupos domésticos monoparentais, mas no caso do Marco ainda de valor inferior aos contextos de referência analítica.

Condições de habitabilidade razoáveis e valorização da casa como referencial das identidades sociais

A incidência dos valores dos alojamentos não clássicos e a relativa importância da proporção de alojamentos sobrelotados indicia um contexto de proximidade familiar e vicinal que leva a que numa situação de debilidade económica, os grupos domésticos se alarguem num mesmo quadro habitacional.

Dentro dos processos sociais que caracterizam o Marco, salienta-se a importância dos mecanismos informais de integração, onde ainda todos ajudam e cooperam em momentos de crise e de dificuldades. Por exemplo, no concernente à habitação, a casa é assumidamente um objectivo a atingir, desencadeando-se uma intensa rede de solidariedade local nos apoios à construção ou à recuperação/requalificação das habitações mais degradadas (Rede Social do Marco de Canaveses/ Câmara Municipal do Marco de Canaveses).

Baixas taxas de institucionalização dos idosos e das crianças.

O concelho é marcado por um contexto de proximidade familiar e vicinal que promove a vivência das populações em contextos sociais de proximidade. No que diz respeito às crianças, existe uma lacuna sentida em todo o concelho ao nível da escassa existência de espaços para as crianças com idades até aos 3 anos e crianças e jovens em idade escolar, nos seus tempos livres. Esta lacuna leva a que muitas das crianças fiquem entregues a si próprias nestes períodos e não desenvolvam um espaço qualificado de complemento e desenvolvimento pessoal adequado ao prosseguimento do sucesso educativo (Diagnóstico Social do Concelho de Marco de Canaveses, 2007).

Em termos de dependência face às prestações sociais, o número de pensionistas no concelho do Marco encontra-se abaixo das médias regional, nacional e dos concelhos mais envelhecidos e rurais desta zona do Tâmega. Por outro lado, o número de beneficiários de RSI é relevante, só superado por Baião, indiciando um contexto de precariedade económica e social relevante. Aliás, o número de processos de RSI tem vindo a aumentar no concelho em virtude do aumento dos riscos de desemprego nas camadas intermédias da população activa com deficiente qualificação e da crise generalizada do sector agrícola (Diagnóstico Social do Concelho de Marco de Canaveses, 2007).

Precariedade económica e precariedade social.

Cerca de 80% dos beneficiários do RSI do concelho podem ser considerados famílias normais, com emprego, mas cujos salários não são suficientes para suprir as necessidades básicas (CDSSS – Serviço Local de Marco de Canaveses), o que equivale a dizer que as actuais condições de debilidade económica são determinantes para o desenho de situações de pobreza e de exclusão que antes eram colmatadas por via da dupla actividade, mas que agora não são. Desta feita, muitas situações de exclusão estão directamente relacionadas com a precariedade do emprego, nomeadamente quando não são feitos contratos de trabalho. Não obstante, esta situação é considerada favorável tanto pelo empregador como pelo trabalhador (*Focus group* Marco de Canaveses).

Existe uma representação que coloca o concelho do Marco numa espécie de encruzilhada, pois trata-se de um concelho que foi objecto de um crescimento muito rápido e desestruturado, existindo alguma incapacidade de gestão da mudança e da novidade. A evolução não foi feita de forma gradual, havendo um forte sentimento de desenraizamento, nomeadamente por parte dos mais jovens (Rede Social do Marco de Canaveses/ Câmara Municipal do Marco de Canaveses).

A via da emigração como forma de combate à precariedade

Actualmente, existe uma forte emigração para o estrangeiro (Espanha, França e Alemanha) que vem adensar os fluxos que já se fizeram sentir nas décadas de 60, 70 e 80 do século XX. É comum dizer-se que na freguesia de Penhalonga, durante a semana, não existem homens. Geralmente, estes circuitos mais actuais de emigração canalizam-se para trabalho precário e envolvem muita população jovem masculina em idade activa (Rede Social do Marco de Canaveses/ Câmara Municipal do Marco de Canaveses e *Focus group* Marco de Canaveses).

Importância dos mecanismos paralelos de integração económica e sua importância na estruturação de modos de vida fragilizados.

A economia subterrânea caracteriza também este concelho, nomeadamente nos sectores do têxtil e dos granitos. Trata-se de uma espécie de “jogo” que é aceite por todos. É por isso importante investir em campanhas de sensibilização para o problema.

Consumo naturalizado e intergeracional de álcool e permeabilidade a modalidades de consumo de substâncias psicoactivas em franco crescimento

O alcoolismo não assume um grau de gravidade tão preocupante como o da toxicod dependência. Trata-se, no entanto, de um fenómeno mais compreendido socialmente e aceite culturalmente. Atinge sobretudo uma faixa etária de população entre os 40 e os 60 anos e maioritariamente masculina (Rede Social do Marco de Canaveses/ Câmara Municipal do Marco de Canaveses) e está geralmente associado à violência doméstica e à desestruturação familiar (CDSSS – Serviço Local de Marco

de Canaveses).

A toxicodependência surge como uma fragilidade e vulnerabilidade incontornável da população residente, designadamente, os mais jovens. Este fenómeno está muito localizado em Alpendurada (Baixo concelho) e no centro da cidade. Neste caso poderá estar relacionado com estratégias e dinâmicas de afirmação juvenil perante um contexto de falta de oportunidades e de crescimento económico e social muito acelerado. Com efeito, esta é uma realidade sócio-geográfica que, apesar de ser formalmente uma cidade, ainda tem um padrão de valores, atitudes e cultura muito equivalente aos de uma vila.

Existem inclusivamente alguns comportamentos pautados por um certo carácter de mimetismo face aos existentes nas grandes cidades. No tocante ao Baixo concelho, podemos considerar que se trata de uma zona relativamente favorecida em termos de recursos económicos no contexto do Marco, zona onde se localiza a indústria e que aparece muito ligada às exportações, podendo dizer-se que se assiste a uma grande facilidade e acesso a determinados consumos (*Focus group* Marco de Canaveses e Rede Social do Marco de Canaveses/ Câmara Municipal do Marco de Canaveses).

Quadro 33: Síntese de Indicadores Marco de Canaveses

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Marco de Canaveses
	Índice de dependência da população (2006)	48,6	45,3	
	Taxa de variação da população residente 1991-2001 (2001)	5,0	6,2	
	Taxa de variação da população residente 2001-2006 (2001-2006)	2,3	1,5	
Demografia	Estrutura etária da população (%) (2006)	0-14: 15,5	0-14: 16,1	
		15-24: 11,9	15-24: 12,9	
		25-64: 55,4	25-64: 55,9	
		+65: 17,3	+65: 15,0	
	Índice de Envelhecimento (2006)	111,7	93,3	
Território e ocupação	Proporção de Área Predominantemente Rural (2001)	13,4	10,0	2,8
	Proporção de Área Medianamente Urbana	16,1	22,9	51,4
	Proporção de Área Predominantemente Urbana	70,5	67,1	45,8
Alojamento e habitação	Proporção de Pessoas residentes em alojamentos não clássicos (2001)	0,7	0,5	
	% de alojamentos sobrelotados (2001)	16	19	
	% de beneficiários de RSI (2005)	1,9	1,9	
	% de beneficiários de RSI (2006)	3,2	4,3	
Protecção social	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – apoio domiciliário (2007)	5,3	3,8	
		(Continente)	(distrito do Porto)	
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – lares e residência (2007)	8,9	6,5	
	(Continente)	(distrito do Porto)		
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – centro de dia (2007)	10,1	6,9	
	(Continente)	(distrito do Porto)		
	Peso de pensionistas face à população empregada (2001)	45,0	40,3	
Estruturas familiares	Peso das famílias numerosas face à população residente (2001)	9,5	12,2	
	Peso de idosos em famílias de 1 pessoa face às famílias clássicas (2001)	22,2	18,2	
	Peso das famílias mono parentais face às famílias clássicas (2001)	4,9	4,6	

(cont.)

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Marco de Canavese
	Peso das famílias de avós com netos face às famílias clássicas (2001)	0,38	0,35	0,4
	Taxa de cobertura de creches (2007)	33,8	22,7	7,7
	Taxa total de criminalidade por mil habitantes (2005)	(Continente) 37,3	(distrito do Porto) 31,2	22,2
Marginalidade e desvio	Percentagem de estrangeiros na população residente (2001)	2,2	0,9	0,5
	Proporção da população com deficiência na população residente (2001)	6,1	5,9	3,9
Contexto de vivência rural/urbano	Valores e quadros de pertença			Marcados pela ruralidade
	Práticas de lazer e de sociabilidade			Marcada pela penetração de valores e quadros de referência urbanos
Participação e informalidade	Redes de informalidade			Forte presença
	Importância da sociedade providência			Forte presença
	Os mecanismos de controlo social			Forte
Consumo e tráfico de substâncias psicoactivas	Alcoollismo			Persistente mas naturalizado
				Maior visibilidade em meio urbano e freguesias de fronteira com outros concelhos
Rendimentos	IRS per capita euros (2005)	51,37	38,91	16,22
	Valor médio anual das pensões por pensionistas em euros (2006)	4 011	3 782	3 508
	Poder de compra per capita (2005)	100	30,2	0,31

Fontes: INE, Anuário Estatístico Regional, 2006; Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001; INE, Estimativas Anuais da População de 2005; Min.Educação; Min.Finanças-DGCI; Min.Justiza; Instituto de Segurança Social. Tratamento estatístico Quaternaire Portugal, SA.

Legenda: Comparação com Portugal e Região Norte



Melhor

Similar

Pior

Muito Pior

2.2.6. Paços de Ferreira

2.2.6.1. Mercado de trabalho e dinamismo económico

Paços de Ferreira é o segundo concelho mais dinâmico no período 2001/2006 quanto à variação da população residente (variação positiva de 5,1%), claramente acima da Região Norte.

No que respeita à distribuição da população por grupos etários e tal como já vem sendo referido, este é mais um concelho cuja população jovem é mais representativa do que nos territórios de referência.

Refira-se novamente o peso do sector secundário também neste concelho, que emprega 72% do pessoal ao serviço.

Quadro 34: Indicadores do emprego no concelho de Paços de Ferreira

Indicadores	Portugal	Região Norte	Paços de Ferreira	
População Residente - 2006	10.599.095	3.744.341	55.692	
Taxa Var. População Residente - 1991/2001 (%)	5,0	6,2	19,9	
Taxa Var. População Residente - 2001/2006 (%)	2,3	1,5	5,1	
Distribuição da População por grupos etários, 2006 (%)	0-14	15,5	16,1	20,2
	15-24	11,9	12,9	13,7
	25-64	55,4	55,9	56,3
	>= 65	17,3	15,0	9,8
Pessoal ao serviço, 2004	2.911.678	1.006.967	17.305	
% Pessoal ao serviço por sector de actividade, 2004	Primário	1,9	0,9	0,2
	Secundário	40,3	54,1	72,0
	Terciário	57,8	45,0	27,8
TPCO, 2005 (*)	2.173.144	741.827	11.891	
% TPCO segundo o nível de qualificação profissional, 2005	baixa(**)	46,6	54,3	74,1
	média(**)	41,5	36,1	23,2
	alta(**)	11,9	9,6	2,7
Ganho médio mensal dos TPCO nos estabelecimentos por município, por sector de actividade, 2005 (€)	Total	907,2	785,2	553,1
	Primário	629,2	557,1	455,3
	Secundário	826,9	712,3	509,2
	Terciário	966,3	864,9	654,5

Notas: (*) O total inclui trabalhadores com nível de habilitação desconhecido. (**) Baixa qualificação (TCO com habilitação igual ou inferior ao 2º CEB.); Média qualificação (TCO com 3º CEB e Secundário); Alta qualificação (TCO com Ens. Superior)

Considerando apenas os TPCO, verifica-se que Paços de Ferreira é o concelho em pior situação no que respeita ao nível de qualificação profissional, a par de Felgueiras: mais de 74% apresentam baixas qualificações.

Por último, este é o concelho que apresenta uma disparidade mais acentuada do ganho médio mensal dos TPCO face à Região Norte (seguido de Lousada, Baião e Felgueiras).

Quadro 35: Indicadores do desemprego no concelho de Paços de Ferreira

Indicadores	Continente		Região Norte		Paços de Ferreira		
	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	
Desempregados inscritos	457.864	386.377	205.115	175.448	2.173	1.956	
% Desempregados inscritos - Mulheres	56,3	59,8	56,5	61,0	52,5	54,4	
% Desemprego Registrado segundo o grupo etário	< 25	15,0	13,8	15,4	14,0	14,5	13,8
	25-34	25,1	23,4	24,0	21,2	20,8	16,0
	35-54	40,0	42,4	41,6	43,9	46,0	47,2
	55 e +	20,0	20,3	19,1	20,9	18,6	23,1
% Desemprego Registrado tempo de procura >= 1 ano	42,5	41,0	47,9	48,0	51,0	46,1	
% Desemprego Registrado segundo o nível de escolaridade	Nenhum	5,6	5,4	5,5	5,3	10,4	10,1
	1ºCiclo	33,5	30,4	38,6	36,7	47,8	47,6
	2ºCiclo	21,0	17,8	22,5	18,5	22,7	19,4
	3ºCiclo	16,5	18,9	13,9	15,8	8,3	9,4
	Secundário Superior	15,8	17,5	13,1	14,8	6,4	8,7
	Superior	7,5	10,0	6,4	8,9	4,4	4,9
% Desemprego Registrado situação 1º emprego	6,7	9,3	7,2	10,3	4,6	6,4	

No concelho de Paços de Ferreira verifica-se uma tendência de redução do desemprego (quase -10%), ainda assim inferior à Região Norte e ao Continente e aos concelhos com a melhor evolução (Lousada, Paredes e Penafiel).

As melhorias significativas na redução do DLD colocam o concelho com um valor inferior à Região Norte.

No que respeita ao desemprego feminino, apesar do ligeiro aumento, mantém-se um valor inferior à Região Norte e é o concelho que regista menor expressão deste indicador (54,4% em Janeiro 2008).

A análise à estrutura do desemprego demonstra a liderança do grupo etário 35-54 anos e a melhor situação em termos de desemprego jovem, inferior quer à Região Norte, quer ao Continente.

Já a estrutura de qualificações dos desempregados apresenta uma situação de manutenção e a pior situação em termos de desemprego desqualificado (77%), claramente superior à Região Norte.

Dos territórios em análise, o concelho de Paços de Ferreira é o que regista menos desempregados em situação de primeiro emprego: 6,4% do total em Janeiro de 2008.

2.2.6.2. Modelo social: padrões comportamentais e valorativos

Um quadro de vida marcado pela juvenilidade

Trata-se de um concelho marcado pela juvenilidade da sua população. Essa característica é atestada pelos dados da taxa de variação da população residente que apresentam um sinal positivo face ao contexto regional e nacional. Também os baixos índices de envelhecimento e de dependência da população idosa são sintomáticos de uma sociedade jovem, assim como o baixo peso relativo dos pensionistas face à população empregada. Não obstante essa característica de conjunto, são passíveis de identificar diferenciações em função das diferentes densidades populacionais.

Assim, os aglomerados populacionais mais relevantes são Freamunde e Paços de Ferreira, que são também servidos pelas principais vias que atravessam e estruturam o território. Paços de Ferreira assume-se como um local de passagem obrigatória entre o Porto, Lousada, Felgueiras, Valongo, Guimarães, bem como Penafiel, Paredes e Santo Tirso, o que lhe confere um papel de charneira no contexto da Região Norte de Portugal (Rede Social de Paços de Ferreira, Diagnóstico Social, 2004).

Este papel tem vindo a exponenciar-se após a abertura recente da A42. O desenvolvimento sócio territorial pacense tem vindo a nortear-se pela crescente implantação de um quadro de ocupação territorial de perfil urbano ou medianamente urbano. O dinamismo concelhio do concelho não deve fazer esquecer também a importância crescente das vulnerabilidades da população idosa (*Focus group* Paços de Ferreira, Dezembro de 2007 e *Focus group* Paços de Ferreira, Fevereiro de 2008).

A importância dos mecanismos tradicionais de estruturação familiar e seu funcionamento como âncoras de base de integração social.

O contexto familiar é marcado por grupos domésticos de tendência tradicional, onde se destaca a forte presença de 5 ou mais elementos e a pouca importância relativa de núcleos domésticos constituídos por um único elemento. Essa mesma característica poderá ainda ser comprovada pelo facto do concelho apresentar uma relativa baixa cobertura de equipamentos de suporte à população infantil, acompanhando uma tendência de fazer permanecer os filhos em casa até à entrada na escola primária.

Um contexto de mudança e de novas restrições, a emergência de fragilidades sociais e económicas.

A exemplo de Felgueiras, também em Paços de Ferreira o modelo de baixos salários, baixas qualificações e economia informal parece ter vindo a diminuir a sua importância. Assim se explica que exista cada vez mais a tendência para entender o contexto pacense como sendo revelador de que as baixas qualificações da população estão na base da grande parte das situações de exclusão.

E, cada vez mais, por uma alteração valorativa em curso, não se trata de se ser excluído

só pela existência de baixos rendimentos, mas pela existência de uma desqualificação social e cultural que se traduz numa má auto-imagem, em modos de vida disfuncionais, em desestruturação familiar, na identificação com modelos de consumo não adequados aos baixos rendimentos e na desvalorização dos percursos escolares e na limitação das expectativas.

Refira-se a este propósito que a adesão à formação profissional aumentou porque muitas das entidades empregadoras têm vindo a tornar-se mais exigentes, procurando colaboradores mais qualificados (*Focus group* Paços de Ferreira, Dezembro de 2007 e *Focus group* Paços de Ferreira, Fevereiro de 2008).

A emergência de categorias particularmente vulneráveis à exclusão

Os idosos com carreiras contributivas baixas ou inexistentes e que actualmente recebem pensões de baixo valor assumem-se actualmente como um dos grupos sociais mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social. Com efeito, esta situação é vivida pelos idosos que vivem muitas situações de pobreza envergonhada (Rede Social de Paços de Ferreira/ Câmara Municipal de Paços de Ferreira; CDSSS – Serviço Local de Paços de Ferreira).

O desenvolvimento da pluriactividade e a criação de práticas de subterraneidade fazem parte de um padrão que encontra na diversidade ocupacional e na vantagem (pelo menos a curto prazo) da economia subterrânea e paralela um meio de consolidar um modo de vida algo estável e consonante com os padrões de consumo exigíveis pela sociedade, designadamente, a posse de um carro e de uma casa. Contudo, as flutuações do sistema produtivo têm vindo a ditar o fracasso desse *modus vivendi*.

Assim, os salários praticados são actualmente insuficientes para suprir as despesas das famílias, o que é agravado pelo fim da componente salarial variável e não declarada das horas extraordinárias. Os impostos directos e indirectos são muito elevados, as prestações dos empréstimos à habitação têm vindo a aumentar de forma significativa e as pessoas perderam poder de compra. Os compromissos bancários assumidos têm valores demasiado elevados relativamente aos rendimentos reais (sobre endividamento), situação agravada pela diminuição de horas extraordinárias, o que gera a asfixia financeira destes activos empregados (Rede Social de Paços de Ferreira/ Câmara Municipal de Paços de Ferreira; CDSSS – Serviço Local de Paços de Ferreira).

Para fazer face a esta situação, tem vindo a ser importante a emigração para Espanha, sendo esta situação particularmente evidente nos operários fabris da indústria de mobiliário (*Focus group* Paços de Ferreira, Fevereiro de 2008). Não deixa de ser relevante esta procura por Espanha, que é inclusivamente comprovada pelo facto de actualmente se encontrarem na Escola Secundária de Paços de Ferreira cerca de 559 alunos a aprender a Língua Espanhola, sendo que para os alunos do Ensino Recorrente, o mercado da Galiza se tem vindo a tornar altamente aliciente (Jornal de Notícias, 1 de Março de 2008).

O recuo das horas extraordinárias, dos pagamentos extras ou mesmo da precariedade de emprego têm vindo a acentuar o caudal de beneficiários de RSI no concelho. E este é um sinal claro da crescente fragilização da coesão social, pois é possível identificar como desempregados 50% dos beneficiários desta medida de inserção (CDSSS – Serviço Local de Paços de Ferreira).

A estas “novas” categorias de vulnerabilidade à exclusão, podemos juntar um segmento mais persistente de excluídos: um conjunto aproximado de duas centenas de famílias disfuncionais que reproduzem ciclicamente circuitos de pobreza e que acumulam um conjunto de problemáticas sociais várias: baixas qualificações dos adultos, baixos rendimentos, dificuldade na gestão doméstica, abandono escolar dos filhos e modos de vida disfuncionais (enraizados no alcoolismo) (Rede Social de Paços de Ferreira/ Câmara Municipal de Paços de Ferreira; CDSSS – Serviço Local de Paços de Ferreira).

Desinserção juvenil e rápida transição para um contexto de referenciais urbanos.

A toxicodependência já foi um problema muito visível mas actualmente não é premente dado o acompanhamento existente. O grosso dos toxicodependentes mantém uma ligação com os serviços de tratamento, estão relativamente acompanhados e mantêm os laços familiares. Contudo, não deixa de ser relevante assinalar a importância crescente do consumo lúdico de álcool e drogas por parte dos jovens, fruto de mimetismos diversos e de uma forma de entender o urbano.

A transição demasiado rápida entre um quadro valorativo tradicional e uma urbanidade (por vezes) demasiado artificial tende ainda a ser conducente à não valorização da escola e à busca fácil de consumos ostentatórios, o que despoleta sentimentos de inferioridade e de estigmatização em alguns jovens (*Focus group* Paços de Ferreira, Dezembro de 2007; *Focus group* Paços de Ferreira, Fevereiro de 2008).

Quadro 36: Síntese de Indicadores Paços de Ferreira

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Paços de Ferreira
	Índice de dependência da população (2006)	48,6	45,3	42,9
	Taxa de variação da população residente 1991-2001 (2001)	5,0	6,2	19,9
	Taxa de variação da população residente 2001-2006 (2001-2006)	2,3	1,5	5,1
Demografia	Estrutura etária da população (%) (2006)	0-14: 15,5	0-14: 16,1	0-14: 20,2
		15-24: 11,9	15-24: 12,9	15-24: 13,7
		25-64: 55,4	25-64: 55,9	25-64: 56,3
		+65: 17,3	+65: 15,0	+65: 9,8
	Índice de Envelhecimento (2006)	111,7	93,3	48,4
Território e ocupação	Proporção de Área Predominantemente Rural (2001)	13,4	10,0	0,0
	Proporção de Área Medianamente Urbana	16,1	22,9	23,4
	Proporção de Área Predominantemente Urbana	70,5	67,1	76,6
Alojamento e habitação	Proporção de Pessoas residentes em alojamentos não clássicos (2001)	0,7	0,5	0,2
	% de alojamentos sobrelotados (2001)	16	19	23,0
	% de beneficiários de RSI (2005)	1,9	1,9	3,0
	% de beneficiários de RSI (2006)	3,2	4,3	5,7
Protecção social	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – apoio domiciliário (2007)	5,3 (Continente)	3,8 (distrito do Porto)	3,4
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – lares e residência (2007)	8,9 (Continente)	6,5 (distrito do Porto)	4,4
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – centro de dia (2007)	10,1 (Continente)	6,9 (distrito do Porto)	6,5
Estruturas familiares	Peso de pensionistas face à população empregada (2001)	45,0	40,3	20,9
	Peso das famílias numerosas face à população residente (2001)	9,5	12,2	16,7
	Peso de idosos em famílias de 1 pessoa face às famílias clássicas (2001)	22,2	18,2	9,9
	Peso das famílias mono parentais face às famílias clássicas (2001)	4,9	4,6	3,7

(cont.)

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Pacos de Ferreira
	Peso das famílias de avós com netos face às famílias clássicas (2001)	0,38	0,35	0,18
	Taxa de cobertura de creches (2007)	33,8 (Continente)	22,7 (distrito do Porto)	10,5
	Taxa total de criminalidade por mil habitantes (2005)	37,3	31,2	22,0
Marginalidade e desvio	Percentagem de estrangeiros na população residente (2001)	2,2	0,9	0,5
	Proporção da população com deficiência na população residente (2001)	6,1	5,9	4,3
Contexto de vivência rural/urbano	Valores e quadros de pertença			Presença de valores urbanos
	Práticas de lazer e de sociabilidade			Marcados pela sub urbanidade
	Redes de informalidade			Forte presença
	Importância da sociedade providência			Presença
	Os mecanismos de controlo social			Razoáveis
Participação e informalidade	Violência doméstica e de proximidade			Maior visibilidade
	Consumo e tráfico de substâncias psicoactivas			Maior visibilidade em meio urbano e na proximidade de locais movimentados
Rendimentos	IRS per capita euros (2005)	51,37	38,91	29,89
	Valor médio anual das pensões por pensionistas em euros (2006)	4 011	3 782	3 362
	Poder de compra per capita (2005)	100	30,2	0,33

Fontes: INE, Anuário Estatístico Regional, 2006; Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001; INE, Estimativas Anuais da População de 2005; Min.Educação; Min.Finanças-DGCI; Min.Justiza; Instituto de Segurança Social. Tratamento estatístico Quaternaire Portugal, SA.

Legenda: Comparação com Portugal e Região Norte



2.2.7. Paredes

2.2.7.1. Mercado de trabalho e dinamismo económico

No período 2001/2006 o concelho de Paredes também apresenta um crescimento da população residente mais significativo do que a Região Norte e o Continente, à semelhança do que se verificara para o período 1991/2001.

Encontramos novamente um concelho com uma população relativamente mais jovem do que nos territórios de referência.

Quadro 37: Indicadores do emprego no concelho de Paredes

Indicadores	Portugal	Região Norte	Paredes	
População Residente - 2006	10.599.095	3.744.341	86.539	
Taxa Var. População Residente - 1991/2001 (%)	5,0	6,2	14,2	
Taxa Var. População Residente - 2001/2006 (%)	2,3	1,5	3,8	
Distribuição da População por grupos etários, 2006 (%)	0-14	15,5	16,1	19,5
	15-24	11,9	12,9	14,0
	25-64	55,4	55,9	56,6
	>=65	17,3	15,0	9,9
Pessoal ao serviço, 2004	2.911.678	1.006.967	20.532	
% Pessoal ao serviço por sector de actividade, 2004	Primário	1,9	0,9	0,3
	Secundário	40,3	54,1	70,4
	Terciário	57,8	45,0	29,3
TPCO, 2005 (*)	2.173.144	741.827	13.090	
% TPCO segundo o nível de qualificação profissional, 2005	baixa(**)	46,6	54,3	68,9
	média(**)	41,5	36,1	25,8
	alta(**)	11,9	9,6	5,4
	Total	907,2	785,2	611,1
Ganho médio mensal dos TPCO nos estabelecimentos por município, por sector de actividade, 2005 (€)	Primário	629,2	557,1	565,5
	Secundário	826,9	712,3	541,5
	Terciário	966,3	864,9	730,4

Notas: (*) O total inclui trabalhadores com nível de habilitação desconhecido. (**) Baixa qualificação (TCO com habilitação igual ou inferior ao 2º CEB.); Média qualificação (TCO com 3º CEB e Secundário); Alta qualificação (TCO com Ens. Superior)

Em 2004, o sector secundário ainda era o mais representativo em Paredes, ainda que tenha a segunda menor expressão relativa no grupo em análise.

Analisando somente os TPCO, mantém-se o peso elevado das baixas qualificações, embora o concelho apresente uma das situações mais favoráveis quando comparada com os restantes.

Por último, também em Paredes se verifica uma diferença relevante do ganho médio mensal dos TPCO face à Região Norte.

Quadro 38: Indicadores do desemprego no concelho de Paredes

Indicadores	Continente		Região Norte		Paredes		
	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	
Desempregados inscritos	457.864	386.377	205.115	175.448	3.937	3.173	
% Desempregados inscritos - Mulheres	56,3	59,8	56,5	61,0	59,9	65,3	
% Desemprego Registado segundo o grupo etário	< 25	15,0	13,8	15,4	14,0	20,1	16,8
	25-34	25,1	23,4	24,0	21,2	30,4	21,7
	35-54	40,0	42,4	41,6	43,9	35,0	43,6
	55 e +	20,0	20,3	19,1	20,9	14,5	17,9
% Desemprego Registado tempo de procura >= 1 ano	42,5	41,0	47,9	48,0	51,9	45,4	
% Desemprego Registado segundo o nível de escolaridade	Nenhum	5,6	5,4	5,5	5,3	7,9	8,2
	1ºCiclo	33,5	30,4	38,6	36,7	35,5	37,1
	2ºCiclo	21,0	17,8	22,5	18,5	28,4	20,4
	3ºCiclo	16,5	18,9	13,9	15,8	14,0	15,4
	Secundário Superior	15,8	17,5	13,1	14,8	9,9	12,6
% Desemprego Registado situação 1º emprego	6,7	9,3	7,2	10,3	6,8	9,6	

O concelho de Paredes regista uma diminuição muito relevante do número de desempregados inscritos (-19,4%), só acompanhada por Lousada e Penafiel.

A significativa melhoria na redução do DLD coloca o concelho numa posição favorável relativamente à Região Norte.

À semelhança das áreas em comparação, o desemprego feminino aumentou, sendo em Janeiro de 2008 superior à Região Norte e ao Continente.

Paredes regista a melhor evolução ao nível da diminuição do desemprego jovem (-12 p.p.) e mantém uma estrutura do desemprego liderada pelo grupo etário 35-54 anos.

Já a estrutura de qualificações é marcada pela representatividade dos “muito desqualificados” que, apesar da sua diminuição, totalizam 66%, acima da Região Norte. Nos restantes níveis verifica-se um aumento do desemprego.

2.2.7.2. Modelo social: padrões comportamentais e valorativos

Território demograficamente dinâmico com uma taxa de variação da população residente de tendência positiva.

Paredes é um concelho marcado pela juvenildade em termos demográficos que se traduz numa população activa muito jovem (o índice de juventude da população em idade activa era, em 2001, de 169,2, quando a nível nacional esse valor ficava em 120,3) que constitui um contingente significativo de mão-de-obra disponível para ingressar no mercado de trabalho, evidenciando uma lógica ainda persistente de mão-de-obra expectante.

O cenário de uma ruralidade tendencialmente presente nos modos de vida e de uma indústria transformadora como principal agente empregador da região apontam para um regime de dupla actividade que de alguma forma pode abrandar situações de pobreza decorrentes das variações do mercado de emprego.

No concelho de Paredes, a exemplo de outros concelhos em análise, a estruturação dos grupos domésticos ainda é tradicional e atestada pelo ainda significativo peso das famílias numerosas e pelo reduzido peso dos idosos em famílias com uma pessoa face à Região Norte e ao contexto nacional.

Também a existência, em termos comparativos, de uma menor taxa de cobertura de creches poderá indiciar a assunção da educação e guarda das crianças pelo seio da família e a opção por quadros de primeira socialização muito dependentes do meio e das capacidades do contexto familiar. Dentro das vivências familiares, é ainda importante reforçar o peso dos alojamentos sobre ocupados, denunciando um quadro de vida ainda muito marcado pela reunião familiar em torno da casa.

Presença de um quadro de vida muito dependente de prestações sociais (RSI) e forte enfoque aos mecanismos da sociedade providência.

Um dos principais problemas elencados do ponto de vista da exclusão social prende-se com a existência de baixos níveis de escolaridade. Com efeito, a escola é vista e representada com muita desconfiança, atitude materializada na fraca participação dos pais, na fraca atractividade da escola enquanto espaço de conhecimento e de valorização pessoal, não sendo de somenos importância a presença de um elevado número de agregados familiares com pouco recursos económicos, originando fenómenos de abandono escolar como forma de subsistência à família.

Assim, existe uma fraca estimulação das crianças e jovens para a obtenção de bons resultados escolares e alimentam-se fracas expectativas face à escola, o que ocasiona um processo reiterado de desmotivação dos pais, filhos e da própria instituição escolar que poderá levar ao abandono ou insucesso escolar (CDSSS – Serviço Local de Paredes e *Focus group* Paredes, Janeiro de 2008).

Muitas das situações de precariedade económica ainda são colmatadas pelo recurso às solidariedades de vizinhança, mas recentemente também se têm vindo a revelar no aumento do número de beneficiários de RSI ao longo da última década. A crescente instabilidade profissional é inclusivamente atestada pelo recuo do trabalho sazonal, dos biscates, da economia subterrânea (suporte de maior parte das famílias) em zonas outrora muito dinâmicas, tais como Rebordosa e Lordelo.

A importância da economia subterrânea é concomitante de uma crescente habituação aos subsídios e ao instalar de uma cultura da dependência que inclusivamente é atestada pelo facto de se gerarem fenómenos de dependência face aos cursos de formação profissional por parte das mulheres beneficiárias de RSI (*Focus group* Paredes, Março de 2008).

Presença de circuitos reprodutores da pobreza e de cariz intergeracional.

Tem vindo a ser possível identificar no concelho um crescente número de situações de pobreza ligadas a diversos factores em interdependência mútua: o desemprego, essencialmente de longa duração; dificuldades na gestão de recursos financeiros; os empregos precários; a desestruturação familiar e problemas conexos (toxicodependência, alcoolismo); a delinquência e marginalização; o crescimento de um mal-estar social; aumento da dependência dos serviços/assistencialismo; emergência de práticas discriminatórias; fenómenos de mendicidade; etc.

No concelho de Paredes, existe uma problemática que coincide com o que se pode apelar de incipiente e deficitária gestão familiar. Este problema leva à existência de um elevado número de filhos nas famílias mais carenciadas, à emergência de problemas associados de toxicodependência e de alcoolismo, aos baixos níveis de escolaridade, aos baixos níveis de formação e de qualificação, a processos de desestruturação familiar, a inexistência ou deficitária priorização de consumos, a processos cristalizados de dependência sócio-económica/ assistencialismo, a problemas de crianças mal tratadas, a fenómenos de abandono/absentismo escolar, ao não acesso aos direitos de cidadania, a situações de vulnerabilidade social e económica, a pobreza, ao endividamento, etc. (CDSSS – Serviço Local de Paredes; *Focus group* Paredes, Fevereiro de 2008; *Focus group* Paredes, Março de 2008).

Contexto de transição valorativa e sua importância nos processos de desintegração juvenil.

A desvalorização da escola é considerada como sendo um problema de base e revelador de todo um quadro de vida marcado pela vulnerabilidade à exclusão social (Rede Social de Paredes, Diagnóstico Social de Paredes, 2006; *Focus group* Paredes, Janeiro de 2008; *Focus group* Paredes, Março de 2008).

De facto, trata-se de um problema de cariz estrutural a nível concelhio, que exigiu inclusivamente o reforço da equipa da CPCJ. Inicialmente, as causas destes fenómenos eram eminentemente económicas mas actualmente já não o são, dado que as famílias podem recorrer a programas de apoio económico. Num passado recente, o mercado

de trabalho absorvia os jovens, concretamente a indústria da marcenaria, mas actualmente isso já não acontece e os jovens permanecem em casa com a convívência das famílias.

A escola é desvalorizada pelas famílias, que não vêem nela uma preparação imediata para o mercado de trabalho. Por outro lado, embora actualmente contenha uma vertente mais profissionalizante, a escola tem sido muito académica e por isso pouco apelativa para os jovens (CDSSS – Serviço Local de Paredes). A persistência de elevadas taxas de abandono escolar e de saída antecipada da escola são mais intensas no género masculino, pois as solicitações do mercado de trabalho face ao emprego desqualificante são mais sedutoras para os homens.

Presença de um contexto de sustentabilidade frágil do ponto de vista social, associado a um quadro de não pleno emprego (emigração da população jovem para Espanha).

O Diagnóstico Social de Paredes referencia situações de nova pobreza decorrentes de casos de desemprego de longa duração, acomodação a situações de inactividade, má gestão dos recursos financeiros e problemáticas associadas (toxicoddependência e alcoolismo).

O endividamento surge como uma consequência deste processo. Embora se verifique algum desordenamento do território, especialmente devido ao intenso volume de construção de edifícios e às características intrínsecas da indústria do mobiliário, onde se confunde a zona habitacional com a zona industrial, existe ainda a possibilidade de conviver com zonas de preservação ambiental e essencialmente rurais. Nas freguesias de Lordelo e de Parteira é muito visível a emigração para Espanha de activos masculinos jovens, ocasionando um quadro de mudança importante na estruturação das relações familiares quotidianas e suas consequências em termos de modos de vida e padrões de comportamento (*Focus group* Paredes, Março de 2008).

Aumento da visibilidade dos problemas aditivos e reconfiguração da sua importância do ponto de vista da desintegração social.

O alcoolismo é uma realidade omnipresente e factor de desintegração social em meio urbano e rural e em todas as faixas etárias. No âmbito da CPCJ, aparece associado à violência, aos maus-tratos e a inúmeros acidentes de trabalho. A toxicoddependência aparece associada a Baltar, Lordelo, Rebordosa e Recarei, freguesias muito marcadas pela industrialização acelerada a partir dos anos 80 do século passado.

Esta população tem geralmente um suporte familiar, o que faz com que permaneça relativamente integrada e não seja muito visível no espaço enquanto protagonistas de mendicidade ou de arrumadores de carros. Afigura-se como problemática a falta de apoios à população toxicoddependente, pois os programas são demasiado dispendiosos, existe uma ausência de estruturas de apoio e faltam de recursos económicos (CDSSS – Serviço Local de Paredes).

Quadro 39: Síntese de Indicadores Paredes

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Paredes
Modelo Social	Índice de dependência da população (2006)	48,6	45,3	41,7
	Taxa de variação da população residente 1991-2001 (2001)	5,0	6,2	14,2
	Taxa de variação da população residente 2001-2006 (2001-2006)	2,3	1,5	3,8
Demografia	Estrutura etária da população (%) (2006)	0-14: 15,5	0-14: 16,1	0-14: 19,5
		15-24: 11,9	15-24: 12,9	15-24: 14,0
		25-64: 55,4	25-64: 55,9	25-64: 56,6
		+65: 17,3	+65: 15,0	+65: 9,9
		111,7	93,3	50,6
Território e ocupação	Proporção de Área Predominantemente Rural (2001)	13,4	10,0	1,9
	Proporção de Área Medianamente Urbana	16,1	22,9	22,9
	Proporção de Área Predominantemente Urbana	70,5	67,1	75,1
	Proporção de Pessoas residentes em alojamentos não clássicos (2001)	0,7	0,5	0,4
Alojamento e habitação	% de alojamentos sobrelotados (2001)	16	19	28,0
	% de beneficiários de RSI (2005)	1,9	1,9	2,9
	% de beneficiários de RSI (2006)	3,2	4,3	7,6
Protecção social	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – apoio domiciliário (2007)	5,3	3,8	5,4
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – lares e residência (2007)	8,9	6,5	5,7
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – centro de dia (2007)	10,1	6,9	8,2
Estruturas familiares	Peso de pensionistas face à população empregada (2001)	45,0	40,3	24,0
	Peso das famílias numerosas face à população residente (2001)	9,5	12,2	15,7
	Peso de idosos em famílias de 1 pessoa face às famílias clássicas (2001)	22,2	18,2	11,1
	Peso das famílias mono parentais face às famílias clássicas (2001)	4,9	4,6	3,8

(cont.)

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Paredes
	Peso das famílias de avós com netos face às famílias clássicas (2001)	0,38	0,35	0,2
	Taxa de cobertura de creches (2007)	33,8 (Continente)	22,7 (distrito do Porto)	12,5
	Taxa total de criminalidade por mil habitantes (2005)	37,3	31,2	23,0
	Percentagem de estrangeiros na população residente (2001)	2,2	0,9	0,4
	Proporção da população com deficiência na população residente (2001)	6,1	5,9	4,8
	Contexto de vivência rural/urbano			Presença de valores urbanos em interpenetração forte com uma ruralidade ainda muito presente
	Valores e quadros de pertença			Marcados pela sub urbanidade
	Práticas de lazer e de sociabilidade			Forte presença
	Redes de informalidade			Presença
	Importância da sociedade providência			Razoáveis
	Os mecanismos de controlo social			Maior visibilidade
	Violência doméstica e de proximidade			Maior visibilidade em meio urbano e zonas de transição face ao Porto
	Consumo e tráfico de substâncias psicoactivas			
	IRS per capita euros (2005)	51,37	38,91	14,93
	Valor médio anual das pensões por pensionistas em euros (2006)	4 011	3 782	3 487
	Poder de compra per capita (2005)	100	30,2	0,54

Fontes: INE, Anuário Estatístico Regional, 2006; Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001; INE, Estimativas Anuais da População de 2005; Min.Educação; Min.Finanças-DGC; Min.Justiza; Instituto de Segurança Social. Tratamento estatístico Quatemaire Portugal, SA.

Legenda: Comparação com Portugal e Região Norte  Melhor  Similar  Pior  Muito Pior

2.2.8. Penafiel

2.2.8.1. Mercado de trabalho e dinamismo económico

No período 2001/2006 Penafiel, ao contrário da maioria dos concelhos em análise, apresenta uma taxa de crescimento da população residente inferior à RN e ao território nacional, à semelhança do que se verificara para o período 1991/2001. Em contrapartida, é um concelho com uma população relativamente mais jovem do que os territórios de referência.

Quadro 40: Indicadores do emprego no concelho de Penafiel

Indicadores	Portugal	Região Norte	Penafiel	
População Residente - 2006	10.599.095	3.744.341	72.129	
Taxa Var. População Residente - 1991/2001 (%)	5,0	6,2	4,9	
Taxa Var. População Residente - 2001/2006 (%)	2,3	1,5	0,5	
Distribuição da População por grupos etários, 2006 (%)	0-14	15,5	16,1	19,3
	15-24	11,9	12,9	14,6
	25-64	55,4	55,9	55,0
	>=65	17,3	15,0	11,2
Pessoal ao serviço, 2004	2.911.678	1.006.967	19.550	
% Pessoal ao serviço por sector de actividade, 2004	Primário	1,9	0,9	0,9
	Secundário	40,3	54,1	72,1
	Terciário	57,8	45,0	27,0
TPCO, 2005 (*)	2.173.144	741.827	13.495	
% TPCO segundo o nível de qualificação profissional, 2005	baixa(**)	46,6	54,3	65,0
	média(**)	41,5	36,1	28,1
	alta(**)	11,9	9,6	6,9
	Total	907,2	785,2	691,5
Ganho médio mensal dos TPCO nos estabelecimentos por município, por sector de actividade, 2005 (€)	Primário	629,2	557,1	492,5
	Secundário	826,9	712,3	629,7
	Terciário	966,3	864,9	811,3

Notas: (*) O total inclui trabalhadores com nível de habilitação desconhecido. (**) Baixa qualificação (TCO com habilitação igual ou inferior ao 2º CEB.); Média qualificação (TCO com 3º CEB e Secundário); Alta qualificação (TCO com Ens. Superior)

Registe-se o acentuado peso do sector secundário no concelho, que emprega mais de 72% do pessoal ao serviço.

Cingindo a análise aos TPCO, encontramos a segunda melhor situação no que respeita às qualificações, ainda que longe dos valores na Região Norte.

Por último, e mesmo sendo o segundo concelho que mais se aproxima da Região Norte no que respeita ao ganho médio mensal dos TPCO, ainda se verifica uma grande disparidade relativamente à Região Norte e ao Continente.

Quadro 41: Indicadores do desemprego no concelho de Penafiel

Indicadores	Continente		Região Norte		Penafiel		
	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	2004 (Dez)	2008 (Jan)	
Desempregados inscritos	457.864	386.377	205.115	175.448	2.985	2.344	
% Desempregados inscritos - Mulheres	56,3	59,8	56,5	61,0	58,3	68,0	
% Desemprego Registado segundo o grupo etário	< 25	15,0	13,8	15,4	14,0	22,6	21,4
	25-34	25,1	23,4	24,0	21,2	25,0	22,6
	35-54	40,0	42,4	41,6	43,9	34,6	37,6
	55 e +	20,0	20,3	19,1	20,9	17,8	18,4
% Desemprego Registado tempo de procura >= 1 ano	42,5	41,0	47,9	48,0	52,0	41,9	
% Desemprego Registado segundo o nível de escolaridade	Nenhum	5,6	5,4	5,5	5,3	7,5	8,2
	1ºCiclo	33,5	30,4	38,6	36,7	36,5	31,8
	2ºCiclo	21,0	17,8	22,5	18,5	24,2	18,2
	3ºCiclo	16,5	18,9	13,9	15,8	15,9	18,3
	Secundário	15,8	17,5	13,1	14,8	11,3	15,7
	Superior	7,5	10,0	6,4	8,9	4,6	7,8
% Desemprego Registado situação 1º emprego	6,7	9,3	7,2	10,3	8,8	13,9	

Penafiel regista a segunda melhor situação em termos da diminuição do desemprego (-21,5%), uma variação muito mais expressiva que na Região Norte e no Continente.

As melhorias significativas na redução do DLD colocam o concelho numa situação mais favorável do que a média da Região Norte, mas ainda assim superior à média do Continente.

O aumento registado no desemprego feminino mantém o concelho com valores superiores à Região Norte e ao Continente.

Apesar da diminuição do desemprego jovem, mantém-se a sua relevância a par com o grupo etário 35-54 anos.

A estrutura de qualificação dos desempregados altera-se no período em análise: verifica-se uma diminuição dos muito desqualificados (a melhor situação dos oito concelhos), mas aumento dos desempregados com o nível secundário e superior.

2.2.8.2. Modelo social: padrões comportamentais e valorativos

Território marcado por dinâmicas emergentes de envelhecimento populacional e de aumento dos índices de dependência geracional.

A taxa de variação da população nos últimos anos tem apresentado em Penafiel tendências de sinal decrescente, o que também tem tido impactos no aumento do índice de dependência da população jovem e idosa sobre a população activa. Assim, a estrutura demográfica está em fase de reconfiguração tendente a uma aproximação face aos valores e perfis de desenvolvimento do território nacional e do enquadramento regional mais vasto onde se insere.

Estruturação familiar de perfil tradicional mas crescentemente confrontada pelo aumento do número de famílias com idosos isolados sobretudo nas freguesias mais rurais.

O concelho está ainda marcado pelo peso das famílias numerosas, não obstante as estruturas familiares se vejam confrontadas com mudanças, designadamente pelo aumento do número de idosos isolados, o que trará desafios relevantes do ponto de vista da integração social. Existem muitas zonas no concelho a descoberto em termos de respostas sociais e multiplicam-se os casos de isolamento e de más condições de habitabilidade que afectam essencialmente a população idosa (*Focus group* Penafiel, Dezembro de 2007).

Crescente precarização das famílias e aumento da dependência face às prestações sociais.

Tal como nos outros concelhos, tem vindo a registar-se um aumento do número de beneficiários de RSI, indiciando um contexto de crescente fragilização de muitos núcleos familiares. A título exemplificativo, foi-nos referenciado, no decurso do trabalho de terreno, o aumento do número de alunos subsidiados na Escola Secundária de Penafiel, o que evidencia uma crescente carência dos grupos domésticos e das suas consequentes necessidades.

Emergência de novas situações de fragilidade e de novas formas de pobreza e de exclusão associadas ao endividamento das famílias.

A estagnação da construção civil e a sua consequente libertação de mão-de-obra tem vindo a afectar os rendimentos das famílias e as suas capacidades de fazer face aos compromissos económicos assumidos. Algumas das soluções encontradas pelos actores sociais têm-se prendido com a emigração para Espanha, existindo lugares que sofrem totalmente os efeitos desta estratégia (*Focus group* Penafiel, Dezembro de 2007; *Focus group* Penafiel, Fevereiro de 2008).

A importância do alcoolismo e seus efeitos disruptivos, nomeadamente nas zonas das pedreiras.

O alcoolismo radica numa naturalização do consumo de álcool por parte dos diferentes elementos da sociedade. Todas as situações familiares precárias e disfuncionais acabam por se associar a uma situação de alcoolismo que está na base dos problemas, quer de um ou de ambos os elementos do casal.

O alcoolismo é mais rural e mais masculino, embora não surja apenas nesses contextos, e nem sempre é percebido como sendo um problema dado que as pessoas argumentam que bebem “o normal”. Trata-se portanto de uma questão cultural mas que é responsável por fenómenos de desestruturação do emprego (*Focus group* Penafiel, Dezembro de 2007; *Focus group* Penafiel, Fevereiro de 2008).

O consumo excessivo de álcool por parte dos trabalhadores das pedreiras do concelho está identificado. Trata-se de uma questão cultural, muito ligada à profissão, que exige esforço físico e provoca sede – saciada com álcool em vez de água. Se o desempenho profissional não sai afectado, por outro lado este fenómeno tem reflexos graves na saúde dos indivíduos, no surgimento precoce de doenças e, a nível familiar, em situações de violência doméstica (Rede Social de Penafiel/ Câmara Municipal de Penafiel).

Grupos mais vulneráveis à pobreza e exclusão no concelho

Os grupos mais vulneráveis são as pessoas vítimas de alcoolismo, as famílias de menores com processos de promoção e de protecção na CPCJ e as famílias com planos de inserção no âmbito do RSI. No contexto de Penafiel, também os fenómenos de violência doméstica e de desocupação juvenil são apontados como catalizadores de situações de ruptura social (Rede Social de Penafiel/ Câmara Municipal de Penafiel).

Quadro 42: Síntese de Indicadores Penafiel

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Penafiel
	Índice de dependência da população (2006)	48,6	45,3	43,7
	Taxa de variação da população residente 1991-2001 (2001)	5,0	6,2	4,9
	Taxa de variação da população residente 2001-2006 (2001-2006)	2,3	1,5	0,5
Demografia	0-14: 15,5		0-14: 16,1	0-14: 19,3
	15-24: 11,9		15-24: 12,9	15-24: 14,6
	25-64: 55,4		25-64: 55,9	25-64: 55,0
	+65: 17,3		+65: 15,0	+65: 11,2
	Índice de Envelhecimento (2006)	111,7	93,3	58,0
Território e ocupação	Proporção de Área Predominantemente Rural (2001)	13,4	10,0	2,1
	Proporção de Área Medianamente Urbana	16,1	22,9	65,0
	Proporção de Área Predominantemente Urbana	70,5	67,1	32,9
	Proporção de Pessoas residentes em alojamentos não clássicos (2001)	0,7	0,5	0,3
Alojamento e habitação	% de alojamentos sobrelotados (2001)	16	19	27,0
	% de beneficiários de RSI (2005)	1,9	1,9	2,1
	% de beneficiários de RSI (2006)	3,2	4,3	5,9
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – apoio domiciliário (2007)	5,3	3,8	5,6
Protecção social	(Continente)		(distrito do Porto)	
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – lares e residência (2007)	8,9	6,5	7,7
	(Continente)		(distrito do Porto)	
	Taxa de cobertura equipamentos de apoio a idosos – centro de dia (2007)	10,1	6,9	12,4
	(Continente)		(distrito do Porto)	
	Peso de pensionistas face à população empregada (2001)	45,0	40,3	30,5
Estruturas familiares	Peso das famílias numerosas face à população residente (2001)	9,5	12,2	16,6
	Peso de idosos em famílias de 1 pessoa face às famílias clássicas (2001)	22,2	18,2	13,9
	Peso das famílias mono parentais face às famílias clássicas (2001)	4,9	4,6	4,0

(cont.)

Modelo Social	Indicadores	Portugal	Região Norte	Penafiel
	Peso das famílias de avós com netos face às famílias clássicas (2001)	0,38	0,35	0,24
	Taxa de cobertura de creches (2007)	33,8 (Continente)	22,7 (distrito do Porto)	18,1
	Taxa total de criminalidade por mil habitantes (2005)	37,3	31,2	30,4
	Percentagem de estrangeiros na população residente (2001)	2,2	0,9	0,4
	Proporção da população com deficiência na população residente (2001)	6,1	5,9	4,1
	Valores e quadros de pertença			Emergência de valores urbanos
	Práticas de lazer e de sociabilidade			Marcados pela sub-urbanidade
	Redes de informalidade			Forte presença
	Importância da sociedade providência			Presença
	Os mecanismos de controlo social			Razoáveis
	Violência doméstica e de proximidade			Maior visibilidade
	Consumo e tráfico de substâncias psicoactivas			Maior visibilidade em meio urbano
Rendimentos	IRS per capita euros (2005)	51,37	38,91	19,07
	Valor médio anual das pensões por pensionistas em euros (2006)	4 011	3 782	3 573
	Poder de compra per capita (2005)	100	30,2	0,43

Fontes: INE, Anuário Estatístico Regional, 2006; Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001; INE, Estimativas Anuais da População de 2005; Min.Educação; Min.Finanças-DGCI; Min.Justiza; Instituto de Seguranca Social. Tratamento estatístico Quaternaire Portugal, SA.

Legenda: Comparação com Portugal e Região Norte



3 Impactos do desemprego e do emprego de baixa qualidade na pobreza e exclusão social

3.1. Tipologia de modos de vida face à pobreza e exclusão social e sua transcrição concelhia

3.1.1. Explicitação da tipologia

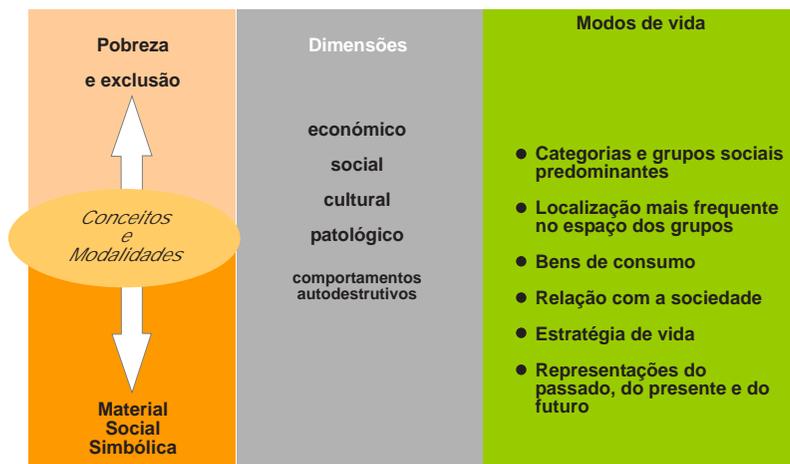
O fenómeno da exclusão social congrega três dimensões fundamentais: a material, que respeita à distribuição de recursos de vária ordem; a social, respeitante à reconstrução de identidades e sociabilidades; e a simbólica, que se refere à capacidade diferencial de impor significações. De acordo com esta perspectiva, o excluído é aquele que, num problema de assimetria de poderes, não tem acesso aos direitos de cidadania, aumentando o leque de esferas onde a exploração e a exclusão se processam e se reproduzem no espaço e no tempo (Capucha, 1998: 17-21).

Tendo em consideração a referida multidimensionalidade da pobreza e da exclusão social, parece pertinente, no quadro do desenvolvimento deste Estudo, a consideração do conceito de **“modo de vida da pobreza”** avançado por João Ferreira de Almeida e Outros (Almeida *et al.*, 1992). Tal opção teórico metodológica deve-se ao facto deste conceito revelar as condições de vida dos diferentes grupos sociais vulneráveis, a forma como são afectados pelas dinâmicas sociais que produzem, reproduzem e alteram as posições sociais ocupadas pelos pobres, colocando a tónica nos estilos de vida, nas representações, nos interesses, nas ambições, nos valores e nos modos de agir e de pensar dos indivíduos.

Este conceito faculta o reconhecimento de uma pluralidade de situações de pobreza e suas características, com uma extensão que vai desde os que estão próximos dos padrões mais regulares da sociedade dominante até aos que se designam por “modos de vida marginais”. Esta opção analítica revela claramente a pluralidade de formas

de ser excluído e pobre e tem maiores possibilidades heurísticas de captar a complexidade social do que uma conceptualização mais estática no tempo e no espaço, pois encara inclusivamente a exclusão e a pobreza como processos em constituição.

Figura 9: Opções conceptuais e analíticas



A tipologia de situações de pobreza e de exclusão social avançada por João Ferreira de Almeida (Almeida *et al, idem*) elenca os modos de vida explicitados de seguida: dupla referência, transitoriedade, poupança, destituição, restrição, investimento na mobilidade e convivialidade.

A *Destituição* é um modo de vida que está próximo do limite de sobrevivência. É caracterizado por uma alimentação deficitária, falta de cuidados de saúde e higiene e uma condigna habitação. Nesta situação, as pessoas não procuram o acesso aos recursos existentes e deixam de participar activamente na sociedade, estão portanto próximas dos limites da sobrevivência.

A *Restrição* é o modo de vida das famílias com baixos rendimentos, em que a escassez de recursos determina as formas de consumo. A estratégia de vida é a sobrevivência quotidiana.

A *Dupla referência* caracteriza os imigrantes pobres em Portugal, quase todos oriundos inicialmente das ex-colónias portuguesas em África e, mais recentemente, do Brasil e dos países do Leste da Europa. A estratégia do modo de vida de dupla referência consiste numa tentativa de acumulação de capital económico de forma a manter viva a esperança de regressar com sucesso ao país de origem.

A *Poupança* é um modo de vida muito marcado pela pertença ao mundo rural e que pretende alargar o património familiar.

A *Convivialidade* caracteriza-se pela produção de formas de sociabilidade exuberantes e ritualizadas e pela valorização do prazer de conviver.

O *Investimento na mobilidade* é um modo de vida caracterizado pela tentativa por parte das famílias em dar uma carreira escolar prolongada aos filhos, de modo a que estes tenham facilidades em ingressar futuramente de forma mais favorável no mercado de trabalho. A família tem esperança que, assim, os filhos possam sair da situação de pobreza.

Por último, a *Transitoriedade* define um grupo de famílias que não se encontra em situação de pobreza há tempo suficiente para integrar um modo de vida definido. Podemos incluir aqui os chamados “novos pobres”.

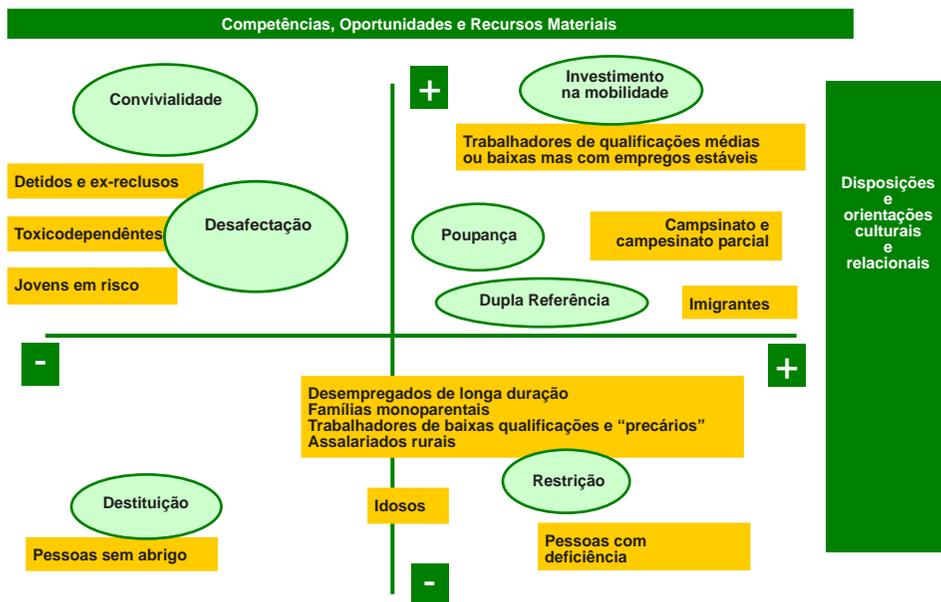
Quadro 43: Explicitação dos modos de vida face à pobreza e exclusão ⁶

MODOS DE VIDA VARIÁVEIS	Destituição	Restrição	Transitoriedade	Poupança	Investimento na mobilidade
Categorias sociais	<ul style="list-style-type: none"> Desempregados Jovens à procura do primeiro emprego 	<ul style="list-style-type: none"> Operários e empregados com poucas qualificações profissionais e escolares Fracos rendimentos e empregos instáveis Reformados com pensões baixas 	<ul style="list-style-type: none"> Desempregados e jovens à procura do 1º emprego Famílias monoparentais e alguns pensionistas 	<ul style="list-style-type: none"> Campeinato e campesinato parcial 	<ul style="list-style-type: none"> Operários e empregados com alguma escolaridade Rendimentos fixos e emprego estabilizado
Espacialização	<ul style="list-style-type: none"> Dispersos nas zonas rurais Grande visibilidade espacial da pobreza 	<ul style="list-style-type: none"> Dispersos 	<ul style="list-style-type: none"> Dispersos Zonas mais atingidas por crises económicas globais 	<ul style="list-style-type: none"> Zonas rurais de agricultura tradicional 	<ul style="list-style-type: none"> Dispersos – invisibilidade
Bens de consumo	<ul style="list-style-type: none"> Resultantes da caridade pública e/ou privada 	<ul style="list-style-type: none"> Os indispensáveis para a sobrevivência quotidiana 	<ul style="list-style-type: none"> Restringidos 	<ul style="list-style-type: none"> Prozuidos em casa e também resultantes do excedente Património familiar Pluri-rendimento e contracção de consumos 	<ul style="list-style-type: none"> Destinados à escolarização dos filhos Destinados à 'apresentação' e à recomposição da força de trabalho
Relação com a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> Incapacidade de desempenho social e com possibilidades de desenvolver relações de agressividade face ao meio Constituem alvo de 'piedade' e de encobrimento 	<ul style="list-style-type: none"> Consciência da situação de carência com ou sem pobreza enverganhada e dependência Existência de um sentimento de ressentimento face à sociedade, incapaz de gerar energias para alterar a situação 	<ul style="list-style-type: none"> Situação de privação por comparação face a contextos anteriores 	<ul style="list-style-type: none"> Contraste com a cidade, que atrai enquanto fonte de pluri-rendimento Penetração e influência das culturas urbanas principalmente nas gerações mais jovens 	<ul style="list-style-type: none"> Integração Vontade de alcançar os padrões normativos vigentes
Estratégia de vida	<ul style="list-style-type: none"> Inexistente, permanente risco de sobrevivência 	<ul style="list-style-type: none"> Sobrevivência quotidiana 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação da situação anterior Acomodação à pobreza Incapacidade para fazer face à mudança 	<ul style="list-style-type: none"> Reprodução da família e do seu património Preparação para a velhice Possível saída da pobreza pelo recurso sistemático ao pluri-rendimento 	<ul style="list-style-type: none"> Acumulação de capital escolar por parte das segundas gerações Procura e luta por oportunidades de ascensão na hierarquia das empresas e serviços
Representações	<ul style="list-style-type: none"> Inexistência ou indefinição da noção de tempo 'suceder dos dias e das noites' 	<ul style="list-style-type: none"> O passado é representado negativamente Inexistência de perspectivas face ao futuro O presente é vivido de forma resignada e por vezes algo ressentida 	<ul style="list-style-type: none"> O passado é visto como momento de prosperidade relativamente à situação presente que constitui uma ruptura na trajectória A representação do futuro é tida como algo de incerto 	<ul style="list-style-type: none"> O passado é visto com pessimismo do ponto de vista material, mas é afectiva e simbolicamente valorizado Representação defensiva do futuro O presente é visto como a Reprodução cíclica do curso de vida 	<ul style="list-style-type: none"> O Passado é representado como pobre O presente é vivido como um tempo de preparação para um futuro com uma posição social superior

6. Consideram-se unicamente 5 dos modos de vida elencados tendo em linha de conta as características sociais e demográficas dos concelhos em análise.

Tal como se pode observar na figura seguinte, a opção por uma leitura em termos de modos de vida face à pobreza e exclusão permite uma abordagem sincrónica e diacrónica da realidade, conciliando os diferentes posicionamentos dos actores sociais, quer face às competências, oportunidades e recursos materiais, quer face às disposições e orientações culturais e relacionais.

Figura 10: Modos de vida da pobreza em Portugal



Fonte: Luís Capucha, Desafios da Pobreza, in <http://oefp.iefp.pt/admin/upload/Conferencias/Regulares/8c1a0428-e11f-4061-9926-429a2a664f70.pdf>, Lisboa, 2006.

3.1.2. Posicionamento dos concelhos

O presente ponto procura situar a representatividade dos diferentes modos de vida face à pobreza e exclusão nos concelhos em análise. Esta referenciação pretende constituir-se como um contributo para a caracterização dos concelhos tendo em vista as suas diferentes vulnerabilidades face à pobreza e exclusão e posterior aferição dos fenómenos de desemprego ou de desemprego desqualificado nas suas diferentes trajectórias de exclusão.

Esta leitura foi obtida partindo de uma plataforma empírica diversificada, tal como foi dito anteriormente (cfr. Ponto 2), onde se cruzaram indicadores de índole quantitativa e de índole qualitativa. Assim, metodologicamente, assumiu-se como referência indicadores estatísticos tais como o IRS per capita, o número de beneficiários

de RSI, o perfil territorial das zonas em análise, entre outros. Estes indicadores de natureza estatística afiguraram-se como limitados e restritivos, tendo de ser colmatados com uma análise discursiva de conteúdos dos diferentes interlocutores deste trabalho, incluindo os próprios excluídos.

Assim, e considerando a inscrição territorial dos modos de vida, considera-se que no cômputo dos oito concelhos em análise a Destituição assume um carácter pontual e prende-se com casos de pobreza instalados no território já há algum tempo, assumindo uma cristalização inelutável. Trata-se de pessoas ou famílias que vivem no limiar mínimo de sobrevivência e que são pautadas por incapacidades várias de ordem física ou mental. Destaque-se a pouca presença deste modo de vida a sua correlação com um contexto de afiliação muito presente, marcado por solidariedades e ajudas de proximidades muito fortes.

Assim, a forte presença de uma sociedade providência tem levado à confinamento destes casos e à sua fraca visibilidade no espaço. Tal equivale a dizer que este é um contexto em que o controlo social de proximidade se afigura como determinante para a manifestação ainda perene de mecanismos de integração social e económicos, o que contrasta fortemente com situações vivenciadas em meios mais urbanos e litorais do nosso país.

A Restrição assume-se como significativa nos concelhos de Baião, Lousada, Marco e Paços de Ferreira fruto de razões diversas, de entre as quais se destaca uma certa fragilização da sociedade providência que faz com que esses indivíduos, ao enfrentarem uma situação de vulnerabilidade, não tenham capacidades como outrora de fazer face a ela, optando por um modo de vida restringido ao indispensável para a sobrevivência quotidiana.

Também estão incluídos neste conjunto indivíduos que, em virtude de flutuações económicas e sociais, passaram a dispor de rendimentos inferiores face aos anteriores e, dessa forma, se vêm confrontados com situações de pobreza. Aqui, destaque-se de forma particular todo o conjunto de mecanismos compensatórios provenientes da economia informal que serviram durante muito tempo de amortecedor a situações de maior dificuldade económica e foram também ilusórios face aos reais rendimentos das famílias e indivíduos.

Ainda se incluem aqui todo o conjunto de indivíduos que deixaram de participar no mercado de trabalho por razões exógenas ou endógenas e que não prevêm uma reentrada. Trata-se quer dos indivíduos provenientes de situações de pobreza tradicional associada a uma situação crítica, com predominância no mundo rural, quer de indivíduos instalados na nova pobreza, originada pelas reestruturações económicas e tecnológicas e com os seus efeitos no sistema produtivo, com reflexos particulares ao nível do desemprego estrutural e da precariedade do emprego, para além da instabilidade e dependência geradas.

É possível ainda situar aqui todo um conjunto de situações reportadas às transições familiares em curso, quer relativas à monoparentalidade, quer relativas ao envelhecimento e consequentes processos de isolamento e de dependência daí advindos. Da análise

da inscrição territorial da transcrição, e dadas as alterações sociais e económicas em curso, não deixa de ser relevante o facto de todos os concelhos, ainda que com diferentes intensidades, se verem confrontados com a presença desse modo de vida.

Finalmente, está aqui representada uma grande fatia de beneficiários de RSI e de outras prestações sociais, pois este grupo, em virtude do seu contexto económico e social, tende a assumir-se como a face visível da fragilização social e a engrossar o leque dos assistidos, sendo de relevar a possibilidade de desenvolverem comportamentos de dependência extrema face às prestações sociais e à manutenção e reprodução intergeracional dos circuitos de pobreza instalados.

Seguidamente, e de forma ilustrativa, apresentam-se alguns retratos de Restrição retirados das narrativas realizadas no âmbito deste Estudo e que pretendem ilustrar essa vivência e a sua transcrição nos quotidianos.

Mulher de 40 anos, divorciada, mãe de 3 filhos, residente num alojamento social em meio rural, desde criança desenvolveu trabalho informal, doméstico e agrícola, de apoio à família, sem remuneração. A mãe era doméstica e o pai esteve emigrado muitos anos. Viviam do que criavam em casa (agricultura de subsistência) e do dinheiro que o pai enviava. Saiu da escola com 10 anos e a 4ª classe, assim como os seus irmãos. Já depois de casada viveu, até 2007, numa casa sem luz eléctrica, água canalizada ou casa de banho e tanto ela como o marido tinham problemas de alcoolismo. Este contexto de vida levou à sinalização das crianças pela CPCJ por negligência dos pais. O divórcio agravou o seu problema de alcoolismo e as dificuldades financeiras, ficando apenas a auferir o Rendimento Mínimo Garantido. Os filhos têm problemas de saúde graves e dificuldades de aprendizagem a que é difícil dar resposta devidos aos encargos com médicos, técnicos e deslocações. Só de há uns meses para cá tem, pela primeira vez, uma actividade remunerada, auferindo actualmente o salário mínimo nacional. N4

Mulher de 42 anos, casada, mãe de 7 filhos, 3 dos quais ainda menores. Reside numa casa arrendada, recentemente reabilitada e ampliada, passando desde essa altura a ter água canalizada e casa de banho. Nunca trabalhou por conta de outrem e a sua infância e juventude foram passadas em casa de pessoas conhecidas a quem prestava apoio doméstico em troca de alojamento e alimentação. O pai era madeireiro e a mãe, doméstica, tinha problemas de saúde. Eram 8 irmãos e passaram por muitas dificuldades, tendo todos abandonado a escola na 4ª classe. Casou aos 18 anos e permaneceu em casa cuidando dos filhos. Tendo solicitado por diversas vezes a laqueação das trompas para evitar ter mais filhos, tal só lhe foi concedido após o 7º filho, há 10 anos atrás. É vítima de violência doméstica desde que casou e o processo de integração profissional permitiu-lhe, finalmente, emancipar-se e dar início a um processo de divórcio litigioso. N12

Homem de 31 anos, casado, pai de 2 filhos menores, mora numa casa cedida por familiares em boas condições de habitabilidade. O pai era reformado das Forças Armadas e a mãe era doméstica. Moravam numa zona rural, tiveram 3 filhos e praticavam agricultura de subsistência, levando uma vida considerada “razoável”. Era um aluno médio e estudou até ao 10º ano, altura em que teve que cumprir o serviço militar obrigatório. A sua vida profissional foi pautada pela acumulação de empregos, o que lhe permitia acumular também rendimentos. O desemprego conduziu-o a um vínculo na função pública cujo rendimento – o salário mínimo nacional – é manifestamente insuficiente, actualmente, para suprir as necessidades familiares, dado que a esposa permanece em casa cuidando dos filhos. N3

Mulher de 26 anos, casada, mãe de um filho menor, vive numa casa cedida por familiares em boas condições de habitabilidade. O pai trabalhava na construção civil e a mãe era doméstica. Eram 5 irmãos, viviam do rendimento do pai e dos produtos de uma pequena propriedade agrícola e tinham “o necessário” para viver. Gostava de andar na escola mas reprovou no 9º ano e não quis continuar por não se adaptar aos novos colegas. Saiu da escola aos 16 anos e aos 17 começou a trabalhar. Quando o filho nasceu teve que deixar de trabalhar por não ter a quem a deixar – família ou equipamento de apoio à infância. Acompanhou o marido, que emigrou para Espanha. O despedimento do marido lançou-os numa situação de forte vulnerabilidade e carência económica, tendo desde então recorrido a ajuda de familiares e ao Rendimento Social de Inserção. N13

Mulher de 31 anos, divorciada, vive com o filho menor em situação de monoparentalidade num anexo de casa sem casa de banho e em péssimas condições de habitabilidade. O pai era marceneiro e a mãe era doméstica. Tiveram 8 filhos e mantiveram uma vida sem gastos além do essencial. Estudou até à 4ª classe e não continuou por impossibilidade financeira dos pais, tal como os irmãos. Saiu da escola aos 11 anos e aos 14 integrou o mercado de trabalho. Entrou e saiu por diversas vezes do mercado de trabalho, até que no último emprego, por não lhe terem feito os devidos descontos para a Segurança Social, ficou desempregada sem direito a subsídio de desemprego. Recorreu ao Rendimento Social de Inserção e aos pais, uma vez que já estava divorciada. Só recentemente o Tribunal decretou a pensão de alimentos a pagar pelo pai da criança. Vive em situação de forte carência económica. N15

A Transitoriedade, como o próprio nome indica, prende-se com a vivência de uma situação diferente da vivida anteriormente por parte dos diferentes grupos domésticos. Trata-se de uma categoria social onde estão representados os apelidados “novos pobres”, isto é, pessoas e famílias que não eram anteriormente pobres, mas que passaram a sê-lo neste tempo e neste espaço.

O desemprego e a precariedade de emprego despoletam processos e mecanismos inerentes à exclusão social, sendo este último factor de instabilidade social, quer no que respeita ao enfraquecimento de relações contratuais, quer no que se relaciona com o acesso e fruição de um emprego.

Quanto ao desemprego, esse provoca uma implementação gradual dos efeitos do *stress* psicológico, originando rupturas com as relações sociais, com a auto-estima dos indivíduos e com a sua integração na comunidade. Estão neste grupo todo o conjunto de famílias e indivíduos que, em virtude de reestruturações económicas, desemprego, consumo de substância aditivas, doença, endividamento, entre outros, se encontram numa situação de exclusão.

Trata-se de uma situação transitória, ainda não vinculada a circuitos de reprodução intergeracional de pobreza, mas que se poderá tornar persistente e fazer com que muitos dos seus actores caiam na restrição a médio prazo. A Transitoriedade caracteriza, a par com a Restrição, muitos dos quotidianos dos actores sociais dos oito concelhos em análise e manifesta tendências de evolução positiva de que um dos indicadores mais perenes será o aumento de beneficiários de RSI nos últimos anos.

As fronteiras entre a Transitoriedade e a Restrição são ténues e é mesmo possível dizer que os grupos tendem a justapor-se. Uma das formas de fazer face à transitoriedade tem sido, nestes concelhos, a procura de emprego em Espanha por parte de jovens do sexo masculino em idade activa.

Homem de 41 anos, casado, pai de 2 filhos, sendo um deles ainda menor, vive numa casa arrendada em meio rural, com boas condições de habitabilidade. O pai era carpinteiro e a mãe costureira. Tiveram 4 filhos e tiveram uma vida de gastos regrados. Os irmãos estudaram até ao 12º ano. No seu caso não concluiu o 11º ano e iniciou logo neste período o seu percurso de toxicod dependência. Começou a trabalhar aos 20 anos e aprendeu uma profissão. No entanto, o seu percurso profissional foi permanentemente entrecortado por períodos de inactividade que correspondiam à agudização dos consumos de drogas. N2

A Poupança aparece associada à vivência em meio rural e é um modo de vida muito importante para a população idosa que, não obstante as dificuldades, tende a pensar no futuro e na sua garantia em termos de rendimentos.

Assim, são populações que vivem confrontadas com uma escassez básica de recursos, proveniente da baixa produtividade agrícola, e sem actividades económicas alternativas. Trata-se de uma população tendencialmente idosa, com forte dependência relativamente às prestações da Segurança Social, que contribuem para a sua existência. É de salientar os baixos níveis de rendimentos associados a essas prestações pecuniárias.

Esta situação persiste em todos os concelhos e é subsidiária de uma pobreza tradicional dependente de uma agricultura pautada pela baixa produtividade e de subsistência, mas assume contornos mais relevantes no concelho de Baião, dado o seu posicionamento em termos de uma estrutura demográfica mais envelhecida, de um território marcadamente rural e de um povoamento disperso.

O Investimento na mobilidade é pontual na maior parte dos concelhos, apresentando uma tendência mais significativa nos concelhos de Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, concelhos mais urbanos e onde eventualmente as questões da mobilidade social se colocam com outra amplitude. Registe-se que este investimento surge, aqui, associado não só à mobilidade dos filhos como também à dos próprios indivíduos.

Homem de 57 anos, casado, pai de 2 filhos maiores, reside em zona urbana em casa própria. O pai era funcionário camarário e a mãe doméstica e, tendo apenas um irmão, mantiveram uma vida regrada e difícil. Concluída a 4ª classe, percorria diariamente 14 quilómetros a pé para continuar a ir à escola, que abandonou finalmente por dificuldades financeiras da família. Começou a trabalhar aos 14 anos numa fábrica, emprego que abandonou já depois de ter casado devido às exigentes deslocações de 2 horas que lhe exigia, duas vezes por dia. Mudou para a construção civil, emprego que lhe permitiu a acumulação de outros trabalhos e respectivos rendimentos. Estabilizou a vida profissional por fim enquanto funcionário público e o horário aqui praticado permitiu-lhe voltar a estudar. Frequentando o Ensino Recorrente, concluiu o 12º ano e ascendeu na carreira, tendo nos últimos anos frequentado mais de 30 acções de formação. Recorreu ao trabalho no domicílio como complemento ao rendimento familiar para suportar a frequência dos filhos no Ensino Superior. Actualmente exerce funções de grande responsabilidade. N7

Mulher de 42 anos, casada, mãe de 3 filhos, apenas um deles é menor, reside numa casa ainda em construção numa freguesia rural, em condições de carência de espaço e de conforto. O pai era madeireiro e a mãe era doméstica. Tiveram 8 filhos mas todos estudaram porque os rendimentos familiares eram suficientes. Estudou até aos 18 anos, quando casou, e concluiu o 8º ano de escolaridade. Abandonou a escola devido à chegada do primeiro filho. O casamento condicionou a sua vida profissional na medida em que sempre trabalhou nos sucessivos negócios que o marido iniciava e abandonava por má gestão, nunca tendo conseguido capitalizar aprendizagens ou auferir rendimentos fixos. O rendimento afectado à família nunca foi suficiente e sempre contou com a ajuda da sua família de origem. Tendo uma apetência especial pela aprendizagem, inscreveu-se por sua iniciativa num CRVCC para concluir o 9º ano e fez diversos outros cursos de formação que lhe permitiram aperfeiçoar o seu desempenho profissional na área da geriatria, na qual trabalha actualmente, e emancipar-se profissionalmente em relação ao marido. Fez grandes sacrifícios pessoais, nomeadamente longas deslocações diárias a pé, para concluir as formações em que se inscreveu. Actualmente está inscrita e tem por objectivo concluir o 12º ano. N14

Mulher de 58 anos, casada, mãe de 2 filhas adultas, está reformada por motivos de saúde e reside no centro urbano em boas condições de habitabilidade. O pai era funcionário público e tinha um bom emprego, mas a mãe era doméstica e tiveram 10 filhos, pelo que só ao filho mais novo foi permitido estudar além da 4ª classe. Tinham uma horta de onde retiravam alimentos para subsistência. O seu primeiro trabalho foi como bordadeira, em casa, e recebia “à cama”. Aos 14 anos ingressou numa indústria de calçado onde permaneceu durante 18 anos, chegando a assumir o cargo de chefe de sector. Ganhava um bom ordenado, para a época, mas adoeceu gravemente aos 29 anos e ficou incapacitada para o trabalho. Reformada por invalidez, viu-se a braços com dificuldades financeiras para fazer face às despesas médicas e da casa. A acupuntura devolveu-lhe a mobilidade mas abandonou os tratamentos para conseguir, financeiramente, que o filho mais velho frequentasse o Ensino Superior. N8

Quadro 44: Tipologia de situações de exclusão e pobreza e sua inscrição territorial

	Amarante	Baião	Felgueiras	Lousada	Marco	P.Ferreira	Paredes	Penafiel
Destituição								
Restrição								
Transitoriedade								
Poupança								
Investimento na mobilidade								

Legenda

-  Pontual: No quadro da incursão empírica e da abordagem às fontes documentais, foram relevados casos pontuais, isto é, muito restritos em termos de alcance qualitativo e quantitativo.
-  Razoável: No quadro da incursão empírica e das fontes documentais, foram identificados alguns casos pertencentes a este modo de vida; assim, do ponto de vista da vivência de pobreza e exclusão, existe uma presença mediana de casos situados no âmbito deste modo de vida.
-  Significativa: No quadro da incursão empírica e das fontes documentais, foram identificados muitos casos pertencentes a este modo de vida; assim, do ponto de vista da vivência de pobreza e exclusão, existe uma presença forte de casos situados no âmbito deste modo de vida.

Desta análise, é possível aferir que o conjunto dos concelhos em análise se pauta no tocante às vivência de exclusão e de pobreza, pela Transitoriedade e Restrição, modos de vidas predominantes num contexto de mudança económica e societal, mas onde ainda se revela importante a sociedade providência como mecanismo fundamental de integração social e identitária.

O quadro seguinte pretende identificar, pelo cruzamento de indicadores quantitativos e qualitativos, a presença dos modos de vida. Desta feita, e perante uma sociedade jovem caracterizada por uma baixa proporção de pensionistas e ritmos ainda relevantes de crescimento demográfico, a distribuição de rendimentos afigura-se como a pedra de toque fundamental numa abordagem da pobreza e da exclusão, nomeadamente se considerarmos a forte proporção de população assistida (nº de beneficiários de RSI).

Quadro 45: Posicionamento dos concelhos face a alguns indicadores*

	IRS per capita 2005 (euros por pessoa)		% Beneficiários RSI face à Pop. Total, 2006		Tipologia de situações de exclusão do mercado de trabalho
Portugal	51,37		3,2		⟨ Destituição: famílias numerosas com fortes handicaps físicos e sociais; círculos de pobreza instalada; pobreza tradicional; ⟩
Região Norte	38,91		4,3		
Amarante	27,46	2º	6,3	5º	⟨ Restrição: operários e empregados com baixas qualificações escolares e profissionais; fracas rendimentos e empregos instáveis; pensionistas com baixas pensões; trabalhadores da economia informal; alcoolismo; endividamento; ⟩
Baião	16,2	7º	9,4	8º	
Felgueiras	23,52	3º	3,4	1º	⟨ Transitoriedade: desempregados e jovens à procura do primeiro emprego; famílias monoparentais; trabalhadores da economia informal; emprego precário; consumos aditivos; endividamento; ⟩
Lousada	19,61	4º	5,6	2º	
Marco de Canaveses	16,22	6º	8,8	7º	⟨ Poupança: campesinato e campesinato parcial; ⟩
Paços de Ferreira	29,89	1º	5,7	3º	
Paredes	14,93	8º	7,6	6º	⟨ Investimento na mobilidade: operários e empregados com alguma escolaridade; empregos estáveis; formação escolar e profissional; ⟩
Penafiel	19,07	5º	5,9	4º	

* O posicionamento dos concelhos corresponde a uma leitura descendente – do melhor para o pior.

3.2. Situações face ao mercado de trabalho que implicam riscos de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social

3.2.1. Explicitação da tipologia

Depois de terem sido enunciados, no ponto anterior, as principais problemáticas no tocante aos processos e mecanismos de exclusão e pobreza, importa agora sistematizar as principais problemáticas do mercado de trabalho que implicam riscos de vulnerabilidade à pobreza e exclusão.

O emprego de baixa qualidade, medido essencialmente pelo rendimento salarial, mas também pela precariedade, e o desemprego constituem as duas grandes situações de risco face à pobreza e à exclusão social. Mas estas situações face ao mercado de trabalho encerram problemáticas diversas e públicos específicos que importa trazer para a análise no sentido de integrar a complexidade dos modos de participação no mercado de trabalho.

A relevância desta abordagem é fundamental para a orientação do trabalho futuro no que respeita às pistas de acção, pois desta forma todo o conjunto de acções a serem propostas poderão responder de forma mais clara e acertada aos problemas que estão na base dos complexos, multiformes e multidimensionais processos de exclusão e vulnerabilidade face ao mercado de trabalho.

Assim, foi delineada uma tipologia de situações de vulnerabilidade e exclusão face ao mercado e trabalho que contempla as seguintes situações:

I. Pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho pelo facto de possuírem características específicas próprias que são vistas pela sociedade como incapacitantes para a entrada no mercado de trabalho ou que, por outro lado, têm problemas de saúde e vivenciam processos de vida marcados por comportamentos aditivos incapacitantes:

- ▶ Pessoas com comportamentos aditivos incapacitantes (alcoolismo, toxicodependência...).
- ▶ Pessoas com problemas de saúde incapacitantes; ex-toxicod dependentes; ex-reclusos; pessoas sem-abrigo.

II. Pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho pelo facto de assumirem uma posição de recusa/ desmotivação face à entrada no mercado de trabalho. Os factores de resistência à entrada no mercado de trabalho podem estar relacionados com situações diversas, nomeadamente, vivência de trajectórias de habituação e de aprendizagem a uma cultura de pobreza e de assistência, incapacidade de mobilidade

geográfica, dificuldade na adaptabilidade a novos contextos profissionais e situações em que o custo do acesso ao mercado de trabalho se sobrepõe aos apoios sociais, nomeadamente o subsídio de desemprego.

► Pessoas e famílias em “círculos de pobreza instalada” fora do mercado de trabalho de forma persistente, mas com acesso continuado a subsídios e prestações sociais.

► Desempregados com trajectórias profissionais consolidadas em actividades industriais tradicionais e tendencialmente desqualificadas, com particular relevância para o grupo das mulheres (confecções, calçado, madeira e mobiliário, ...).

► Desempregados com níveis de qualificação média e superior: a) jovens com escolaridade diferenciada que revelam forte estigma face aos sectores tradicionais e respectivas condições, nomeadamente o calçado, b) indivíduos com níveis etários elevados e com trajectórias profissionais consolidadas que dificilmente poderão ser retomadas em condições similares.

III. Pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho, mas que assumem uma posição de procura activa de trabalho, embora as suas competências de base se revelam desajustadas face às necessidades e à oferta de empregos.

► Desempregados após longo período de permanência no mercado de trabalho, oriundos de sectores tradicionais; homens e mulheres da indústria têxtil, vestuário, calçado, madeira e mobiliário e comércio tradicional, com baixos níveis de qualificação, escalões etários superiores a 40 anos e fracas condições de adaptabilidade a novas situações profissionais.

► Activos reformados e dispensados precocemente de sectores como a banca, seguros, electricidade e função pública com elevadas expectativas de re-integração no mundo do trabalho.

IV. Pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho formal, mas participam activamente nos circuitos de economia informal como complemento dos baixos rendimentos. Trata-se de um conjunto de pessoas que estão ligadas de diferentes formas e intensidades nos mecanismos da economia paralela e informal potenciados pelo modelo de desenvolvimento económico predominante, nomeadamente, trabalho no domicílio, biscates e prática de actividades ilícitas.

► Desempregados, com ou sem acesso ao subsídio de desemprego ou a outras prestações sociais envolvidos no trabalho informal dos sectores predominantes.

► Mulheres domésticas que, simultaneamente, trabalham no campo e que recorrem ao trabalho no domicílio.

► Jovens com baixas qualificações e com situações de abandono precoce da escola, nomeadamente no trabalho no domicílio e na construção civil.

V. Pessoas empregadas com situação contratual estabilizada e com fracas condições de remuneração do trabalho e, eventualmente, em risco de desemprego. Os baixos salários constituem uma característica dominante do modelo de desenvolvimento económico que é transversal aos sectores mais empregadores, e que é ainda mais penalizante no caso das mulheres trabalhadoras.

- Activos dos sectores do têxtil, vestuário, calçado, madeira e mobiliário e construção civil com baixas qualificações.
- Activos do comércio tradicional.

VI. Pessoas com empregos precários, associados, em muitos casos, a situações de rotatividade entre situações de inserção profissional e desemprego. Conjunto de pessoas que vivem uma situação de rotatividade face ao mercado de trabalho, quer pela duração limitada (muitas vezes fugaz) dos tempos de trabalho, quer pela necessidade de constante mudança de sectores de actividade e da multiplicidade de funções que se vêm compelidos a desempenhar.

- Jovens nas suas primeiras experiências de emprego (independentemente do nível de qualificação), nomeadamente no sector terciário desqualificado.
- Activos com experiências de trabalho nos sectores tradicionais, designadamente na construção civil.
- Beneficiários dos POC com percursos cíclicos de integração no programa/ desemprego/ integração no programa.

3.2.2. Posicionamento dos concelhos

Quadro 46: Síntese das principais características do desemprego e posicionamento dos concelhos em análise *

	Desemprego registado no IEFP				Tipologia de situações de exclusão do mercado de trabalho
	Evolução 2004/ 2008	Desemprego feminino Janeiro 2008	Procura de 1º emprego Janeiro 2008		
Portugal	-16%	59,8%	9,3%		<p>I. Inexistência de condições para a entrada no mercado de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Individuos com problemas de saúde e de justiça e com comportamentos aditivos (toxicoddependência e alcoolismo). Não existem indicadores fiáveis de caracterização destas situações, mas a questão do alcoolismo foi referenciada como particularmente grave nos concelhos de Baião, Marco de Canaveses e Penafiel. <p>II. Recusa/desmotivação para a (re)entrada no mercado de trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Individuos que cristalizam todas as problemáticas de pobreza e exclusão social, regra geral beneficiários do RSI. • Grupo significativo de mulheres com experiência, nomeadamente nos sectores do têxtil e calçado, com baixa qualificação escolar e profissional, dificuldade de adaptação a novos contextos profissionais, limitações de mobilidade geográfica, e cuja rentabilidade da prestação social se sobrepe aos baixos salários. <p>III. Procura activa de emprego mas o acesso é condicionado pelo desajustamento entre a procura/ oferta de emprego:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desempregados (homens e mulheres) com escalão etário elevado e com experiência nos sectores tradicionais (têxtil, calçado, madeira e mobiliário) • Jovens com escolaridade média e superior, em áreas de reduzida procura (secundário - cursos gerais, licenciaturas diversas); • Jovens com formação específica, p.e. no sector do calçado, com expectativas, nomeadamente de salário, que não correspondem à oferta dominante. <p>IV. Participação nos circuitos da economia informal, nomeadamente trabalho no domicílio e biscates diversos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incidência transversal em todas as categorias sociais e concelhos. A diminuição do trabalho no domicílio afecta de forma particular os concelhos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Felgueiras.
Amarante	+6%	72.9%	17.7%	7º	
Baião	+7%	79.6%	21.8%	8º	
Felgueiras	-4%	61.6%	12.8%	4º	
Lousada	-28%	56.3%	9.9%	3º	
Marco de Canaveses	+5%	73.4%	14.6%	6º	
Paços de Ferreira	-10%	54.4%	6.4%	1º	
Paredes	-19.4%	65.3%	9.6%	2º	
Penafiel	-21.5%	68%	13.9%	5º	

* O posicionamento dos concelhos corresponde a uma leitura descendente – do melhor para o pior.

Quadro 47: Tipologia de situações de exclusão do mercado de trabalho e tendências de evolução

Tipologia de situações	Tendências de evolução	Impacto nas situações de pobreza e exclusão
Exclusão e inexistência de condições para a entrada no mercado de trabalho	Num contexto de débil intervenção no domínio do tratamento terapêutico em simultâneo com a escassez da intervenção na área da capacitação das condições de empregabilidade destes públicos, a tendência será de agudização deste fenómeno.	Considerando que, na generalidade dos casos, os contextos familiares são de forte vulnerabilidade económica e social, a inexistência de condições para entrada no mercado de trabalho destas categorias sociais agrava as condições de pobreza e exclusão.
Recusa/ desmotivação face à entrada no mercado de trabalho (i) Indivíduos que cristalizam as principais problemáticas de pobreza e exclusão social. (ii) Mulheres com fracas qualificações escolares e profissionais e com trajectórias de presença longa no mercado de trabalho nos sectores mais tradicionais, nomeadamente confecções e calçado.	Num contexto de débil intervenção no domínio da capacitação das condições de empregabilidade destes públicos, a tendência será de agudização destas situações. Agravamento previsível nos concelhos com uma matriz de evolução do desemprego de pendor mais negativo.	Os recursos auferidos via subsídios são equivalentes aos que seriam auferidos por via do trabalho; nesta perspectiva, o impacto actual da recusa de entrada no mercado de trabalho na situação de pobreza não é significativo. Mas numa perspectiva de médio/ longo prazo este modo de vida perpetua as situações de pobreza e a polarização social. São acentuadas as situações de exclusão devido à privação económica, mas também por via da retracção da participação social e confinamento a uma esfera de intervenção doméstica, avessa a mudanças.
Procura activa de emprego, mas o acesso é condicionado pelo desajustamento entre a procura/ oferta de emprego	Uma das problemáticas centrais deste segmento é o inevitável desajustamento entre o ritmo acelerado de produção de novas qualificações e a lenta mudança do modelo de desenvolvimento baseado nos baixos salários. Situação tendencialmente mais favorável nos concelhos que apresentam maior dinâmica empresarial.	O reduzido impacto do investimento nas apostas de qualificação nos rendimentos das famílias constitui um risco de desvalorização destas apostas e de dificuldades ao nível da inversão do modelo social dominante. Podemos incluir aqui muitas das situações normalmente apelidadas de nova pobreza em virtude de se tratarem de pessoas ligadas a uma classe média baixa estabilizada que se vê compelida a viver na restrição de forma quase abrupta.
Participação nos circuitos de economia informal	Diminuição dos mecanismos geradores de rendimentos provenientes da economia informal traduz-se num crescendo de dificuldades económicas para as populações e famílias muito dependentes deste sector.	Desprotecção do ponto de vista social. A função de “almofada amortecedora” deixa de existir e, portanto, pode perspectivar-se um aumento da faceta mais evidente que é a privação económica.

Quadro 48: Síntese das principais características do emprego de baixa qualidade e posicionamento dos concelhos em análise *

	TPCO com baixo nível de qualificação profissional (2005)	Ganho médio mensal dos TPCO (2005)	Tipologia de situações de emprego de baixa qualidade
Portugal	46.6%	907.2€	<p>I. Emprego com baixos salários:</p> <p>O ganho médio mensal dos TPCO no sector secundário – responsável pela fatia mais significativa do emprego – revela uma situação de clara quebra dos rendimentos dos assalariados, predominantemente com baixos níveis de qualificação, face à Região do Norte e a Portugal. Apesar das evoluções registadas no modelo de desenvolvimento económico, ainda é predominante o tecido empresarial baseado numa lógica de baixos salários e baixas qualificações.</p> <p>II. Emprego precário, associado, em muitos casos, a situações de rotatividade entre emprego/desemprego</p> <p>A precariedade dos laços contratuais, associada à baixa remuneração, incide de forma transversal em todos os concelhos e afecta, nomeadamente os jovens (independentemente do nível de qualificação) nas suas primeiras experiências de emprego. Mas os trabalhadores não qualificados, homens e mulheres, são também um grupo de incidência desta situação, nomeadamente na construção civil e nos serviços.</p> <p>III. Participação nos circuitos da economia informal, nomeadamente trabalho no domicílio, biscates diversos e trabalho não declarado: incidência transversal em todas as categorias sociais e concelhos.</p> <p>A retracção da actividade industrial provocou a diminuição do trabalho no domicílio, em particular nos concelhos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Felgueiras, assim como das oportunidades de trabalho extra, o que provocou uma redução no rendimento dos assalariados.</p>
Amarante	64.2%	692.7€	
Baião	69.7%	581.5€	
Felgueiras	74.1%	587.2€	
Lousada	71.9%	570.1€	
Marco de Canaveses	73.1%	613.0€	
Paços de Ferreira	74.1%	553.1€	
Paredes	68.9%	611.1€	
Penafiel	65.0%	691.5€	

* O posicionamento dos concelhos corresponde a uma leitura descendente – do melhor para o pior.

Quadro 49: Tipologia de situações de emprego de baixa qualidade e tendências de evolução

Tipologia de situações	Tendências de evolução	Impacto nas situações de pobreza e exclusão
Emprego com baixos salários	Dependente do ritmo da transição do modelo de desenvolvimento económico de baixos salários e potenciador da economia informal para um modelo valorizador da qualidade do emprego.	Será de muita relevância no acentuar de situações de restrição económica, se se verificar uma incapacidade de requalificação e de adaptação à mudança por parte deste conjunto de actores. Aumento do número de novos pobres. Aumento das condições de fragilidade social e da perspectiva de construção de projectos de vida equilibrados e definidos.
Emprego precário, associado, em muitos casos, a situações de rotatividade entre emprego/ desemprego	Manutenção ou agravamento em função de flexibilidade ao nível do mercado de trabalho.	O impacto é de agravamento porque não se consegue manter um rendimento constante ao longo do tempo e paralelamente vai contraindo dívidas ao longo do processo. O risco de endividamento é real.
Participação nos circuitos da economia informal	Diminuição dos mecanismos geradores de rendimentos provenientes da economia informal, traduz-se num crescendo de dificuldades económicas para as populações e famílias muito dependentes deste sector.	O facto dos rendimentos declarados serem inferiores ao real tem impacto na protecção social subsequente. A redução dos complementos de rendimento originários em trabalho suplementar traduz-se na restrição dos rendimentos das famílias e, consequentemente, no risco de endividamento.

3.3. O impacto do desemprego e do emprego de baixa qualidade na pobreza e na exclusão social

Pode-se identificar como sendo quatro os domínios de vulnerabilidade em relação aos quais se pode aquilatar ou não da presença de pobreza. Um primeiro domínio de análise centra-se na habitação, pois é considerada a esfera básica de sustentabilidade humana, assumindo-se como um indicador chave para a identificação visível das fracções mais marginalizadas da população.

Outro domínio fundamental incide nas condições de saúde, na medida em que a elas se associam as reais possibilidades de desempenho social e têm uma correlação directa com o nível de desenvolvimento socio-económico de uma estrutura social. Reportam-se à acessibilidade quantitativa e qualitativa aos serviços de saúde, assim como às condições gerais de vida (alimentação, habitação e ao meio ambiente).

Também as qualificações e educação de uma população são um domínio chave de análise, pois sabemos que o instalar de círculos de pobreza e de exclusão se associa ao abandono escolar, aos baixos níveis de escolaridade e ao insucesso.

Finalmente, os níveis e fontes de rendimento assumem uma centralidade indiscutível na avaliação de contextos de pobreza e de exclusão, pois são as receitas, despesas e padrões de consumo das populações que identificam as suas possibilidades de participação nos modelos de vida dominantes.

Desta feita, no quadro do desenvolvimento deste Estudo, é possível aferir acerca da importância do volume de rendimentos e sua estrutura na determinação de situações de exclusão e de pobreza, o que indicia de forma clara a importância do desemprego e do emprego de baixa qualidade na inscrição espacial e social dos referidos processos de exclusão e de pobreza.

Pobreza e exclusão: situação actual.

Este é um contexto social e geográfico onde coexistem formas e processos de pobreza tradicional e processos de exclusão social recentes e em franco crescimento. As modalidades de pobreza tradicional persistentes no quadro dos concelhos em análise são de extensão restrita e limitada e derivam de um desenvolvimento rural marcado por uma agricultura de subsistência, de baixa produtividade e assente em salários e pensões muito baixos.

Este perfil tradicional de pobreza também se ficou a dever ao facto de, em muitos dos grupos domésticos, a agricultura ser encarada como uma actividade complementar e paralela aos rendimentos provenientes do trabalho da indústria, num quadro de pluriactividade contínua.

Por seu turno, e muito mais relevantes do ponto de vista quantitativo e qualitativo, os processos e mecanismos de exclusão social recente e com tendência de crescimento assentam no conjunto dos concelhos em análise na existência paralela de vivências de Transitoriedade e de Restrição.

As primeiras prendem-se com a visibilidade de rotatividade entre situações de desemprego e de participação no mercado de trabalho formal e informal e as segundas situam-se num afunilamento das capacidades de consumo por via da restrição dos rendimentos.

Como se viu anteriormente, esta região congrega relativamente um maior número

de beneficiários do RSI face à Região Norte e ao todo nacional e a tendência recente tende a beneficiar os desempregados e os activos empregados que viram os seus rendimentos coarctados e que acedem a este benefício social como forma compensatória de uma situação remuneratória muito baixa e aquém dos consumos instalados.

Finalmente, como corolário destas tendências, é ainda de referir o facto de o IRS anual *per capita* ter valores significativamente baixos face à Região do Norte e a Portugal, evidência clara dos baixos rendimentos e ainda da influência dos mecanismos de economia subterrânea presentes.

A assunção de um nó fulcral de causalidade: o modelo de desenvolvimento económico.

Trata-se de um modelo pautado por uma forte capacidade de criação de emprego desqualificado assente numa lógica intensiva e que exige uma forte componente de informalidade de emprego nos seus períodos de auge. Assim, o sector informal assume-se como a válvula reguladora deste modelo. Foi um modelo predatório do emprego local, favorecendo entradas precoces e desqualificadas no mercado de trabalho e tende a deslocalizar-se para o exterior da região. Algumas das características mais desfavoráveis desse modelo prendem-se com as dinâmicas de mono especialização produtiva; o enfraquecimento da actividade agrícola; a forte permeabilidade à concorrência de mercados externos; as contradições entre diferentes modelos e perfis empresariais; o peso algo débil do investimento estrangeiro na região.

Elementos de contexto interactuantes com o modelo de desenvolvimento económico e importantes factores explicativos.

Não obstante assumirmos a importância explicativa do modelo de desenvolvimento económico, existem elementos provenientes da recessão nacional e internacional que têm uma influência importante na evolução das estruturas de distribuição dos rendimentos, gerando situações de diminuição ou carência de desempenho económico nos diferentes indivíduos e grupos domésticos em presença. Estes elementos associam-se de forma clara a uma conjuntura desfavorável que dita a recessão da actividade industrial presente, assim como, ainda, uma desigual atractividade do território face a novos investimentos geradores de emprego.

Ao falar de elementos de contexto, não se pode deixar de referir a presença, a par com todo o território nacional, de políticas fiscais sem função redistributiva e a existência de sistemas de protecção com baixos níveis de desempenho geral. Também a alteração de dinâmicas demográficas e familiares é importante e tem contextualmente uma causalidade relevante designadamente no aumento do envelhecimento desprotegido e no aumento da monoparentalidade.

É de destacar ainda, enquanto factores explicativos do contexto, o desajustamento entre a dinâmica de apostas nas qualificações (individuais e institucionais) e o ritmo de mudança pouco acelerado do modelo de desenvolvimento económico presente, assim como o desenho de políticas activas de emprego com dificuldades em actuar

na activação e capacitação dos públicos mais desfavorecidos.

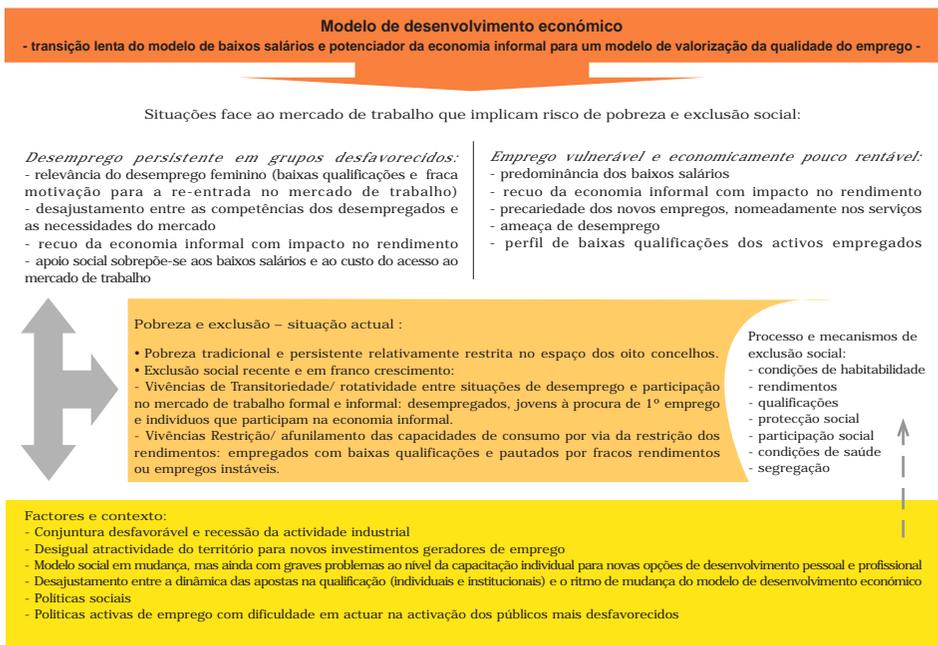
No âmbito dos valores e representações sociais, o facto de se estar perante um modelo social em mudança mas que ainda assenta nas baixas *capabilities* para enfrentar o mercado de trabalho é um elemento de fundamental consideração explicativa.

A insuficiência de *capabilities* funcionou muito bem num quadro de economia informal, mas é insuficiente hoje para abarcar os novos desafios que se colocam do ponto de vista da qualificação profissional e social. Para além de que hoje em dia se assume que o conhecimento e a inovação contribuem para o aumento da produtividade e o crescimento económico.

Assim, as capacidades individuais correspondem às liberdades e escolhas que permitem aos indivíduos adquirir um determinado padrão de vida, e esta matriz de capacidades parece incongruente com os novos desafios que se colocam. Aqui é preciso ressaltar que a pobreza deve ser avaliada em função da privação dessas capacidades e não unicamente em função da escassez de rendimentos.

Vive-se actualmente uma fase de transição entre um modelo tradicional e moderno de posicionamento e de reflexão, e esse quadro mental e valorativo parece ser fundamental para explicar e compreender as estratégias dos diferentes actores sociais em presença, não sendo alheio a isto o facto de se estar perante um tecido societal pautado pela coexistência viva entre rural, urbano e suburbano.

Figura 11: O impacto do desemprego e do emprego de baixa qualidade na pobreza e na exclusão social



4 Discursos e vivências de participação no mercado de trabalho

O procedimento metodológico de recolha de informação designado Narrativas de Trajectos de Inclusão Social incidiu sobre 16 indivíduos, 5 homens e 11 mulheres, com idades compreendidas entre os 20 e os 57 anos. O grupo etário mais representado situa-se entre os 31 e os 40 anos (6 indivíduos), seguido do grupo entre os 41 e os 50 anos (4 indivíduos). Por fim, em cada grupo etário entre os 20 e os 30 e entre os 51 e 57 anos encontramos 3 indivíduos.

O guião que conduziu as conversas que estão na origem destas Narrativas foi organizado em redor de cinco grandes temas: trajectória familiar de origem e modos de vida, trajectória escolar / formativa do indivíduo, trajectória profissional, a resposta e respectivo impacto no modo de vida actual.

Desta forma, foi possível obter informações sobre a situação de partida de cada indivíduo, a sua relação com o mercado de trabalho, os factores que marcaram a sua situação de vulnerabilidade e/ou exclusão face a esse mesmo mercado e o impacto do (des)emprego nas múltiplas esferas da sua vida, nomeadamente, familiar e social. Relativamente às respostas operacionalizadas, procurou-se identificar os factores críticos da adesão do indivíduo, internos e externos ao mesmo, e os factores-chave de ruptura com a situação de vulnerabilidade e/ou exclusão.

Apesar de o universo de indivíduos entrevistados não pretender, de forma alguma, ser representativo das várias tipologias de percursos e de processos, quer de exclusão, quer de inclusão face ao mercado de trabalho característicos da região, foi no entanto possível identificar algumas regularidades que ilustram processos relativamente comuns e que de alguma forma ilustram e personificam as tipologias identificadas anteriormente.

A sistematização da informação recolhida tendo por base os indicadores que estiveram na origem da definição do guião permite, quando expostos sob a forma de quadro, obter uma imagem do conjunto dos casos analisados e, em última análise, identificar as principais regularidades acima descritas e que são apresentadas de seguida.

Quadro 50: Síntese dos trajectos de inclusão social

Condições Sociais de Partida				Percurso Profissional Anterior à Resposta			Percurso Profissional Posterior à Resposta				
Indivíduo (sexo/idade)	Contexto social e familiar	Qualificação Inicial	Situação face à pobreza/exclusão	Trajectória profissional	Factores de exclusão do mercado de trabalho	Situação face à pobreza/exclusão	Resposta	Situação actual face ao mercado de trabalho	Sustentabilidade	Qualificação actual	Situação face à pobreza/exclusão
N1 M – 20	Pai emigrante	Abandono escolar no 7º ano	Muito vulnerável	Nunca trabalhou, RSI	Baixa escolaridade, ausência de qualificações profissionais, situação familiar instável	Igual	RVCC, via CPCJ	Empregada a termo numa IPSS (1º emprego)	Incerta	9º ano	Melhor
N2 H – 41	Favorável	Saída precoce no 11º ano	Não vulnerável	Instável e dependente do consumo de droga	Toxicodependência e fragilidade psicológica	Pior	Programa Vida Emprego, POC	POC	Incerto	Igual	Melhor
N3 H – 31	Favorável	Saída precoce no 10º ano	Não vulnerável	Empregos sucessivos, com acumulação	Baixa escolaridade associada ao cumprimento do serviço militar obrigatório	Melhor	POC	Empregado sem termo no sector público	Salário insuficiente	Igual	Pior
N4 M – 40	Pai emigrante, alcoolismo	1º CEB	Muito vulnerável	Trabalho informal na agricultura	Baixa escolaridade, alcoolismo generalizado à família, trabalho agrícola e doméstico não remunerado culturalmente atribuído às mulheres	Igual	POC, via CPCJ	POC	Incerta	Igual	Melhor
N5 M – 49	Família numerosa em contexto rural	1º CEB	Vulnerável	Entrada e saída constantes do mercado de trabalho e recurso ao trabalho domiciliário	Baixa escolaridade, modo de vida rural, características do tecido empresarial: instável e dependente de trabalho domiciliário	Pior	POC	Empregada a termo numa IPSS	Satisfatória	9º ano	Melhor

(cont.)

Condições Sociais de Partida				Percurso Profissional Anterior: à Resposta			Percurso Profissional Posterior à Resposta				
Indivíduo (sexo/idade)	Contexto social e familiar	Qualificação Inicial	Situação face à pobreza/exclusão	Trajectória profissional	Factores de exclusão do mercado de trabalho	Situação face à pobreza/exclusão	Resposta	Situação actual face ao mercado de trabalho	Sustentabilidade	Qualificação actual	Situação face à pobreza/exclusão
N6	M – 28 Favorável	Saída precoce antes de concluir 12º ano	Não vulnerável	Longa permanência em 1º emprego	Desconhecimento de oportunidade e falta de informação	Pior	POC	Empregada sem termo numa IPSS	Satisfatória, mas trabalho desqualificado	12º ano	Pior
N7	H – 57 Favorável	2º CEB	Vulnerável	Longa permanência em 2º emprego, com acumulação	Baixa escolaridade e falta de qualificações profissionais	Melhor	Ensino Recorrente	Empregado sem termo no sector público	Satisfatória	12º ano	Melhor
N8	M – 53 Família numerosa	1º CEB	Vulnerável	Longa permanência no 1º emprego, reforma antecipada por invalidez	Problemas de saúde	Pior	Microcrédito	Empresária	Ainda incerta	Igual	Melhor
N9	H – 37 Favorável, apesar da família numerosa	1º CEB	Não vulnerável	Longa permanência no 1º emprego; empresário com situação de ruptura	Insucesso profissional e toxicodependência	Pior	CAT via CPCJ	Empregado no sector privado	Salário insuficiente	Igual	Melhor
N10	H – 52 Favorável	1º CEB	Vulnerável	Longa permanência no 1º emprego, depois entradas e saídas sucessivas no mercado de trabalho	Não identificáveis	Pior	CPCJ	Empregado no sector privado	Trabalho demasiado desqualificado e salário insuficiente	Igual	Melhor
N11	M – 38 Família numerosa em contexto rural	2º CEB	Muito vulnerável	Empregos sucessivos relativamente estáveis	Problemas de saúde	Melhor	RSI, Ensino Recorrente	Empregada a termo no sector privado	Satisfatória, mas trabalho desqualificado	12º ano	Melhor
N12	M – 42 Família numerosa	1º CEB	Muito vulnerável	Trabalho doméstico não remunerado	Baixa escolaridade e elevado n.º de filhos	Pior	Empresa de inserção	Empregada sem termo numa empresa de inserção	Satisfatória	Igual	Melhor

(cont.)

Condições Sociais de Partida				Percurso Profissional Anterior à Resposta			Percurso Profissional Posterior à Resposta				
Indivíduo (sexo/idade)	Contexto social e familiar	Qualificação Inicial	Situação face à pobreza/exclusão	Trajectória profissional	Factores de exclusão do mercado de trabalho	Situação face à pobreza/exclusão	Resposta	Situação actual face ao mercado de trabalho	Sustentabilidade	Qualificação actual	Situação face à pobreza/exclusão
NI3	M – 26	Abandono escolar antes de concluir o 9º ano	Não vulnerável	DLD	Baixa escolaridade, ausência de equipamento e apoio à 1ª infância e de suporte familiar	Pior	RSI, formação de dupla certificação	Protocolo RSI numa IPSS	Incerta	9º ano	Melhor
NI4	M – 42	Favorável, apesar da família numerosa	Não vulnerável	Entrada e saída constantes do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação sucessiva de empresas familiares	Instabilidade e más competências de gestão do marido	Pior	Formação profissional, RVCC	Empregada sem termo numa IPSS	Satisfatória	9º ano	Melhor
NI5	M – 31	Família numerosa	Vulnerável	Empregos sucessivos devido a instabilidade económica típica da região	Baixa escolaridade, períodos de trabalho não declarado, gerando períodos de inactividade subsidiados	Pior	POC	POC	Não identificável	6º ano	Igual
NI6	M – 36	Família numerosa	Muito vulnerável	Entrada e saída constantes do mercado de trabalho, períodos de inactividade subsidiados	Baixa escolaridade, ausência de qualificações profissionais, empregos precários com contratos a termo	Melhor	POC	Empregada a termo numa IPSS	Satisfatória	Igual	Melhor

4.1. Condições Sociais de Partida

As condições sociais de partida adversas marcaram, na maioria dos casos, o percurso profissional inglório e, por fim, a situação de vulnerabilidade e/ou exclusão face ao mercado de trabalho verificada no momento imediatamente anterior aos vários tipos de resposta accionados.

Os contextos familiares de origem dos indivíduos entrevistados caracterizaram-se pelo predomínio das famílias numerosas decorrentes de um elevado número de filhos. Frequentemente, apenas o pai mantinha uma profissão remunerada, cabendo à mãe o cuidado dos filhos e, eventualmente e com o apoio destes, a exploração de uma pequena propriedade agrícola responsável pela alimentação familiar. Embora a descrição do modo de vida raras vezes fosse considerado “difícil” ou pautado por situações de “carência”, tratava-se de modos de vida austeros, fortemente ligados ao trabalho – nem sempre (devidamente) remunerado –, onde a vivência da infância quase não tinha lugar.

Os percursos escolares foram invariavelmente curtos, mesmo nos contextos familiares mais favoráveis. Ou porque não era habitual, sobretudo no caso das raparigas, ir além da 4ª classe, ou por falta de possibilidades financeiras, (nas famílias numerosas apenas os irmãos mais novos conseguiram alcançar um 6º ano de escolaridade). O início da vida laboral (informal e não remunerada) ou a entrada no mercado de trabalho (geralmente em fábricas) foram, de igual forma, precoces, mas considerados “normais” e marcados por uma forte desvantagem quer ao nível da desqualificação das tarefas, quer ao nível salarial.

Apesar de terem sido identificados, nalguns casos, contextos sociais de partida favoráveis, condicionalismos vários e não sistematizáveis levaram à interrupção dos percursos escolares e/ou a trajectórias profissionais marcadas pelo insucesso.

4.2. Percursos Profissionais

Ao longo do percurso profissional, já na idade adulta, os períodos áureos de alguns indivíduos que permitiram a obtenção de maiores rendimentos e a superação temporária dos condicionalismos iniciais, foram conquistados à custa de acumulação de empregos, declarados e não declarados, e dos respectivos salários, com enorme esforço pessoal.

No entanto, de uma forma geral a instabilidade decorrente das características do tecido económico e empresarial da região – pautado pela destruição e criação sucessiva de empresas e pelos baixos salários que motivam a rotatividade – ocasionou percursos profissionais com entradas e saídas sucessivas do mercado de trabalho e períodos de inactividade mais ou menos longos e por vezes marcados pela ausência de apoios sociais (dado que nem todo o trabalho era declarado).

No caso de algumas das mulheres, a integração no mercado de trabalho formal já só aconteceu tardiamente, no período pós-resposta, quando a idade dos filhos o permitiu. Aliás, quer por tradição cultural, que define claramente uma divisão de papéis segundo o género no casal, quer por dificuldade efectiva na entrega dos filhos ao cuidado de instituições especializadas (as taxas de cobertura de serviços de apoio à infância ainda são deficitárias), ainda é comum as mulheres permanecerem em casa após o nascimento dos filhos.

Actualmente, o factor de exclusão do mercado de trabalho mais comum é a baixa qualificação escolar e profissional, não obstante o próprio tecido empresarial da região não ser ainda particularmente exigente a esse nível. Se, por um lado, há poucas décadas atrás a escolaridade não era condição necessária para uma rápida e segura inserção no mercado de trabalho, actualmente essa mesma escolaridade revela-se incapacitante e limitadora das opções disponíveis já que, de acordo com os depoimentos recolhidos, até para se “trabalhar em limpezas” é necessário o 9º ano.

Relativamente poucos indivíduos investiram no seu percurso escolar e, de entre todos eles, apenas um retirou benefícios directos desse investimento por via da promoção na carreira profissional.

Trajectos de alcoolismo e de toxicod dependência, problemas de saúde, trabalho não declarado e, num caso, o número elevado de filhos, são outros factores identificáveis neste universo de indivíduos como sendo condicionantes de uma grande vulnerabilidade e exclusão do mercado de trabalho.

Quadro 51: Respostas accionadas e factores críticos de sucesso

Indivíduo (sexo/idade)	Resposta	Iniciativa	Factores críticos de sucesso internos ao indivíduo	Factores críticos de sucesso externos ao indivíduo	Factores de ruptura com a situação de exclusão do mercado de trabalho
N1	RVCC	CPCJ	Possibilidade de obtenção do 9º ano e perspectiva de maior empregabilidade		Conseguiu obter um emprego logo após o final da formação, auferindo um rendimento estável
N2	Programa Vida Emprego, POC	Indivíduo	Vontade de o indivíduo organizar e dar sentido ao seu percurso de vida	Apoio familiar	Ainda está num POC e a ruptura com a situação de exclusão não está consolidada
N3	POC	Indivíduo	Capacidade de trabalho, inconformismo face à inactividade	Rede pessoal de conhecimentos	Posterior integração profissional. No entanto, as dificuldades financeiras agravaram-se devido ao baixo salário
N4	POC	CPCJ	Adesão à iniciativa de apoio dos técnicos da CPCJ	Apoio e acompanhamento dos técnicos da CPCJ	Ainda está num POC e a ruptura com a situação de exclusão não é definitiva, carecendo ainda da continuação do acompanhamento de que tem sido alvo
N5	POC	CTE, CRVCC	Necessidade de rendimento	O facto de os filhos já serem autónomos e de a incentivarem	Posterior integração profissional
N6	POC	CTE	Necessidade de reintegração profissional decorrente de dificuldades financeiras e curiosidade e gosto em experimentar uma área profissional nova		Posterior integração profissional. No entanto, exerce funções relativamente desqualificadas face às suas habilitações
N7	Ensino Recorrente	Indivíduo	Gosto pelo estudo, convicção da sua imprescindibilidade para obter melhores condições de trabalho e, consequentemente, de vida	Apoio dos professores e da família	Ascensão na carreira
N8	Microcrédito	Indivíduo	Predisposição do indivíduo para a resolução activa da sua situação, por via do trabalho e da criação do próprio emprego	Rede pessoal de conhecimentos e apoio dos técnicos da Associação Nacional de Direito ao Crédito	Possibilidade de aceder a outras formas de endividamento. Estabilidade ainda não consolidada

(cont.)

Indivíduo (sexo/idade)	Resposta	Iniciativa	Factores críticos de sucesso internos ao indivíduo	Factores críticos de sucesso externos ao indivíduo	Factores de ruptura com a situação de exclusão do mercado de trabalho
N9	CAT, via CPCJ	GNR e CPCJ na desintoxicação. O indivíduo na procura posterior activa de emprego	Receio de ser preso. Posterior procura autónoma de emprego	Pressão familiar e policial. Apoio posterior dos técnicos da CPCJ e da própria família e rede de vizinhança	Posterior integração profissional
N10	CPCJ	CPCJ	Vontade de recuperar uma filha entregue para adopção. Procura activa de emprego	Apoio dos técnicos da CPCJ	Integração profissional
N11	RSI, Ensino Recorrente	Indivíduo	Apetência do indivíduo para o trabalho e para o estudo.	Rede pessoal de conhecimentos	Posterior integração profissional. No entanto, exerce funções relativamente desqualificadas face às suas habilitações
N12	Empresa de inserção	IPSS	Disponibilidade e lucidez do indivíduo face à sua situação	Resposta integrada facultada pela IPSS e apoio e acompanhamento dos respectivos técnicos	Integração profissional
N13	RSI, formação de dupla certificação	Indivíduo	Motivação pessoal do indivíduo em aprender e concluir a escolaridade obrigatória. Necessidades financeiras	O facto de a formação ser remunerada. Apoio e relacionamento com o técnico do RSI	Ainda está num POC e a ruptura com a situação de exclusão não está consolidada
N14	Formação profissional, RVCC	Indivíduo	Gosto do indivíduo pela valorização escolar e pela aquisição de novas aprendizagens	Rede pessoal de conhecimentos	Integração profissional
N15	POC	CTE	Motivação para reintegrar o mercado de trabalho e de melhorar as suas condições de vida e as do seu filho	Apoio e aposta da IPSS que acolherá o POC	Ainda não se verifica
N16	POC	CTE	Motivação para reintegrar o mercado de trabalho, independentemente da função		Integração profissional

Fonte: Narrativas de projectos de inclusão social, tratamento Quaternaire Portugal;

4.3. Percursos Pós-Respostas

O denominador comum aos 16 entrevistados no âmbito das Narrativas de Trajectos de Inclusão Social foi a força de vontade e a motivação pessoal demonstradas para procurar alternativas e formas de ultrapassar contextos adversos e desfavoráveis, quer por via da procura activa de emprego, quer por via do investimento nas próprias habilitações ou qualificações, quer ainda na predisposição para aproveitar as oportunidades que lhes foram colocadas.

Assim, a primeira conclusão que se pode tirar deste pequeno universo de recolha de informação é o papel determinante dos condicionalismos pessoais, da personalidade dos indivíduos, da sua atitude perante o trabalho e, mais genericamente, perante a vida, na real probabilidade de superação de condições de vida marcadas pela exclusão ou vulnerabilidade face ao mercado de trabalho.

Não obstante a crucialidade destes factores individuais, é fundamental igualmente a existência de respostas disponíveis, mais ou menos adaptadas a cada situação, assim como o acompanhamento próximo e personalizado dos técnicos que as veiculam. Um segundo factor crítico de sucesso das intervenções observadas passou, portanto, pelo envolvimento e acompanhamento técnico dos serviços que disponibilizam os meios de superação das situações de exclusão. De salientar o facto de, nalguns casos, as crianças assumirem o protagonismo dos processos de intervenção, por via da CPCJ, que acaba por intervir no contexto familiar a diversos níveis.

Uma análise mais pormenorizada dos vários depoimentos recolhidos permite-nos identificar outro tipo de regularidades. A mais relevante prende-se com a efectiva melhoria do nível de participação no mercado de trabalho, que é comum a 14 dos casos entrevistados. Ela acontece por via da reintegração profissional em Programas Ocupacionais (POC), pela contratação a termo ou sem termo, pela ascensão profissional ou pela criação do próprio emprego.

As únicas excepções encontram-se, curiosamente, junto dos indivíduos com mais habilitações, ao nível do 12º ano, e cuja reintegração profissional aconteceu à margem dessas mesmas habilitações, pautando-se em ambos os casos por empregos que exigem trabalho desqualificado e, conseqüentemente, mal remunerados.

Na perspectiva dos rendimentos, muito embora nalguns casos auferir o salário mínimo nacional (SMN) seja uma evolução favorável e até desejável face a uma situação anterior, de uma maneira geral as remunerações alcançadas são baixas e, não raramente, insuficientes para fazer face a despesas familiares. Tratando-se de uma realidade comum ao território, não deixa de ser frustrante a incapacidade generalizada de aumentar o nível de rendimentos por via do trabalho, independentemente do tipo de investimento pessoal.

Em termos de sustentabilidade das situações alcançadas, regista-se igualmente um

índice significativo de casos onde ela ainda não pode ser considerada definitiva. Ou porque o indivíduo ainda está a trabalhar no âmbito do POC e não tem garantias de que ele se venha a transformar num contrato de trabalho, ou porque o vínculo contratual actual é precário, ou porque, no caso da situação de criação do próprio emprego, a consolidação da empresa criada ainda não teve tempo de acontecer, ou ainda porque o salário auferido é insuficiente para suprir as necessidades familiares.

Assim, em cerca de metade dos casos analisados os indivíduos não tinham certezas quanto ao seu futuro e não sabiam até quando iriam permanecer na actual situação de integração. Este cenário indicia a dificuldade de reintegração efectiva no mercado de trabalho, muito embora o recurso a medidas activas de emprego seja a resposta mais frequentemente observada.

Em contrapartida a este cenário profissionalmente nem sempre estável e ainda marcado por alguma vulnerabilidade face às vicissitudes do mercado de trabalho, os efeitos pessoais destas trajectórias de reintegração revelam-se maioritariamente positivos e determinantes na melhoria da auto-estima e da auto-confiança dos indivíduos, na sua afirmação familiar e social e no alargamento das suas redes de sociabilidade.

De entre os vários depoimentos destacam-se, a este nível, casos de emancipação feminina face a casamentos constrangedores e outros casos de grande satisfação pessoal face a novas tarefas mais exigentes do ponto de vista emocional e relacional, no caso de percursos profissionais anteriores marcados pela exigência meramente física e pela rotina da repetitividade.

A economia social surge como um dos grandes empregadores nestes percursos de reintegração profissional. As IPSS assumem-se como protagonistas na absorção de alguns dos excedentes de mão-de-obra libertados pelo sector fabril, acolhendo diversos POC em funções de ajudantes de acção directa ou de cozinha a população feminina já com alguma idade, mais fustigada pelo desemprego fabril.

Quadro 52: Impactos do (des)emprego nos processos de pobreza e exclusão social

	Indivíduo (sexo/idade)	Factores de exclusão do mercado de trabalho	Impacto do (des)emprego	Situação actual face ao mercado de trabalho	Impacto da inserção profissional
N1	M – 20	Baixa escolaridade, ausência de qualificações profissionais, situação familiar instável	Quando saiu da escola e enquanto esteve desempregada viveu com a mãe e recebia RSI, dinheiro que era destinado a “ajudar a mãe” e era insuficiente. Durante 3 anos esteve sem emprego e a sua situação financeira foi muito precária.	Empregada a termo numa IPSS (1.º emprego)	A situação actual de emprego permite a esta jovem organizar a sua vida financeira e familiar de modo a solicitar a guarda do filho ao Tribunal. A inserção profissional desenvolveu um sentido de responsabilidade (a necessidade de cumprir horários, de ter tarefas e pessoas a cargo – idosos e crianças) e aumentou a segurança pessoal por via do independente trabalho. Actualmente o rendimento do trabalho permite fazer face apenas às despesas correntes.
N2	H – 41	Toxicod dependência e fragilidade psicológica	O seu percurso de toxicod dependência é conhecido no concelho e, mesmo quando limpo, está definitivamente rotulado. O facto de viver no mesmo local desde sempre facilita igualmente as recaídas.	POC	Esta inserção profissional mais recente permitiu ao indivíduo recuperar a sua estabilidade e afectos familiares e recuperar amizades entretanto perdidas.
N3	H – 31	Baixa escolaridade associada ao cumprimento do serviço militar obrigatório	Os baixos rendimentos determinaram uma vida profissional pautada por situações de dificuldade e esforço.	Empregado sem termo no sector público	Este impacto não pode ser considerado muito determinante, a não ser pela estabilidade profissional e benefícios que um emprego na função pública confere. As dificuldades financeiras mantêm-se.
N4	M – 40	Baixa escolaridade, alcoolismo generalizado à família, trabalho agrícola e doméstico não remunerado culturalmente atribuído às mulheres	Vida familiar pautada por carências económicas, condições de habitabilidade impróprias e a sinalização dos filhos menores pela CPCJ por negligência ligada ao alcoolismo foram factores determinantes na sua vida até 2007.	POC	O indivíduo passa actualmente por uma fase de adaptação às exigências que um emprego acarreta, assim como às da manutenção de uma casa. Vive portanto um período de aprendizagem e consegue aos poucos reorganizar a sua vida: mental, financeira, social, profissional.
N5	M – 49	Baixa escolaridade, modo de vida rural, características do tecido empresarial: instável e dependente de trabalho domiciliário	Rendimento instável, períodos de trabalho por conta de outrem não declarados, salários não pagos, dependência do trabalho domiciliário.	Empregada a termo numa IPSS	A inserção profissional do indivíduo retirou-o do isolamento do trabalho doméstico e domiciliário e permitiu-lhe concluir a escolaridade mínima obrigatória.

(cont.)

	Indivíduo (sexo/idade)	Factores de exclusão do mercado de trabalho	Impacto do (des)emprego	Situação actual face ao mercado de trabalho	Impacto da inserção profissional
N6	M – 28	Desconhecimento de oportunidades e falta de informação	O desemprego determinou uma situação económica difícil e de alguma carência.	Empregada sem termo numa IPSS	A integração profissional do indivíduo garantiu-lhe alguma estabilidade, nomeadamente financeira, mas na prática esta estabilidade tem o preço da desadequação das funções às reais competências e qualificações do indivíduo e um salário considerado demasiado baixo face às necessidades e a um salário recebido anteriormente.
N7	H – 57	Baixa escolaridade e falta de qualificações profissionais	Os empregos que teve implicaram, durante bastantes anos, alguns sacrifícios pessoais e familiares. O facto de a mulher começar igualmente a trabalhar e a auferir salário, quando os filhos tiveram idade para frequentar a escola, foi também decisivo no percurso do casal.	Empregado sem termo no sector público	O indivíduo beneficia actualmente de uma boa imagem social, sendo uma pessoa com grandes responsabilidades profissionais a nível concelhio.
N8	M – 53	Problemas de saúde	A incapacidade física originou a reforma antecipada por invalidez e a total dependência desta prestação, inevitavelmente baixa e insuficiente para fazer face às despesas familiares habituais e às elevadas despesas médicas.	Empresária	A inserção profissional do indivíduo permitiu a sua sustentabilidade financeira mas não teve repercussões directas a outros níveis.
N9	H – 37	Insucesso profissional e toxicodependência	Enquanto toxicodependente e pequeno traficante, o círculo de conhecimentos circunscreveu-se a esta actividade.	Empregado no sector privado	A inserção profissional do indivíduo foi determinante na obtenção de um rendimento familiar fixo, o que permitiu encontrar e manter uma situação de estabilidade financeira e familiar após o apoio da CPCJ.
N10	H – 52	Não identificáveis	O relato de um modo de vida privado de aspectos supérfluos e de algumas privações decorre de um rendimento escasso face à composição do agregado familiar. A vida social do indivíduo também é afectada, e daí não ter conseguido fazer amizades no local onde actualmente vive e trabalha.	Empregado no sector privado	A inserção profissional do indivíduo permite que os filhos que com ele residem frequentem a escola, mas o montante do seu rendimento não permite outras evoluções nas restantes esferas da sua vida.

(cont.)

	Indivíduo (sexo/idade)	Factores de exclusão do mercado de trabalho	Impacto do (des)emprego	Situação actual face ao mercado de trabalho	Impacto da inserção profissional
N11	M – 38	Problemas de saúde	A inactividade em que se viu obrigada a estar durante 4 anos foi-lhe muito penosa mas não condicionou a sua vida pessoal ou familiar. Valoriza bastante o bom ambiente de trabalho e o facto de se sentir bem tratada e valorizada em detrimento de outro tipo de ambições.	Empregada a termo no sector privado	A reinserção profissional do indivíduo foi relevante do ponto de vista pessoal mas não teve efeitos noutras esferas por motivos que se prendem meramente com opções de vida do indivíduo.
N12	M – 42	Baixa escolaridade e elevado n.º de filhos	A situação de desemprego e de pobreza tornaram-na uma pessoa completamente dependente da caridade e do apoio de terceiros.	Empregada sem termo numa empresa de inserção	A inserção profissional do indivíduo foi determinante em todas as restantes esferas da sua vida, desde à sua independência financeira à possibilidade de se libertar de uma ligação conjugal violenta, à melhoria significativa da sua auto-estima e alargamento das suas redes de sociabilidade.
N13	M – 26	Baixa escolaridade, ausência de equipamentos sociais de apoio à 1ª infância e de suporte familiar	O desemprego e o trabalho ocasional não declarado, acompanhados da situação de desemprego do marido, geraram uma situação de forte carencia económica, amenizada pelo apoio familiar, mas que condicionou a vida familiar durante mais de 1 ano.	Protocolo RSI numa IPSS	A inserção profissional do indivíduo é determinante na sua independência económica e sentimento de realização pessoal, para além de permitir resolver, na prática, as dificuldades acumuladas ao longo do período de exclusão.
N14	M – 42	Instabilidade e más competências de gestão do marido	A trajectória pessoal e profissional atribuídas condicionaram o relacionamento com a família de origem, que condenava fortemente a sua "paciência" e a sua capacidade de relacionamento interpessoal. A emigração ocasionou um forte desenraizamento, embora temporário, mas difícil de ultrapassar.	Empregada sem termo numa IPSS	A inserção profissional do indivíduo foi determinante no aumento da sua auto-confiança e auto-estima, motivou uma maior admiração por parte dos filhos e o alargamento da sua rede de relações de sociabilidade, todas elas gratificantes.
N15	M – 31	Baixa escolaridade, ausência de qualificações profissionais, situação familiar de monoparentalidade, trabalho informal com consequentes períodos de inactividade sem rendimentos	O mau emprego, mal remunerado, não declarado e precário, assim como a intermitência de períodos de desemprego sem auferir qualquer subsídio, determinaram uma situação financeira de grande vulnerabilidade e foram agravados pela situação de monoparentalidade.	POC	Ainda não determinável.

(cont.)

Indivíduo (sexo/ idade)	Factores de exclusão do mercado de trabalho	Impacto do (des)emprego	Situação actual face ao mercado de trabalho	Impacto da inserção profissional
N16 M – 36	Baixa escolaridade, ausência de qualificações profissionais, intermitência de períodos de actividade e de inactividade	O facto de ter sempre feito descontos para a Segurança Social e nunca ter caído em situações de trabalho informal permitiram-lhe obter subsídios de desemprego nos períodos de inactividade, o que foi determinante na manutenção de alguma estabilidade financeira.	Empregada a termo numa IPSS	A inserção profissional do indivíduo não trouxe alterações remuneratórias significativas, mas teve efeitos muito positivos, quer ao nível da estabilidade profissional, quer ao nível do sentimento de realização pessoal pelo desempenho de tarefas que exigem competências de relacionamento interpessoal, especialmente agradáveis ao indivíduo.

Fonte: Narrativas de trajectos de inclusão social, tratamento Quaternaire Portugal;

5 A activação dos públicos desfavorecidos

Neste ponto procede-se à abordagem das respostas orientadas para estimular e activar a população desempregada no sentido da sua participação no mercado de trabalho. Esta abordagem não esgota a análise prevista ao nível das respostas no âmbito deste Estudo, que será desenvolvida posteriormente na sua relação com as propostas de linhas de acção, mas contempla uma dimensão crucial de identificação do combate às barreiras à participação no mercado de trabalho dos públicos mais desfavorecidos.

O PNE 2005/2008, o documento nacional de estratégia política no domínio do emprego, inserido, por sua vez, no PNACE, Plano de Acção Nacional para o Crescimento e Emprego, define cinco desafios no combate aos problemas que afectam o mercado de trabalho em Portugal:

- 1.Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego;
- 2.Gerir de forma preventiva e precoce, intervindo numa lógica de proximidade, os processos de reestruturação e deslocalização empresarial que têm marcado a Europa e o país nos últimos anos;
- 3.Promover a flexibilidade com segurança no emprego, assegurando que as desigualdades e dinâmicas de segmentação ou de exclusão do mercado de trabalho dos grupos mais desfavorecidos não se acentuam de modo insustentável;
- 4.Reforçar a educação e qualificação da população portuguesa;
- 5.Modernizar o sistema de protecção social, que se encontra hoje perante o duplo desafio de fazer frente às exigências colocadas pelo abrandamento económico e de reforçar a sua cobertura num contexto de envelhecimento da população;

Todos estes desafios são válidos para a realidade dos concelhos em análise e ganham uma incidência acrescida se considerarmos que é também definida como dimensão

transversal de todas as directrizes do PNE a igualdade de oportunidades para todos e a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Lembra-se que a situação de desfavor generalizado das mulheres nos concelhos alvo do estudo é evidenciada nos indicadores do mercado de trabalho que revelam que, num quadro já de si gravoso, este grupo é fortemente penalizado, nomeadamente no que se refere ao rendimento auferido no trabalho e à incidência das situações de desemprego.

Em conformidade com as problemáticas e características do mercado de trabalho e no sentido do combate às barreiras à participação no mesmo, as diversas Directrizes do PNE contemplam objectivos e medidas orientadas para activação dos desempregados, nomeadamente:

- *Medidas activas e preventivas no mercado de trabalho, incluindo a identificação antecipada das necessidades, a assistência na procura de emprego, a orientação e a formação no âmbito de planos de acção personalizados, a prestação dos serviços sociais necessários para apoiar a inclusão das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho e contribuir para a erradicação da pobreza;*
- *Políticas inclusivas e de acções em matéria de educação e formação que facilitem significativamente o acesso ao ensino profissional básico, ao ensino secundário e ao ensino superior;*
- *Ações decisivas para aumentar a participação das mulheres e reduzir as disparidades existentes entre homens e mulheres a nível do emprego, do desemprego e dos ordenados;*
- *Criação de novas fontes de emprego nos serviços para as pessoas e as empresas, nomeadamente a nível local;*
- *Melhor conciliação do trabalho com a vida privada e da disponibilização de estruturas acessíveis e económicas de acolhimento para crianças e outras pessoas a cargo;*
- *Elaboração de estratégias eficientes de aprendizagem ao longo da vida abertas a todos nas escolas, empresas, autoridades públicas e agregados familiares, tendo em vista melhorar a participação na formação contínua e no local de trabalho ao longo da vida, em especial no que respeita aos trabalhadores menos qualificados e aos trabalhadores mais velhos;*
- *Revisão constante dos incentivos e dos incentivos resultantes dos sistemas fiscais e de prestações sociais, nomeadamente no que respeita à gestão e à condicionalidade das prestações e à redução significativa das taxas de imposto efectivas marginais elevadas, nomeadamente para as de baixos rendimentos, garantindo ao mesmo tempo níveis adequados de protecção social;*
- *Modernização e reforço das instituições do mercado de trabalho, nomeadamente dos serviços de emprego.*

O modo como estas orientações estão a ser transpostas para o combate ao desemprego nos concelhos em análise revela dificuldades de intervenção, em particular, na activação do seu grupo mais representativo, isto é, as mulheres e os desempregados de baixas qualificações.

A integração dos desempregados através da colocação directa em empregos esbarra com problemas de ordem vária: a rarefacção da oferta de empregos, o desajustamento das características dos desempregados face à oferta existente, as limitações ao nível da mobilidade intra e inter-concelhia e a desmotivação de uma importante faixa de desempregados, em particular as mulheres, causada pela dificuldade de adaptação a novos contextos profissionais e pelos custos de integração no mercado de trabalho em comparação com a rentabilidade de curto prazo dos benefícios sociais. Neste sentido, a procura activa de emprego é, em muitos casos, um processo aparente que as estratégias definidas para a actividade dos Centros de Emprego, nomeadamente os programas REAGE e INSERJOVEM, não conseguem resolver.

A adesão aos programas de apoio à criação do próprio emprego por parte destes públicos, apesar de, em alguns casos, revelar uma incidência significativa, é muitas vezes desajustada das condições de base dos beneficiários para a promoção e gestão de um negócio próprio. Aliás, como é sabido, a taxa de insucesso deste tipo de iniciativas é elevada, pelo menos se considerarmos a sustentabilidade das empresas criadas.

A participação em programas de formação como modo de promoção da participação dos desempregados no mercado de trabalho revela também uma eficácia reduzida. Por um lado, a oferta disponível, nomeadamente os cursos EFA, nem sempre se adequa a estes públicos, na medida em que não contempla o trabalho em torno de competências básicas, (muitas vezes as necessidades centrais do ponto de vista do percurso de inserção), mas antes tende a valorizar a qualificação profissional na sua componente mais operacional. Por outro lado, mesmo reconhecendo os resultados deste tipo de processos ao nível da valorização pessoal e dos seus reflexos no contexto familiar e na melhoria das condições de empregabilidade, em muitos casos não são reconhecidos efeitos relevantes no que concerne à promoção da integração no mundo do trabalho.

Refira-se que a elevada procura a nível local dos Centros de Novas Oportunidades indica que uma parte dos problemas das baixas qualificações dos activos está em vias de resolução, mas esta procura não é fundamentalmente protagonizada por parte da mais importante faixa dos desempregados recenseados – as mulheres e os desempregados de baixas qualificações.

Os programas de carácter ocupacional – POC – constituem uma medida de procura assinalável, agora restrita aos beneficiários do RSI, mas a sua eficácia do ponto de vista da integração dos desempregados sofre das mesmas limitações das medidas de formação. Saliente-se que, em ambos os casos, esta falta de eficácia não decorre só das características do mercado de oferta de emprego, mas também da escassa mobilização dos beneficiários deste tipo de medidas que, em muitos casos, tendem a encará-las como um prolongamento dos benefícios sociais e do rendimento a ele associados.

Tal como vimos atrás, neste quadro, os POC têm vindo a assumir, dada a sua precariedade temporal, um papel importante na configuração de modos de vida assentes na transitoriedade. Simultaneamente, têm vindo a desempenhar um papel

de “almofada social” nos casos dos activos muito desqualificados. Apesar desta tendência geral, os POC têm funcionado, não poucas vezes, como ferramentas de apoio à contratação sobretudo por parte das instituições da economia social, que angariam os seus recursos humanos recorrendo, numa primeira fase, àqueles programas. Deste modo, o período experimental de teste das competências pessoais e profissionais e de adequação às funções por parte dos activos é convenientemente alargado, da mesma forma que se reduzem custos através da comparticipação temporária da remuneração destes colaboradores por parte da Segurança Social.

O Rendimento Social de Inserção, através do estabelecimento de Acordos de Inserção, constitui-se igualmente como uma medida estimulante da procura de emprego por parte dos activos desempregados e, nalguns casos, permite o accionamento de relações interinstitucionais que beneficiam a procura de respostas, quer ao nível da qualificação e da formação profissional, quer ao nível de apoios técnicos facilitadores da disponibilização e mobilização para o emprego.

Todavia, não se pode deixar de referir que estes contratos de inserção acontecem de forma esporádica já que nem sempre o RSI implica a realização de acordos de emprego. Além disso, pode-se ainda constatar o importante desfasamento entre o nível de competências escolares dos beneficiários e as medidas de inserção disponíveis. Finalmente, se se considerar o caso específico das Empresas de Inserção a nível local, é evidente o carácter pontual deste tipo iniciativas, apesar das suas potencialidades reconhecidas ao nível do emprego protegido e da formação em contexto de trabalho, plataformas cruciais de trabalho ao nível da activação dos desempregados.

As principais linhas da apreciação global apresentadas anteriormente quanto à adequação das respostas accionadas localmente reflectem a percepção dos agentes contactados no trabalho de terreno – isto é, a constatação das limitações e as dificuldades de actuação nesta matéria, associada à valorização das iniciativas mais diferenciadoras que se assumem como relevantes, mas cuja escala de actuação não permite responder à dimensão e complexidade dos problemas de desemprego. Ainda na perspectiva dos agentes institucionais, as sugestões recenseadas no sentido da promoção da intervenção neste domínio prendem-se com os seguintes aspectos:

- ▶ Reforço da concertação entre os agentes, no sentido da concertação da oferta, evitando assim situações de desconhecimento recíproco de iniciativas e projectos que, ou minimizam probabilidades de aprovação e implementação ou duplicam desnecessariamente a oferta, assim como situações de carência dessa mesma oferta;
- ▶ Reforço da oferta de condições facilitadoras da aquisição de competências básicas de gestão pessoal e doméstica;
- ▶ Reforço dos instrumentos de apoio à acção dos agentes, quer ao nível de recursos humanos, quer logísticos e técnicos;
- ▶ Criação de novas infra-estruturas, particularmente nos concelhos do interior onde esta necessidade foi mais evidenciada; a parceria IEFP- CENFIM para

a criação de uma pólo em Amarante é um exemplo de intervenção neste domínio, mas não resolve o problema;

▶ Aposta nas especificidades locais, adoptando-as como mais valias a reforçar e rentabilizar enquanto potencialmente geradoras de emprego em cada concelho;

▶ Recurso mais alargado às empresas de inserção.

Considerando os dados oficiais provenientes do IEFP, é possível constatar algumas tendências relativamente às respostas dirigidas aos activos empregados e desempregados, no quadro dos concelhos em análise.

O Centro de Emprego de Penafiel é, das unidades de intervenção em análise, a que apresenta um maior número de beneficiários relativamente aos Programas de Emprego. No cômputo das três unidades em análise, o Mercado Social de Emprego assume um papel de charneira, via POC, o que indicia a fraca capacidade de empregabilidade do tecido empresarial, a desqualificação profissional e escolar dos activos e a insuficiente capacitação desta população.

Quadro 53: Número de Beneficiários dos Programas de Emprego, Novembro de 2007

	Delegação Regional IEFP Norte	CTE Amarante ⁷	CTE Felgueiras ⁸	CTE Penafiel ⁹
1) PROGRAMAS DE EMPREGO	26 647	784	459	1 532
1.1. Programas de Formação Emprego	6 922	274	136	254
1.1.1. Bolsas Formação Iniciativa Trabalhador	327	17	10	20
1.1.2. Estágios Profissionais	6 280	252	123	223
1.2. Criação de Emprego e Empresas	2 553	47	51	235
1.2.1. ILE – Criação de Postos de Trabalho	2 002	36	57	55
1.2.2. APE – Criação de Postos de Trabalho	553	1	3	165
1.2.3. Apoios à Contratação	274	14	0	11
1.3. Mercado Social de Emprego	16 207	450	272	1 042
1.3.1. Empresas de Inserção	1 249	21	0	23
1.3.2. Programas Ocupacionais	15 112	439	272	1 025
1.3.3. Programa de Apoio à Iniciativa Privada	5	0	0	0
1.4. Outros (Incentivos à Mobilidade Geográfica, Planos Regionais, Promoção do Artesanato, UNIVAS, Programa Vida Emprego, etc.)	965	13	0	11

Fonte: IEFP. Departamento Financeiro de Controlo e Gestão – Direcção de Serviços de Controlo e Gestão, Novembro de 2007.

⁷. O Centro de Emprego de Amarante abrange os concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses.

⁸. O Centro de Emprego de Felgueiras abrange o concelho de Felgueiras.

⁹. O Centro de Emprego de Penafiel abrange os concelhos de Lousada, Penafiel, Paredes e Paços de Ferreira.

Como se tem vindo a constatar, os principais provedores de serviços e medidas de apoio a pessoas em situação de pobreza e/ou exclusão social e/ou laboral, no âmbito dos níveis de intervenção considerados, são a Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação profissional – IEFP e o Ministério da Educação em parceria com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social por via do Programa Novas Oportunidades. Assim, analisam-se seguidamente os recursos actualmente disponíveis que possam ser considerados instrumentos efectivos de integração, verificando simultaneamente a sua adequação à tipologia de modos de vida e de posicionamento face ao mercado de trabalho até aqui utilizadas, bem como das modalidades de activação dos actores sociais.

Os quadros seguintes pretendem dar conta da aplicabilidade local das medidas e da sua repercussão específica em termos locais.

Quadro 54: Instrumentos de política de emprego, formação e inclusão social

Tipologia		Descrição e factores de aplicabilidade no contexto em análise
Respostas Sociais – Família e Comunidade	Atendimento / Acompanhamento Social	<p>Resposta social desenvolvida através de um serviço de primeira linha que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, actuar em situações de emergência.</p> <p>A previsão de agravamento da situação económica de diversas famílias e as consequências do endividamento tornam fundamental um apoio de primeira linha que atenda as situações de emergência social e de exclusão ou pobreza mais prementes.</p>
	Grupo de auto-ajuda	<p>Resposta social desenvolvida através de pequenos grupos de inter-ajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação / problema.</p> <p>Dada a generalização do consumo excessivo de álcool e sendo esta uma temática de intervenção prioritária, os grupos de auto-ajuda podem constituir-se como importantes ferramentas de estruturação / consciencialização dos indivíduos numa fase de prevenção terciária da doença.</p>
RSI	Prestação pecuniária	<p>A prestação pecuniária do RSI mantém-se como sendo uma contribuição fundamental para a garantia da satisfação das necessidades mínimas de muitos agregados familiares, complementando, em muitos casos, o rendimento salarial obtido por um ou mais elementos da família.</p> <p>A prestação pecuniária do RSI mantém-se como sendo uma contribuição fundamental para a garantia da satisfação das necessidades mínimas complementando, em muitos casos, o rendimento salarial obtido por um ou mais elementos da família.</p>
	Programa de inserção	<p>Tratando-se de uma medida supostamente temporária, o RSI inclui o estabelecimento de um Programa de Inserção que visa criar as condições necessárias à progressiva autonomização das famílias relativamente à prestação pecuniária, seja por via do exercício de uma actividade profissional, seja por outras vias.</p> <p>Não obstante, por vezes os próprios beneficiários titulares do rendimento não têm consciência da necessidade ou sequer da existência deste programa, assumindo o RSI como uma mera ajuda pecuniária. Embora nem sempre se vislumbre possível ou provável nos contextos em análise, é de toda a relevância que os beneficiários desta medida sejam integrados e acompanhados em projectos de activação o mais abrangentes possível, em articulação com outros agentes.</p>
Programas de Inserção Social	Programa de Apoio à Iniciativa Privada Social (PAIPS)	<p>Embora especificamente dirigido à melhoria, qualitativa e quantitativa, dos serviços dirigidos à população idosa, a economia social tem-se revelado como um importante empregador nestes concelhos precisamente devido ao progressivo envelhecimento da população e ao crescente isolamento e agravamento das condições de vida e de autonomia dos idosos.</p> <p>Neste sentido, considera-se ser esta uma aposta válida ao nível do apoio ao empreendedorismo e à formação de recursos humanos especializados.</p>
	ReCriar o Futuro	<p>Projecto de preparação para a reforma numa perspectiva de inclusão, baseado em princípios como o desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida, envelhecimento activo e <i>empowerment</i>.</p> <p>Assumindo-se essencialmente como uma medida preventiva de situações de exclusão futuras.</p>

Quadro 54: Instrumentos de política de emprego, formação e inclusão social (cont.)

Tipologia		Descrição e factores de aplicabilidade no contexto em análise
Ação Social	Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)	<p>Visam promover a inclusão social dos cidadãos de forma multisectorial e integrada através de acções a executar e em parceria, de forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.</p> <p>A concertação entre os actores, a congregação de sinergias e o trabalho em parceria são fundamentais para a revitalização dos territórios em análise, além de que uma metodologia de intervenção participada interinstitucionalmente e supra-municipalmente apresenta fontes privilegiadas de financiamento no âmbito do QREN.</p>
Programas de Emprego	Bolsa de formação da iniciativa do trabalhador	<p>Para melhorar as condições de empregabilidade e de realização do trabalhador através da frequência de acções de formação continua, com salvaguarda do normal funcionamento da empresa.</p> <p>Embora em termos teóricos a medida se apresente relevante, as características do tecido empresarial e as qualificações dos activos empregados não se apresentam como favoráveis à implementação destes apoios.</p>
	Estágios profissionais	<p>Para promover a inserção de jovens na vida activa, complementando uma qualificação anteriormente adquirida com uma formação prática, em contexto laboral, que permita a aquisição de competências sócio-profissionais.</p> <p>O elevado número de jovens qualificados desempregados existente na região, incapaz de absorver os seus activos mais qualificados, pode ser contrariado pelo recurso a esta medida de apoio à contratação.</p>
Criação de emprego e empresas	ILE – Criação de Postos de Trabalho	<p>Para incentivar e apoiar projectos que dêem lugar à criação de novas entidades e que originem a criação líquida de postos de trabalho, contribuindo para a dinamização das economias locais, mediante a realização de investimentos de pequena dimensão.</p> <p>As experiências de insucesso das ILE's apoiadas, marcadas pelo recurso a pequenos negócios pouco inovadores e de fraco valor acrescentado, levam a crer que esta medida não apresenta condições, pelo menos de forma isolada, favoráveis à sua implementação. Uma acção concertada de apoio à gestão, não obstante, poder-se-ia revelar mais interessante.</p>
	Apoios à contratação	<p>Para incentivar, sob a forma de subsídio a fundo perdido, a contratação de jovens à procura do primeiro emprego, desempregados de longa duração e desempregados com idade superior a 45 anos.</p> <p>Embora a oferta, em termos de mercado de trabalho, de activos nas condições referidas seja vasta e seja também favorável às empresas o apoio à sua contratação, nem estas apresentam actualmente potencial empregador nem na maioria dos casos se encontram disponíveis para assumir as contrapartidas inerentes a este tipo de apoios, nomeadamente a contratação sem termo.</p>
Mercado social de emprego	Empresas de inserção	<p>Pessoas colectivas sem fins lucrativos e estruturas de pessoas colectivas sem fins lucrativos dotadas de autonomia administrativa e financeira que têm por fim a reinserção sócio-profissional de desempregados de longa duração ou em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho.</p> <p>Trata-se de uma das ferramentas de inserção mais adequadas ao patamar do Acompanhamento, a meio caminho entre um percurso anterior de Estruturação / Consciencialização e a Empregabilidade definitiva.</p>
	Programas ocupacionais	<p>Programas de carácter ocupacional actualmente restritos a beneficiários do RSI, visam a reintegração profissional dos beneficiários.</p> <p>Têm-se revelado importantes do ponto de vista do patamar intermédio da reinserção social e laboral Acompanhamento, nalguns casos com efeitos satisfatórios na escalada até à Empregabilidade, noutros casos assumindo um carácter de precariedade e instabilidade que não possibilita essa mesma evolução.</p>

Quadro 54: Instrumentos de política de emprego, formação e inclusão social (cont.)

Tipologia	Descrição e factores de aplicabilidade no contexto em análise
<p>Formação</p> <p>Jovens</p>	<p>Entendidos numa perspectiva preventiva face a processos de entrada precoce e/ou desqualificada no mercado de trabalho relacionados, nomeadamente com o insucesso e o abandono escolar é possível intervir de forma estruturada nas camadas mais jovens através das múltiplas modalidades de formação previstas no âmbito do Programa Novas Oportunidades, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Aprendizagem, Cursos EF Jovens, Cursos profissionalizantes no ensino secundário, CET – Formação pós secundária e Vias de conclusão do nível secundário de educação. <p>A relevância local deste tipo de ofertas, nomeadamente a formação de carácter profissionalizante é indissociável dos indicadores de escolarização da população jovem que, apesar da tendência de evolução positiva, revelam a persistência de problemas de abandono e insucesso. Mas a renovação dos recursos humanos e uma nova geração de população activa com qualificações substancialmente diferenciadas da geração que domina actualmente o sistema produtivo implica o reforço da actuação nesta área.</p> <p>De facto, constata-se experiências positivas de intervenção nesta matéria, mas a situação dos concelhos é muito diversificada, no que respeita à dinâmica instalada, à concertação de actores (p.e. na racionalização da oferta de cursos), à capacidade de mobilização dos jovens e à disponibilidade de condições logísticas para a realização dos cursos.</p>
<p>Adultos</p>	<p>Os Cursos EFA, o ensino recorrente, a formação modular certificada e as diversas vias de conclusão do nível secundário de educação, em articulação com o Programa Novas Oportunidades e o Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), constituem as principais modalidades de formação que podem ser accionadas para os adultos, empregados ou desempregados.</p> <p>Na perspectiva dos desempregados trata-se, fundamentalmente, de intervir numa perspectiva de evitar o DLD através da qualificação propiciadora da (re)entrada no mercado de trabalho.</p> <p>Estas modalidades têm-se revelado adequadas a alguns segmentos da população desempregada, mas manifestam-se desajustadas face aos grupos de desempregados mais desencorajados, nomeadamente mulheres que revelam dificuldade de adesão e participação com sucesso em processos de formação longos, exigentes e pouco adequados face aos patamares dominantes de motivação e estruturação pessoal.</p> <p>A dinâmica local em termos de oferta de formação afigura-se, pelo menos em alguns concelhos, escassa face às necessidades de intervenção. A progressão em matéria de concertação de actores e racionalidade da oferta de formação, face às necessidades e características dos destinatários e do potencial de inserção profissional, constituem uma área de actuação a privilegiar.</p> <p>Acresce que nos concelhos do interior o problema das infra-estruturas logísticas e materiais de apoio à realização dos cursos assume-se como factor condicionante do alargamento da oferta.</p> <p>As acções de formação de curta duração "Saber +" apresentam uma menor expressão local, embora se prefigurem como mais adequadas à faixa dominante do público desempregado e a uma intervenção reparadora, nomeadamente nos grupos mais vulneráveis. Apesar de não conferirem certificação escolar, permitem trabalhar temáticas de formação (p.e. Literacia Tecnológica, Oficinas de Leitura e Escrita, Matemática para a Vida, ...) úteis no reforço de competências que poderão vir a ser reconhecidas no âmbito do processo de reconhecimento e validação de competências ou nos Cursos EFA.</p> <p>Pelas razões invocadas a formação modular certificada apresenta limitações na sua actuação junto dos desempregados, e está particularmente vocacionada para os desempregados com níveis mais elevados de qualificação escolar e profissional.</p>

Quadro 54: Instrumentos de política de emprego, formação e inclusão social (cont.)

Tipologia		Descrição e factores de aplicabilidade no contexto em análise
Formação e consultoria nas organizações	<p>Programa de formação-acção para PME</p> <p>Programa de formação-acção para entidades da economia social</p> <p>Formação modular certificada</p>	<p>No reforço das condições de empregabilidade dos activos e de modernização das organizações e, portanto, numa lógica preventiva do desemprego destacam-se, no âmbito dos instrumentos disponíveis, o programa de formação-acção para PME e o programa de formação-acção para entidades da economia social.</p> <p>O centramento deste tipo de intervenções nas PME é, naturalmente, um eixo de actuação predominante dada a relevância do emprego industrial nos concelhos em análise. Contudo, o crescimento do emprego relacionado com o terceiro sector, em particular, nos concelhos com menor capacidade de recuperação das significativas perdas registadas ao nível do emprego industrial remete para a importância local do programa de formação-acção para entidades da economia social.</p> <p>Assim, são aspectos centrais neste domínio a capacidade de negociar o envolvimento de organizações locais nestes programas e regular a qualidade e adequação das intervenções a realizar.</p> <p>A formação modular certificada – formação contínua para activos empregados é uma outra faceta deste tipo de intervenções preventivas que no quadro dominante das qualificações locais apresenta dificuldades acrescidas – a conhecida resistência dos activos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional às iniciativas de aprendizagem ao longo da vida.</p>

6 Pistas estratégicas de enfrentamento

6.1. Âmbito e alcance das pistas de intervenção

No quadro do progresso deste Estudo, foi possível aferir acerca da importância do volume de rendimentos e sua estrutura na determinação (e evolução recente) de situações de exclusão e de pobreza, o que indicia de forma clara a importância do desemprego e do emprego de baixa qualidade na inscrição espacial dos referidos processos de exclusão e de pobreza. Assumiu-se num momento anterior deste Estudo que o nó de causalidade das problemáticas de exclusão e de pobreza presentes residia no modelo de desenvolvimento económico da Região, nas suas lógicas e processos de desenvolvimento.

Este nó causal exige a atenção a um conjunto de factores de ordem estrutural que têm vindo a assumir relevo na determinação mais ou menos directa dos processos e modalidades de pobreza e de exclusão. Assim, não obstante assumir-se a importância explicativa do modelo de desenvolvimento económico, existem elementos provenientes da recessão nacional e internacional que têm influência importante na evolução das estruturas de distribuição dos rendimentos, gerando situações de diminuição ou carência de desempenho económico nos diferentes indivíduos e grupos domésticos em presença. Estes elementos associam-se designadamente de forma clara a uma conjuntura desfavorável que dita a recessão da actividade industrial presente, assim como, ainda, a desigual atractividade do território face a novos investimentos geradores de emprego.

As transformações recentes no âmbito do emprego, nomeadamente a sua precarização e a sua feminização, o aumento da instabilidade profissional e do desemprego, o envelhecimento da população e a diminuição da natalidade, as dificuldades/constrangimentos do Estado-Providência e os problemas de sustentabilidade do sistema de segurança social colocam questões determinantes não só aos contextos locais, mas também à sociedade portuguesa e à sociedade europeia. Estes processos de mudança, revelando grandes tendências comuns, ocorrem contudo de forma específica no quadro das realidades de cada região da Europa e de cada país. Assim, o enfrentamento destas mudanças assume-se como o corpo central desta abordagem da inserção.

A acrescentar aos anteriores constrangimentos, podem ainda identificar-se questões relacionadas com a efectivação das políticas sociais/ benefícios sociais associados às posturas dos beneficiários e respectiva fiscalização, considerando se os efeitos concretos das políticas sociais têm levado a um efectivo carácter redistributivo. A tudo isto, acresce o facto de as relações entre políticas de emprego e políticas sociais não serem claramente colocadas, o que tem inviabilizado o protagonismo necessário da inclusão por via do económico e da efectiva participação num circuito de rendimentos.

Também todo o conjunto de estereótipos acerca da pobreza e da exclusão e todas as mudanças valorativas e normativas inerentes ao funcionamento das estruturas familiares têm vindo a acentuar o desenho e configuração das situações de pobreza e de exclusão.

Apesar de se reconhecer a centralidade dos referidos constrangimentos de ordem estrutural na relação mercado de trabalho e exclusão e pobreza, a opção seguida ao nível do quadro de pistas de intervenção a seguir delineado não tem como missão intervir directamente nesta escala de factores e interacções.

É certo que poderíamos elencar um conjunto de orientações de ordem geral em matéria de estratégias de desenvolvimento económico, ou ao nível das políticas sociais e de emprego, mas atendendo aos objectivos e condições específicas de realização do Estudo esta abordagem seria sempre pouco aprofundada e com um potencial escasso de utilidade para os diversos agentes locais, utilizadores preferenciais deste Estudo.

Neste contexto, e tendo em consideração o conhecimento adquirido ao longo do Estudo em termos da actuação e do potencial de progressão das organizações locais nas suas diversas esferas de intervenção, optou-se por apresentar um quadro interventivo onde se desenham propostas susceptíveis de apoiar a intervenção das organizações locais em prol do combate à pobreza e exclusão na sua relação com o mercado de trabalho.

Posto este enquadramento, é possível aferir que o conjunto de pistas de enfrentamento a seguir apresentadas assume algumas especificidades de abordagem e características

operativas. Desta feita, sabemos que as causas e factores da pobreza e da exclusão podem ser analisados através de níveis diferentes: o nível macro (questões associadas à dimensão estrutural como os modelos de desenvolvimento, os sistemas económicos, etc.), o nível meso (inclui elementos estruturais e conjunturais e está mais associado a territórios concretos e pode ter expressão por exemplo em políticas municipais) e o nível micro (centrado fundamentalmente, na dimensão da vida individual, familiar e de inserção imediata dos indivíduos).

Do ponto de vista da intervenção, a identificação das causas e factores a estes diferentes níveis permite tornar mais claros as oportunidades e os constrangimentos que se colocam a um projecto específico de intervenção, enquadrado em determinado contexto institucional, organizacional, financeiro, etc. Simultaneamente, permite desenvolver medidas nestes diferentes níveis, tendo em conta que a capacidade de intervenção de instituições com acção local se encontra essencialmente aos níveis micro e meso. Ora, no âmbito do trabalho em curso, a escala de intervenção é necessariamente local, tendo em linha de conta os objectivos e quadro de intervenção.

Isso significa que a natureza do trabalho em curso não se destina a intervir numa causalidade macro ou meso de enfrentamento dos problemas estruturais anteriormente explicitados, mas numa praxis local de intervenção e de apoio à constituição de um plataforma de respostas a nível local. Sendo de incidência local, as pistas pretendem dar corpo e manifestar vontades locais e sinergias comuns conducentes à activação de recursos e redes micro, considerando estas fundamentais para a intervenção, pois entende-se que a escala micro é também fundamental para dar início a um processo de enfrentamento que passa pelo aproveitamento das potencialidades numa estratégia ascendente de resolução dos problemas, *démarche* fundamental em qualquer processo de desenvolvimento integrado.

Será ainda importante perspectivar que o conjunto de pistas de intervenção apresentado radica nos anseios e necessidades evidenciadas pelos actores locais no quadro do desenvolvimento do trabalho de terreno. A mobilização dos actores e do tecido institucional fez com que se considerassem porta vozes inevitáveis de uma estratégia de enfrentamento e daí o carácter local e específico do quadro de pistas. São inúmeras as vantagens de ensaiar estratégias de planeamento participativo construídas a partir da participação e do empenho da sociedade civil e dos recursos locais, sendo a mais evidente a que se prende com o facto de serem estes os actores fundamentais da potenciação do conhecimento e da acção, pois situam-se privilegiadamente no palco das próprias problemáticas.

Concomitantemente, este enunciado de pistas muito engajado aos actores locais e suas estratégias, pode assumir-se como um primeiro patamar de concretização de uma rede de vontades e parcerias, o que se afigura como fundamental para o exercitar e aprofundar de uma prática e metodologia de aprendizagem por parte dos próprios actores.

É ainda importante ressaltar o carácter aberto das pistas apresentadas, pois mais do que uma elencagem definitiva, estes trilhos de intervenção servem para cimentar uma prática de pensar em conjunto e de manifestação de vontades de parceria e de participação; são, pois, de carácter aberto e dinâmico, estando ao serviço das necessidades e vontades de intervenção dos diversos actores em presença.

6.2. Elementos de fundamentação

6.2.1. Uma inserção plural e diversa face à exclusão

Ao longo deste Estudo tem vindo a dar-se conta da complexidade inerente aos fenómenos de exclusão social, no âmbito das suas múltiplas relações com o mercado de trabalho. Assim, podem destacar-se quatro linhas de enquadramento dos fenómenos de exclusão social que evidenciam a complexidade de que estes se revestem e que permitem perspectivar princípios gerais associados à intervenção em prol da inserção: a duplicidade, a multidimensionalidade, as causas e os factores e os diferentes graus de profundidade que caracterizam as situações de exclusão social.

Uma concepção da exclusão social nesta perspectiva implica uma análise tanto das situações concretas que fazem com que um indivíduo ou população se encontrem privados de acesso a uma ou mais dimensões da participação plena na sociedade em que se inserem, como dos mecanismos de organização e regulação sociais, económicos, políticos e culturais que constituem as condições de exercício dessa mesma participação. Trata-se, assim, de um processo auto e hetero vivido e é nessa duplicidade que tem que ser encarado enquanto patamar de intervenção.

Desenvolver estratégias de intervenção, nomeadamente ao nível socio-profissional, implica privilegiar dois vectores de intervenção: as populações excluídas e os contextos dos quais eles se encontram excluídos. Decorrentemente, a integração será o resultado de processos de inserção em que os indivíduos passam a ter acesso a oportunidades existentes na sociedade, pelo efeito de transformações ao nível das suas capacidades de aceder e mobilizar recursos; mas também, a existência de processos de inclusão, em que a sociedade se organiza de forma a facilitar o acesso de um maior número de pessoas às oportunidades que proporciona.

A falta de acesso ou o acesso limitado face às oportunidades oferecidas pela sociedade podem ter expressão em múltiplas dimensões. No que diz respeito às dimensões da exclusão social, destaca-se a perspectiva que incide sobre as dimensões da vida social nas quais se reflecte a exclusão dos indivíduos: social, económica, institucional, territorial, cultural. Como já foi referido anteriormente, *as situações concretas e vivenciais*

de exclusão podem caracterizar-se por uma ou mais dimensões, criando diferentes graus de complexidade quando se desenha uma intervenção. Neste sentido, o desenvolvimento de estratégias de inserção deve ter em conta a necessidade de intervenções pluridisciplinares e articuladas através de acções em diversas dimensões em simultâneo.

Simultaneamente, as situações de exclusão podem ainda ser perspectivadas pela identificação das suas causas e factores. As cinco causas de exclusão social referidas por Bruto da Costa (Costa, 2005) (económica, social, cultural, patológica e comportamentos auto-destrutivos) podem ter origem numa dimensão e progressivamente ter implicações nas outras dimensões.

Desta feita, no âmbito da intervenção importa salientar a necessidade de identificação efectiva das causas e dos respectivos riscos de extensão das dimensões da exclusão, na óptica de accionar quer medidas de carácter preventivo, quer medidas de carácter curativo.

Das características dos fenómenos de exclusão já assinaladas *decorre ainda um outro aspecto de extrema importância que consiste no facto de as situações de exclusão se caracterizarem por diferentes graus de profundidade.* A situação de um indivíduo nascido em contexto de pobreza – privação em múltiplos domínios das necessidades básicas por falta de recursos –, encontra-se claramente num grau de exclusão distinto de, por exemplo, outro indivíduo que, tendo tido um percurso de inserção profissional longo, se encontra desempregado mas envolvido por um contexto familiar com capacidade de apoio emocional e material.

Quadro 55: Conceitos e princípios de intervenção face à exclusão

Principais conceitos	Princípios de intervenção
Dualidade Auto e hetero exclusão	<p>⟨Necessidade de intervenção estruturada em dois vectores: os excluídos e a envolvente/contexto do qual se encontram excluídos.</p> <p>⟨Potencialidades positivas do investimento em experimentação de projectos alternativos que enfatizem a reconstrução identitária.</p>
Multidimensionalidade	<p>⟨Necessidade de intervenção simultânea e articulada em diferentes dimensões da vida dos indivíduos e das comunidades envolventes, garantindo equipas pluridisciplinares e um olhar plural para a própria diversidade da condição humana.</p>
Causas e Factores	<p>⟨Necessidade de reconhecimento das causas e riscos particulares nos diferentes casos concretos e accionamento orientado de medidas preventivas e medidas curativas.</p> <p>⟨Necessidade de distinguir causas e factores aos níveis micro, meso e macro e definir acções discriminadas em função das oportunidades e constrangimentos identificados.</p>
Diferentes graus de profundidade	<p>⟨Necessidade de accionar metodologias que contemplem: diagnósticos individuais e progressivos; personalização das intervenções; desenho de estratégias de inserção/inclusão estruturadas por etapas e respeitadoras das necessidades temporais de (re)socialização dos indivíduos.</p>

A necessidade de realização de diagnósticos progressivos e personalizados é cada vez mais reconhecida actualmente. A análise das trajectórias de vida constitui um dos meios que tem sido utilizado no conhecimento dos fenómenos de exclusão e tem evidenciado a importância de dois aspectos nos percursos dos indivíduos: as rupturas em diversas dimensões, como por exemplo situações de desemprego ou abandono escolar, que funcionam como marcos negativos na estruturação pessoal, e a temporalidade associada às situações de exclusão, cuja elevada durabilidade funciona como factor agravante, potenciando atitudes de resignação e apatia.

Neste domínio, os processos de intervenção deverão assim ter em conta a necessidade de utilizar mecanismos de diagnóstico das situações, individualizar as intervenções e desenhar estratégias de inserção/inclusão que respeitem as necessidades temporais de (re)socialização dos indivíduos em integração e que contemplem momentos, etapas, que permitam marcar e estruturar positivamente estes processos (CIES, 2005).

Figura 12: Uma matriz de implicações para os processos de inserção

Características dos fenómenos de exclusão	Implicações para a intervenção nos processos de inserção socio-profissional
A exclusão implica termos de referência culturalmente definidos (exclusão por relação a...)	Identificação, caracterização e definição de estratégias de intervenção nos contextos de inserção
Coexistência de novas e velhas formas de pobreza	Adequação da intervenção às especificidades das pessoas e grupos (minorias étnicas, população rural / urbana...)
Multidimensionalidade	Intervenção simultânea em diversas dimensões. Equipas pluridisciplinares. Articulação institucional
Identificação de causas e factores de risco	Distinção entre medidas preventivas e medidas curativas
Centralidade das trajectórias e percursos de vida	Adequação da intervenção às especificidades de cada indivíduo
Importância da temporalidade e da noção de ruptura	Desenvolver instrumentos de diagnóstico e intervenção para diferentes graus de profundidade da exclusão

6.2.2. A inserção face ao mercado de trabalho

A dimensão económica dos processos de integração social tem sido uma dimensão revigorada nos estudos, nas políticas e nas intervenções neste domínio, quer por ser a que mais directamente se liga às necessidades básicas, quer porque a estrutura e os modelos económicos dominantes são um factor de exclusão muito significativo ¹⁰. Aliás, o objecto central deste Estudo comprova essa mesma dominância e significação.

Assim, as questões do emprego e do desenvolvimento de actividade económica têm sido consideradas centrais nos processos de exclusão/integração. O emprego/actividade profissional enquadra-se em parte na dimensão económica, mas expressa-se claramente nos domínios pessoal e social, demonstrando a sua centralidade nos mecanismos de integração social.

Além de constituir a fonte mais recorrente de rendimento, é também um dos principais meios de acesso a redes de sociabilidade, assumindo-se como um contexto propiciador do desenvolvimento de competências pessoais e profissionais e um meio de participação na comunidade.

As orientações das políticas têm vindo a reiterar a importância da inserção profissional como um vector básico do processo mais amplo de integração. A este respeito, é importante referir que a inserção pelo económico inclui sub dimensões que não se prendem exclusivamente com o emprego/actividade profissional, como por exemplo as questões associadas às competências aquisitivas. Simultaneamente, é de extrema importância assumir que a referida inserção pelo económico constitui apenas um elemento da integração, a par de outros como a habitação, a saúde, etc ¹¹.

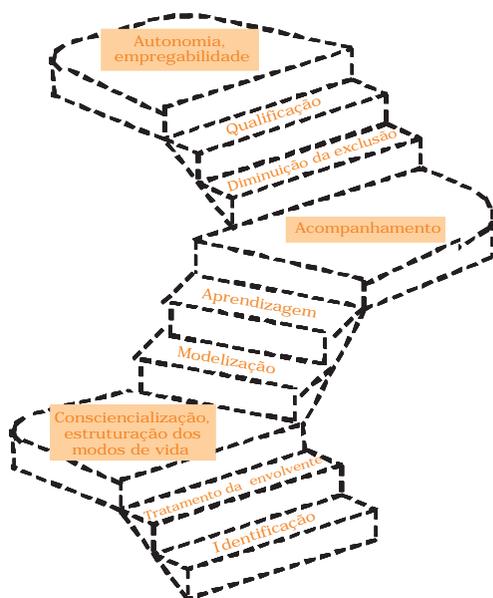
Do conjunto geral de perspectivas de estudo e de análise que defendem a inserção por via da defesa da inserção económica, podemos referir a proposta metodológica desenvolvida por Hugues de Varine e outros autores (Varine *et al*, 1993). A imagem apresentada de seguida representa um percurso de inserção profissional completo, considerando desde as situações de indivíduos que se encontram em elevado grau de exclusão, em múltiplas dimensões, até à situação de entrada autónoma no mercado de trabalho.

A imagem da escada constitui um modelo, a adaptar a situações concretas, e representa a distância do indivíduo face à situação de inserção no mercado de trabalho. Este modelo permite, simultaneamente, perspectivar o percurso a percorrer pelos indivíduos desde os degraus mais baixos da escada até ao último e o tipo de intervenção a desenvolver, e diferenciar (diagnosticar) indivíduos que se podem encontrar em situações cujas condições os colocam inicialmente em degraus diferentes das escadas

¹⁰. Commission of the European Communities (2008). *Joint Report on Social Protection and Social Inclusion*.

¹¹. São estas mesmas orientações que enquadram o documento VVAA (2002). *Nouvelles demandes sociales: défis de la gouvernance*; in *Tendances de la Cohésion*, n° 4, Editions du Conseil de l'Europe, Strasbourg.

Figura 13: O percurso de inserção ¹²



O primeiro “lanço de escadas” corresponde a uma fase de identificação, acolhimento e diagnóstico e integra três tipos de situações distintas. O primeiro nível representa os indivíduos que se encontram profundamente excluídos, que geralmente não estão identificados pelos serviços públicos de intervenção. Neste caso, a intervenção incidirá essencialmente na identificação/reconhecimento desses indivíduos e na sua inserção em redes de suporte institucional. O segundo nível representa os indivíduos que se encontram identificados e dependentes dos vários sistemas de intervenção, caracterizados na maioria das vezes por situações de gravidade variável ao nível da saúde, da justiça, etc. Aqui, trata-se particularmente de incrementar ações no sentido de minorar as condicionantes que cercam e condicionam as capacidades e as competências dos indivíduos face ao mercado de trabalho. No terceiro e último nível deste lanço de escadas, os indivíduos encontram-se já em circunstâncias de iniciar um trabalho de “consciencialização” da sua situação face à realidade envolvente e iniciar processos que favoreçam o reencontro ou aquisição da confiança em si e nos outros. Neste momento, trata-se de desenvolver “ações pretexto”, ações que podem assumir formas diversificadas, no sentido de proporcionar a referida “consciencialização”. Estes três níveis culminam num primeiro patamar que corresponde

12. Fontes das Figuras 13 e 14 : Varine, H., Belleville, P., Diab, M., Guy, C., Lecouturier, F., Lorthiois, J. et Pouyat, J., (1993). La Commune et l'insertion par l'économique – une methode pratique d'aide à la décision, ASDIC Editions W.

a uma fase de estruturação/reestruturação destes indivíduos e de reposicionamento face ao seu meio envolvente.

O segundo “lanço de escadas” corresponde a uma fase de mobilização de recursos, de estímulo à procura de modelos de inserção profissional, de balanço e orientação profissional. Neste caso, o primeiro nível corresponde à dinamização de acções que permitam aos indivíduos encontrarem modelos positivos (“modelização”) de inserção/reinserção, designadamente através da observação e testemunho de outros exemplos/testemunhos de sucesso. A ideia fundamental centra-se no desenvolvimento de acções que permitam aos indivíduos criarem representações mentais e objectivas do trabalho e de situações de integração profissional. Os autores denominam o segundo nível desta fase de aprendizagem no sentido de representar uma fase de “aprender a aprender”. Corresponde à restituição da auto-estima através da possibilidade de participar em actividades e beneficiar da confiança e consideração dos outros. Nesta fase, surge o instrumento formação com um papel importante, designadamente com objectivos de exteriorização e treino de capacidades e competências pessoais e sociais.

O último nível desta fase consubstancia-se já no desenvolvimento de um balanço de competências, incluindo os recursos e competências que os indivíduos possuem no momento e os que deverão vir a possuir de acordo com as metas traçadas relativamente ao ponto de chegada a que os indivíduos se propõem. Esta fase culmina precisamente com a realização deste balanço e com a definição de uma posição própria face ao mercado de trabalho e à profissão. A intervenção aqui inclui o instrumento formação, entre outros, e possui uma elevada componente ao nível do acompanhamento e desenvolvimento de condições de autonomização dos indivíduos.

O último “lanço de escadas” representa a última fase de inserção profissional. O primeiro nível deste lanço representa a fase de aquisição/desenvolvimento de competências básicas, como por exemplo nos domínios da língua materna e do raciocínio lógico e matemático. Aqui o instrumento formação surge designadamente sob a forma de pré-qualificação.

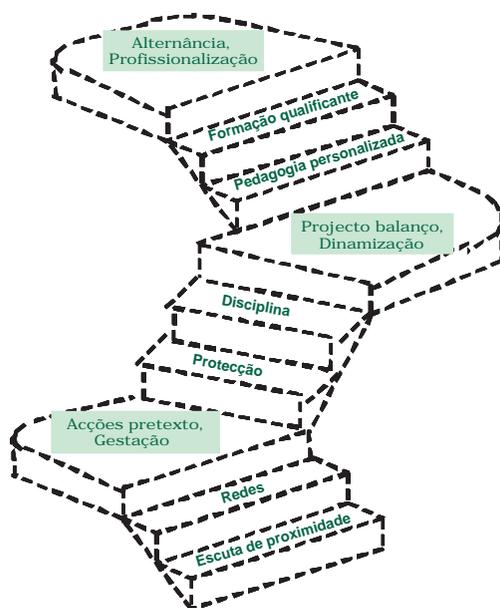
A este nível, segue-se a qualificação efectiva em domínios profissionais concretos. Nesta fase a formação é sem dúvida o meio privilegiado de desenvolvimento, colocando-se a questão da certificação com uma importância a equacionar. De uma forma geral, a certificação representa um elemento de integração significativo, quer pelo generalizado reconhecimento social que implica, quer pela segurança e valorização acrescida que proporciona aos indivíduos.

Esta fase culmina na autonomia dos indivíduos face a um posto de trabalho concreto e, indo mais longe, face ao próprio mercado de trabalho. Autonomia significa capacidade de manutenção e desenvolvimento da actividade profissional e de leitura crítica e de mobilização de recursos neste âmbito. Nesta fase importa não confundir a entrada no posto de trabalho com a fase de autonomia. Neste último lanço de escadas, a formação surge como um instrumento preponderante, mas importa reforçar

que o acompanhamento destes indivíduos nas primeiras fases de entrada no mercado de trabalho é de importância crucial.

No âmbito deste modelo, como sublinham os autores, importa reforçar instrumentos como: a engenharia da formação, o balanço de competências, a alternância e a aprendizagem em colaboração com as entidades empregadoras, o acompanhamento da inserção no posto de trabalho, o acordo com os principais agentes de formação (assegurar a qualidade, as pedagogias, etc.) e a necessidade de uma utilização adequada das fontes de financiamento da formação existentes.

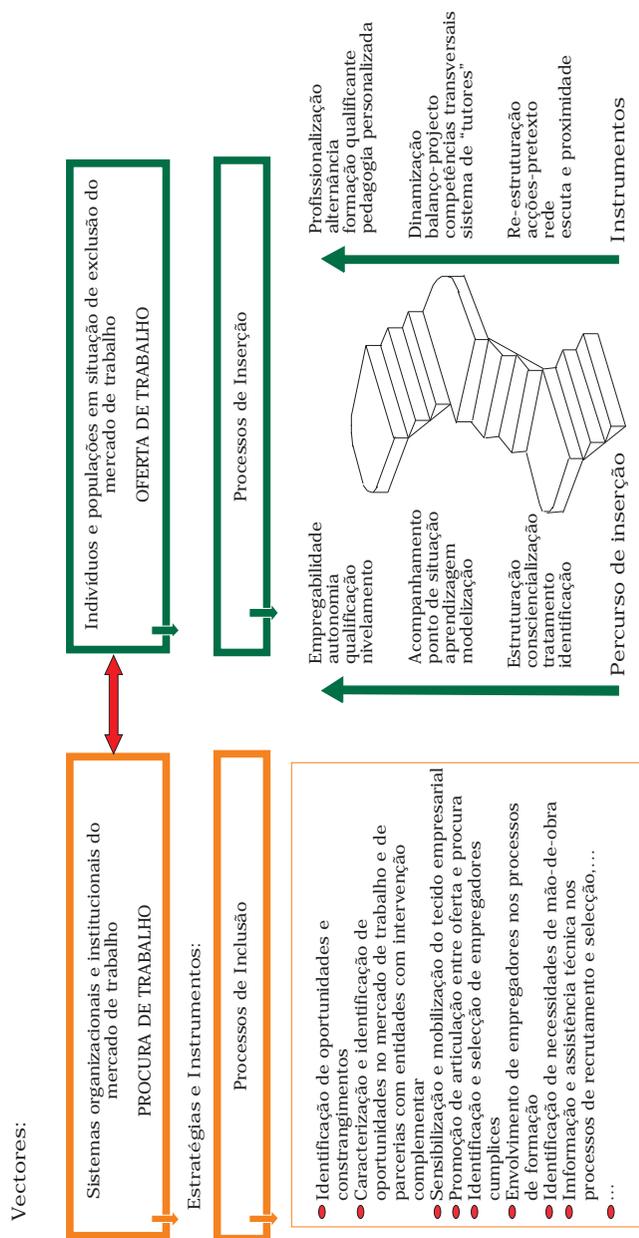
Figura 14: Instrumentos de inserção



Deste modo, no âmbito deste Estudo, os processos de inserção socio-profissional são perspectivados de acordo com estratégias que privilegiam o cruzamento dos princípios gerais de abordagem dos fenómenos de exclusão social e as orientações metodológicas sugeridas no modelo de percurso de inserção apresentado.

Tal como se visualiza na figura seguinte, os processos de inclusão implicam o desenho de um percurso de inserção diferenciado, marcado por diferentes patamares de problemáticas e o recurso a instrumentos também eles diversificados, mas também o accionar indispensável de estratégias e instrumentos que impliquem a sensibilização do tecido empresarial local, a identificação de oportunidades do mercado de trabalho, a promoção de articulações mais eficazes entre a oferta e a procura de emprego, o envolvimento dos empregadores nos processos de formação, informação e assistência nos processos de recrutamento e selecção, etc., dimensões de parceria e de envolvimento de uma pluralidade de actores, em torno da efectivação de um verdadeiro processo de inclusão.

Figura 15: Processos de inserção sócio-profissional – vectores, estratégias e instrumentos ¹³



13. Adaptado de Varine, H., Belleville, P., Diab, M., Guy, C., Lecouturier, F., Lorthiois, J. et Pouyat, (1993). La Commune et l'insertion par l'Économique. Lusigny sur Ouche: Éditions W. ISBN 2-86887-028-7. 190 p.

6.2.3. A defesa de uma diferenciação das intervenções

A tipologia de modos de vida ligados à pobreza apresentada no Ponto 4 reconhece e descreve uma pluralidade de situações de pobreza e formas de a vivenciar, associadas a variáveis como os grupos sociais predominantes, os hábitos de consumo, as estratégias de vida e as representações do passado, do presente e do futuro. Os modos de vida elencados são então a destituição, a restrição, a transitoriedade, a poupança e o investimento na mobilidade.

Uma análise cuidada da informação qualitativa e quantitativa recolhida na fase de diagnóstico deste Estudo permitiu por um lado identificar os diversos modos de vida existentes em cada concelho, como também, por outro, identificar o modo de vida predominante de cada concelho. Assim, verificou-se que a restrição – modo de vida associado a baixos rendimentos e, conseqüentemente, à contenção no consumo – é o modo de vida mais comum nos concelhos em análise, apresentando uma presença significativa em concelhos como Baião, Lousada, Marco de Canaveses e Paços de Ferreira. Já a destituição – modo de vida próximo do limite de sobrevivência, em que não há participação cívica nem condições de vida mínimas – é um modo de vida que surge de forma meramente pontual em todos os concelhos em análise.

A perspetivação desta tipologia de modos de vida do ponto de vista da diversidade de formas de posicionamento dos indivíduos face ao mercado de trabalho permite estabelecer um certo paralelismo com a segunda tipologia apresentada ainda no Ponto 4, esta última referente à diversidade de situações de exclusão do mercado de trabalho.

Assumindo que as categorias sociais que integram os modos de vida face à pobreza acima explicitados se encontram de alguma forma excluídas ou em risco de exclusão do mercado de trabalho por via de uma deficiente capacitação para a plena e saudável integração no mesmo e que a sua forma de encarar e vivenciar um percurso profissional é simultaneamente condicionada e condicionadora do seu posicionamento face ao mercado de trabalho, é possível estabelecer um cotejo que poderá apoiar a fundamentação de políticas e iniciativas de intervenção sobre estes fenómenos. É de salientar que este paralelismo se baseia num exercício teórico de associação e que pretende identificar tipos ideais que não pretendem ilustrar ou abarcar toda a diversidade de situações que efectivamente é possível encontrar no terreno.

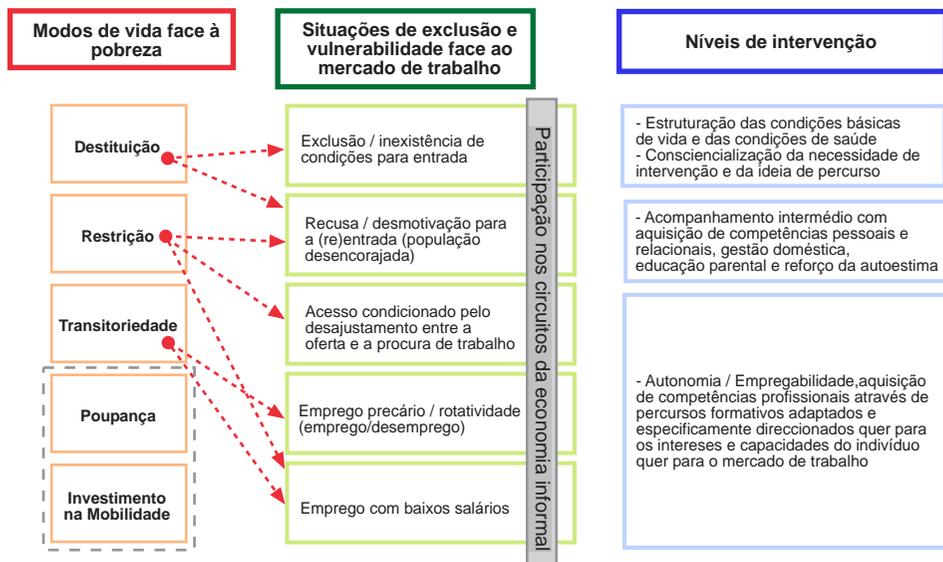
Figura 16: Associações entre modos de vida face à pobreza e situações de exclusão do mercado de trabalho



Em qualquer dos casos, associações diferentes poderiam ser feitas. Não obstante, é conveniente, por motivos de ordem metodológica, encontrar as chamadas situações tipo ideal que nos permitirão avançar a análise para a temática das respostas – como intervir em cada situação tipo. De facto, problemas diferentes requerem respostas diferentes. É por este motivo que se avalia de seguida a inevitável diferenciação das respostas possíveis para estas problemáticas.

Tendo em conta que ambas as tipologias representam níveis diferentes de exclusão em diversos domínios, nomeadamente social e laboral, ao nível das respostas a estas problemáticas as estratégias de actuação e os níveis de intervenção têm que ser, como se viu, necessariamente diferentes.

Figura 17: Modos de vida face à pobreza, situações de exclusão do mercado de trabalho e níveis de intervenção



De facto, a (re)integração deve ser encarada como uma escada com diversos patamares cujo topo permite o acesso à activação social e profissional. Se para alguns grupos sociais – os que vivem situações de Restrição e não conseguem aceder a um emprego ou a um salário de valor suficiente para manter condições de vida condignas – pode ser considerado relevante e suficiente o investimento na empregabilidade, seja por via da qualificação académica ou profissional, seja por via da criação de meios para a criação do próprio emprego, já as categorias sociais que vivem situações de Destituição e não reúnem as condições mínimas para aceder a um emprego ou que vivem situações de Restrição mas recusam ou estão desmotivadas para trabalhar requerem níveis de intervenção diferentes, quase prévios, de capacitação pessoal e social.

O percurso na escada da (re)integração será portanto diferente caso a caso e exigirá medidas de intervenção – de capacitação e/ou activação – casuísticas e adequadas a cada situação. Talvez para alguns indivíduos seja viável apenas chegar ao primeiro patamar, o da *Estruturação / Consciencialização*, já que nunca terão condições de ambicionar chegar ao patamar seguinte. A Estruturação refere-se a intervenções centradas nas condições de saúde, de habitação e nas condições gerais de vida. Acedem directamente a este patamar pessoas incapacitadas como os toxicodependentes e os sem-abrigo.

O *Acompanhamento* remete para um segundo patamar de competências e pressupõe que as condições de integração previstas no patamar anterior da Estruturação / Consciencialização já estão alcançadas. Situam-se neste domínio as competências pessoais e relacionais, a gestão doméstica, a educação parental, a convivialidade e auto-estima e a consciencialização do percurso de vida.

O patamar da *Autonomia / Empregabilidade* pressupõe ferramentas de activação já próximas de (re)integração profissional e muitos indivíduos acederão a ele directamente, não necessitando dos mecanismos previstos nos patamares anteriores. Encontramos aqui a maioria dos programas de emprego, a formação profissional e as medidas previstas no Programa Novas Oportunidades, que promovem a qualificação escolar e profissional, a reconversão profissional, o apoio à contratação e o apoio à criação do próprio emprego.

Nem sempre as políticas de activação têm em conta esta diversidade de níveis no percurso de inserção, o que faz frustrar esforços desadequados de capacitação. A título de exemplo, pode referir-se a formação profissional, considerada em teoria como um dispositivo-chave de inserção económica. No entanto, quando mal direccionada, rapidamente se transforma numa ferramenta ineficaz, cara e decepcionante. Por outro lado, a activação social requer, como foi referido, uma abordagem multidimensional do indivíduo, e não apenas a perspectiva da sua empregabilidade imediata. A activação social deve centrar-se em diversos níveis de funcionalidade da vida dos indivíduos – desde o bem-estar material à educação, à saúde, à cultura, à cidadania, à vida familiar, entre outras esferas – e orientar de forma quase casuística o patamar de intervenção e as medidas de activação mais eficazes.

Esta forma de abordagem dos indivíduos excluídos do mercado de trabalho não passa somente pela disponibilização de medidas e sua divulgação. Porque o envolvimento e motivação do próprio são reconhecidos como factores indispensáveis ao sucesso destas medidas, o aconselhamento e a orientação personalizada, sistemática e consistente revelam-se fulcrais no sucesso de quaisquer medidas de capacitação e de activação quer social quer profissional. A mudança deve ser encorajada e o desenvolvimento da auto-estima e das capacidades é tão relevante como o acesso à informação e o conhecimento num percurso de progressão.

A transição da exclusão para a inclusão pode ser imaginada como uma escada a percorrer e cada indivíduo tem que ser posicionado nos seus degraus em função das suas competências pessoais, sociais e laborais, do seu modo de vida, da sua motivação para o trabalho, das características da sua esfera familiar, recursos e modo de vida. Assim se encontrarão, em função desse posicionamento, os instrumentos mais adequados à sua escalada rumo a uma empregabilidade estável e gratificante.

6.2.4. Actores, tecido institucional e concertação

A essa multiplicidade de situações e de actores objecto de exclusão e de pobreza sob o impacto do desemprego ou do emprego de baixa qualidade sucedem, no terreno da intervenção, uma multiplicidade de agentes e instituições que levam a cabo iniciativas de intervenção em prol da integração sócio-profissional. Ora, esta situação exige uma redobrada atenção à necessidade de concertar iniciativas tendo em vista a optimização das respostas e das intervenções, não duplicando iniciativas, dando eficácia a determinadas propostas e qualificando algumas das intervenções já existentes.

Esse imperativo de concertação vai de encontro a uma estruturação organizativa local, capaz de proporcionar uma estratégia comum de desenvolvimento de iniciativas que englobe, dê voz e racionalize as múltiplas iniciativas institucionais quantas vezes singulares e não detentoras de uma efectiva eficácia de intervenção.

Uma atenção particular ao instrumento de enquadramento e fundamentação das Formulação de Propostas de Concepção Estratégica para a Inclusão no horizonte de 2007-2013 (CIES, 2005), e mesmo face ao Plano Nacional para a Inclusão e ao Plano Nacional de Emprego, revela uma preocupação organizativo-política fundamental no respeitante à necessidade de agilização dos mecanismos de governância, designadamente a nível da intervenção local.

Crescentemente, tem-se vindo a desenhar um quadro de partilha de responsabilidades entre as autoridades públicas centrais e locais no tocante à intervenção em matéria de coesão social. Esta partilha crescente de responsabilidades e de competências deriva da necessidade de intervir de forma mais eficaz em processos de exclusão social de carácter complexo, diverso e variável no espaço e no tempo (VVAA, 2002).

Assim, uma nova exigência em termos de política social tem vindo a fomentar o aparecimento de redes de apoio social integrado ao nível local que possam contribuir para activar os meios e agentes de resposta, conjugar esforços de diferentes entidades com intervenção social, otimizar as respostas existentes a nível local e inovar a concretização das medidas de política social. É por isso considerada a necessidade de estabelecimento de um fórum de congregação e de articulação de esforços (recursos e acções do âmbito social), baseado na adesão livre das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar (VVAA, 2005).

Este enfoque interventivo e analítico é consubstancializado em alguns fundamentos de base que tem vindo a ganhar corpo e legitimidade política e simbólica. Um dos princípios prende-se com a territorialização da política social enquanto forma mais adequada de resposta à diversidade e complexidade dos problemas sociais, sua extensão e severidade, tendo vindo a acentuar dinâmicas distintas (mas que se apresentam como contributos complementares) seja pela via da descentralização e/ou desconcentração, seja pelo trabalho em parcerias locais e por via de iniciativas de desenvolvimento local.

No primeiro âmbito, a escala de concertação e dinamização das respostas, mecanismos e modalidades de fazer face à inserção sócio-económica tem um espaço privilegiado de ancoragem - o quadro de funcionamento dos projectos e planos de acção das Redes Sociais locais.

Orientações actuais do planeamento estratégico levam à perspectiva de que a resolução dos problemas deverá passar pela racionalização das respostas existentes localmente e pela articulação das diferentes formas de intervenção social em cada território. É aliás com este objectivo que emerge o programa da Rede Social (Resolução do Conselho de Ministro n.º 197/97), que tem como meta incentivar a criação de redes de apoio social integrado de âmbito local, com vista à erradicação ou atenuação da pobreza e à promoção do desenvolvimento social. Possui uma perspectiva territorializada de intervenção, pois se é no local que os problemas acontecem, é nele que devem ser encontradas as soluções para os resolver de forma integrada e ajustada às necessidades e aos problemas da comunidade.

Deste modo, o Programa da Rede Social adoptou o planeamento estratégico como cerne básico da sua actuação metodológica. A sua efectivação tem na base uma dinâmica de envolvimento e de participação activa de todos os actores que localmente intervenham em prol da coesão e da inclusão sociais. Trata-se, de facto, de uma lógica de parceria ou de parceria que facilitará uma tomada de decisões mais democrática e consensual, tendo como objectivo a mobilização da totalidade de competências e de recursos das comunidades locais, assumindo-se como garante de uma maior eficácia ao nível das chamadas respostas sociais do concelho e das freguesias.

A Rede Social será por excelência o espaço de concertação de iniciativas em prol da inserção socioprofissional, embora, em muitos casos, a efectivação desta missão implique ultrapassar as dificuldades de funcionamento das Redes Sociais, designadamente:

- as de carácter estrutural, relacionadas com questões de organização (tensões, interesses próprios, difíceis consensos, incompreensões e constrangimentos);
- as de pendor cultural que advêm do facto de estarem em presença quadros de valores e orientações muito diferentes;
- as de carácter funcional (ao nível da gestão de recursos humanos, de gestão dos tempos, gestão dos recursos materiais, gestão de estratégias e metodologias, gestão da avaliação, etc.);
- e ainda as de natureza psicossocial que advêm da presença de trajectórias profissionais muito diversas e por vezes avessas à adaptação ao verdadeiro trabalho em rede.

As principais potencialidades observam-se na transformação das práticas profissionais, na sistemática clarificação de princípios e objectivos, na predisposição ao questionamento, à interrogação e à reflexividade, na potenciação da participação

alargada e qualificada, capacitando para a negociação e co-responsabilização, e na implicação na construção de referenciais de avaliação explícitos. Estas são dimensões geradoras de processos de aprendizagem e de mudança social.

Para que a Rede Social assuma um papel de charneira na concertação dos processos de inserção locais, do modo como têm vindo a ser referidos, importa que sejam ultrapassadas as anteriores dificuldades, dotando essa plataforma de novas exigências que transformem a Rede Social concelhia num efectivo espaço de concertação e intervenção de actores e de capacitação de ideias, dinâmicas e sinergias.

No espaço da Rede Social local, os objectivos de intervenção em prol da inserção sócio-económica de populações objecto de exclusão e de pobreza devem ser os seguintes:

- ▶ Desenvolver uma parceria efectiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes em matéria de inserção por via do emprego;
- ▶ Promover a integração e coordenação das intervenções a nível de concelhio nesta matéria;
- ▶ Promover a racionalidade na adequação de respostas/equipamentos, recursos e agentes às necessidades locais;
- ▶ Acompanhar a concretização dos projectos e/ou medidas planeados;
- ▶ Avaliação dos projectos e/ou medidas implementados.

A uma escala intermunicipal, a intervenção em matéria de inserção sócio-económica deve ser centralizada na Plataforma Territorial Supraconcelhia do Tâmega. As Plataformas Territoriais Supra Concelhias da Rede Social têm um âmbito territorial equivalente às NUTS III, integrando os diferentes parceiros e sendo coordenadas pelo Director do Centro Distrital de Segurança Social ou seu representante, que abranja o maior número de concelhos (cf. Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho). Da mesma forma, as Plataformas concelhias terão de se orientar e resituar face à problemática da inserção sócio-económica considerando uma estratégia de concertação alargada entre actores e agentes institucionais dispersos por diferentes concelhos.

As suas linhas de orientação centram-se na garantia da harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias de âmbito concelhio que actuam no plano social, bem como na promoção de reuniões temáticas sectoriais para aprofundar o conhecimento e análise dos problemas sociais do território. Em termos de objectivos de intervenção no âmbito do impacto de desemprego ou do emprego de baixa qualidade nos processos de exclusão e de pobreza, a Plataforma Supra Concelhia do Tâmega deve pressupor os seguintes eixos:

- ▶ Estabelecer um conjunto de prioridades em matéria de inserção sócio-económica, assumidas por todos os municípios e articulando as vontades, saberes e recursos do tecido

- institucional;
- ▶ Promover o diagnóstico das áreas/ acções de intervenção em matéria de inserção sócio-económica consideradas prioritárias na Região, criando oportunidades de intervenção pró-activa e concertada;
- ▶ Promover o planeamento concertado supra-concelhio para a organização dos recursos e das respostas e equipamentos em matéria de intervenção face à inserção sócio-económica;
- ▶ Motivar os CLAS a estabelecer e dinamizar acções e projectos de natureza interconcelhia, de cooperação entre Redes Sociais e demais parceiros, tendo em vista a rentabilização ou o despoletar de acções de fomento da integração económica das populações;
- ▶ Promover e fomentar a criação de projectos pertinentes e acções-pretexto de dinamização da economia local e de inserção de populações excluídas face ao mercado de trabalho.

6.3. Síntese das pistas estratégicas de enfrentamento

Recorda-se que a natureza das propostas apresentadas privilegia o apoio à acção ao nível local, numa lógica de reforço das condições de resposta do tecido institucional, em particular as organizações e plataformas com maior proximidade e vocação para actuar na temática.

As pistas estratégicas pretendem responder a áreas-problema na activação das respostas do tecido institucional local, identificadas no trabalho de terreno e, em alguns casos, sinalizadas pelas próprias organizações contactadas. Essas áreas-problema são as seguintes:

- Parceria e rede;
- Abordagem integrada emprego/ inclusão;
- Metodologias e práticas de inserção;
- Qualificação/ diversificação dos serviços de apoio;
- Incidência e coordenação das acções de qualificação escolar e profissional.

Trata-se de áreas cuja incidência é generalizável aos concelhos envolvidos no Estudo, embora com níveis de necessidade de intervenção distintos, isto é, nalguns concelhos trata-se de aperfeiçoar ou aprofundar práticas em curso, noutros trata-se de iniciar processos de raiz, ou rever procedimentos que favoreçam a resolução dos constrangimentos encontrados na acção local.

Neste sentido, é importante ressaltar o carácter aberto das pistas apresentadas estando ao serviço das necessidades e vontades específicas de intervenção dos diversos actores em presença, nomeadamente autarquias.

A síntese do quadro de pistas que se desenvolve seguidamente é um exercício de sistematização da informação contemplada no ponto “6.2. Elementos de Fundamentação”. Numa perspectiva de rentabilização desta síntese e de potencial de aplicação prática das propostas apresentadas afigura-se como essencial complementar a sua apreciação com o conteúdo mais desenvolvido dos elementos de fundamentação e explicitação inscritos no ponto referido.

Uma nota final para referir que este produto é assumido como um primeiro patamar de um percurso que se pretende mais longo de envolvimento de vontades, de parceria e de participação em torno das problemáticas do mercado de trabalho e da sua relação com a pobreza e exclusão.

Quadro 56: Quadro síntese das pistas estratégicas de enfrentamento

Área-problema	Objectivos gerais	Linhas de acção	
Práticas de parceria e trabalho em rede (municipal e intermunicipal)	Rentabilizar os instrumentos/ plataformas disponíveis para promover uma abordagem integrada do emprego e da inclusão	<p><i>1. Reforço e/ou reactivação da intervenção Rede Social e da sua Plataforma supra concelhia</i></p> <p><i>2. Fomento/ valorização de outros espaços de parceria e trabalho em rede</i></p> <p><i>3. Reforço da inserção das problemáticas da inclusão sócio-económica na agenda das organizações locais</i></p>	
Abordagem integrada do emprego e da inclusão			
Serviços de apoio à inserção sócio-profissional e às situações de restrição	Melhorar a adequação dos serviços de aconselhamento e orientação (integração socio-económica e situações de restrição)	<p><i>4. Incremento de organizações e/ou serviços especializados de proximidade às famílias</i></p> <p><i>5. Adopção de metodologias/ práticas de inserção que contemplem a diversidade de problemas face ao mercado de trabalho</i></p>	
Metodologias e práticas de inserção	Accionar estratégias de inclusão activa e integradas de carácter pluridisciplinar		
Incidência e nível de coordenação das acções no domínio da qualificação (escolar e profissional)	Contribuir para acelerar o ritmo de progressão dos níveis de qualificação dos jovens e da população activa	<p><i>6. Rentabilização dos instrumentos de apoio disponíveis, nomeadamente financeiros</i></p> <p><i>7. Disponibilização de instrumentos de orientação estratégica para a intervenção das organizações</i></p>	

8.

Capacitação institucional (recursos materiais e humanos)

Descrição das linhas de acção

1.Reforço e/ou reactivação da intervenção da Rede Social e da sua Plataforma supra municipal

Descrição

- Assumpção por parte das autarquias da Rede Social como espaço estratégico privilegiado de intervenção no domínio do desenvolvimento socio-económico:

- ▶ Constituição/reforço de equipas compatíveis com as exigências do processo, incluindo liderança e coordenação
- ▶ Sensibilização e mobilização dos parceiros e potenciais parceiros para uma efectiva participação e para o trabalho em rede como forma mais eficaz de enfrentamento da exclusão

- Modelo de funcionamento:

- ▶ Disseminação de modelos de delegação de responsabilidades na implementação do Plano de Acção
- ▶ Desenvolvimento de grupos temáticos de reflexão/acção estratégica

- Instrumentos de suporte à acção:

- ▶ Actualização contínua dos Diagnóstico Sociais
- ▶ Elaboração de diagnósticos sectoriais estratégicos
- ▶ Reforço da pertinência dos Planos de Acção e sua reorientação
- ▶ Implementação efectiva do sistema de informação
- ▶ Monitorização e avaliação do funcionamento e resultados dos Planos de Acção

- Plataforma Supra municipal:

- ▶ Definição de um quadro de prioridades de intervenção comuns em matéria de intervenção sócio-económica
- ▶ Concertação de projectos e de recursos no âmbito de intervenções supra municipais
- ▶ Promoção de momentos de formação dos agentes que constituem as diferentes Redes Sociais concelhias, nomeadamente partilha / difusão de boas práticas entre Redes Sociais e com Redes Sociais de outros concelhos
- ▶ Aprofundamento do conhecimento existente em áreas consideradas críticas e prioritárias

Capacitação institucional (recursos materiais e humanos)

Resultados esperados

- ▶ Incremento da eficácia da Rede Social como espaço privilegiado de actuação e concertação de intervenções em matéria de inserção sócio-económica.

2. Fomento/ valorização de outros espaços de parceria e trabalho em rede

Descrição

- Exploração e estabelecimento de espaços/ projectos de parceria e de trabalho em rede:

- ▶ Matriz sectorial, temática (educação/ formação, problemáticas de públicos específicos, ...)
- ▶ Matriz organizacional (escolas, promotores de formação, IPSS, ..)
- ▶ Âmbito geográfico diversificado (local, municipal, supra-municipal, regional, nacional e internacional).

Resultados esperados

- ▶ Contrariar a tendência de atomização das intervenções e reforçar as condições de pertinência, eficácia e exequibilidade dos projectos, nomeadamente em matéria de apoios do QREN e IC.

3. Reforço da inserção das problemáticas da inclusão por via económica na agenda das organizações locais (sociais, económicas, culturais, ...)

Descrição

- Acções de informação/formação para técnicos e lideranças
- Acções de sensibilização das empresas em matéria de responsabilidade social e demonstração da sua eficácia do ponto de vista económico

Capacitação institucional (recursos materiais e humanos)

Resultados esperados

- ▶ Mobilização dos agentes locais para a intervenção em rede no enfrentamento das situações de pobreza e exclusão advindas do desemprego ou do emprego de baixa qualidade

4. Incremento de organizações e/ ou serviços especializados de proximidade às famílias

Descrição

- Assumir a complexidade das problemáticas e a necessária correspondência do ponto de vista da diversidade das respostas e da necessidade de especialização de prestação de serviços aos indivíduos/ famílias em situação de vulnerabilidade;
 - Integrar nas organizações serviços multivalentes vocacionados para a intervenção nos diversos patamares de integração sócio-económica;
 - Diversificação dos serviços de aconselhamento aos indivíduos/ famílias (p.e. em matéria de endividamento, gestão doméstica, educação parental ...);
 - Possibilitar um trabalho de proximidade, integrado e fundamentado tecnicamente junto das famílias, tornando-as mais capazes de enfrentar a complexidade de situações inerentes à exclusão;
 - Reforço de estruturas e modalidades de inserção para públicos desfavorecidos
 - ▶ Empresas de inserção
 - ▶ Espaços de emprego protegido
- *Capacitação institucional (recursos materiais e humanos)*

Resultados esperados

- ▶ Reforço dos níveis de acuidade das respostas disponíveis face à dimensão, complexidade e tendências de evolução dos problemas de exclusão relacionados com o mercado de trabalho.

5. Adopção de metodologias/ práticas de inserção que contemplem a diversidade de problemas face ao mercado de trabalho

Descrição

- Actuação diferenciada em função dos públicos e das suas necessidades específicas, accionando estratégias de inclusão activa e integrada que promovam o desenvolvimento integral dos indivíduos e a sua relação com o mundo do trabalho:
 - ▶ considerando a sua situação de partida e a sua posição face às condições necessárias para aceder ao mundo do trabalho;
 - ▶ criando espaços de desenvolvimento individual propícios a percursos sustentáveis de integração social e profissional;
 - Assegurar acompanhamento regular e personalizado dos indivíduos e dos seus trajectos de evolução;
 - Sensibilizar e mobilizar as empresas para o seu envolvimento nas estratégias de inserção dos públicos desfavorecidos.
- Capacitação institucional (recursos materiais e humanos)*

Resultados esperados

- ▶ Sustentar e fundamentar uma integração mais eficaz dos públicos desfavorecidos face ao mercado de trabalho

6. Rentabilização dos instrumentos de apoio disponíveis, nomeadamente financeiros

Descrição

- Reforçar as ofertas de carácter profissionalizante para os jovens, nomeadamente Cursos de Educação Formação e o seu potencial de articulação com as necessidades do tecido empresarial;
- Investir na mobilização dos públicos tradicionalmente mais afastados da formação (mulheres e activos com baixas qualificações);
- Diversificar as ofertas de formação em função das necessidades e das condições de base dos destinatários e do seu potencial de rentabilização do investimento realizado;
- Integrar na concepção da formação orientações claras em matéria de potencial de empregabilidade (melhoria de condições de empregabilidade e/ ou inserção efectiva);
- Envolver potenciais empregadores na formação, incluindo a fase de concepção das intervenções formativas.

Capacitação institucional (recursos materiais e humanos)

Resultados esperados

- ▶ Qualificar a oferta de formação de modo a rentabilizar o seu contributo para a melhoria da adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas e do potencial de enfrentamento das situações de desemprego e de mobilidade profissional.

7. Disponibilização de instrumentos de orientação estratégica para a intervenção das organizações

Descrição

- Construir e disseminar guias de boas práticas metodológicas,
- Construir e disseminar instrumentos/ recursos de apoio à acção das organizações (p.e. estudos de necessidades de formação, ...),
- Promover a articulação e divulgação dos diversos estudos e instrumentos de apoio à acção concluídos e/ou em curso (p.e. PAISCTP, estudos estratégicos de carácter municipal e inter-municipal, ...)

Resultados esperados

- ▶ Reforço da eficácia da intervenção das organizações locais que actuam nesta matéria e rentabilização dos investimentos em termos de conhecimento estratégico da região.

7 Conclusão

O objecto deste Estudo situa-se na análise e interpretação do impacto das situações de desemprego ou de emprego de baixa qualidade no desenho de percursos, trajectórias e modos de vida da exclusão e da pobreza. A sua novidade prende-se com a consideração particular da participação ou não no mercado de trabalho como vector explicativo fundamental dos processos de exclusão vivenciados neste sub-espço do Tâmega. Esta opção analítica levou à necessidade de medir de facto esse impacto e concretizá-lo em termos de manifestações no terreno, considerando todo o perfil de mudanças sociais e económicas com que se confronta esse território. O reforço desse carácter estratégico do trabalho adveio ainda a necessidade de identificar e enunciar um quadro de pistas estratégicas de enfrentamento face às situações de pobreza e de exclusão identificadas. Integrante do próprio objecto de trabalho e linha metodológica básica foi a consideração permanente e legitimada dos actores locais que têm em mãos, eles próprios, os recursos e estratégias adequados de enfrentamento.

É importante salientar que o Estudo pretendeu constituir-se como um instrumento de diagnóstico e de suporte à acção no domínio da prevenção e combate dos fenómenos de pobreza e exclusão social na sua componente de relações plurais com o mundo do trabalho. O estudo teve incidência num conjunto de oito concelhos integrados na NUT III do Tâmega, designadamente Amarante, Baião, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

Muito se tem escrito e falado sobre exclusão social e sobre desemprego e emprego de baixa qualidade. Poucas vezes se terá tentado articular e vislumbrar as tramas de relações entre ambas as dimensões, suas condicionantes, manifestações, efeitos e formas de intervenção. Ao longo deste Estudo foi equacionada uma vivência plural face à exclusão e pobreza em virtude das diferentes inserções ou não inserções dos indivíduos face ao mercado de trabalho. Aliás, no cômputo do Capítulo 2, *Princípios metodológicos e organização Global do Estudo*, essa mesma complexidade do conceito de exclusão e de pobreza é abordada considerando ainda a diversidade dos processos

sociais derivados do desemprego ou do emprego de baixa qualidade. Nesse mesmo ponto, foram identificadas as opções metodológicas do Estudo, que cruzaram de forma sistemática a perspectiva diacrónica e a sincrónica assim como, procedimentos de investigação quantitativos e extensivos com procedimentos de investigação qualitativos e intensivos, ao longo do desenvolvimento das diferentes fases de prossecução do trabalho (diagnóstico de base; consolidação do diagnóstico; pistas de acção estratégica, respectivamente).
de acção estratégica, respectivamente).

do mercado de trabalho nos oito concelhos de referência (Capítulo 3). Um primeiro exercício de caracterização foi feito considerando as características do modelo social e económico presente, da estrutura das qualificações e do emprego presente à escala interconcelhia, mas também à escala concelhia.

No tocante aos *elementos de proximidade face ao mercado de trabalho*, releva-se a supremacia dos baixos níveis de qualificação dos activos empregados dos diversos concelhos - com base na situação dos trabalhadores por conta de outrem em 2005, o facto da estrutura sectorial do emprego ser ainda dominada pela representatividade do sector secundário (segundo dados de 2004) e os baixos níveis de remuneração e de rendimentos auferidos por via do trabalho.

A análise das remunerações (indicador: ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem) confirma uma situação dos concelhos claramente desfavorável, constatando-se uma disparidade muito acentuada do ganho médio dos TPCO face à Região Norte e, neste cenário global, Baião, Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira destacam-se como os concelhos que apresentam os piores indicadores.

Esta situação condiciona fortemente o nível do rendimento das famílias e do seu poder de compra, justifica a manutenção de um nível ainda significativo de actividades informais, se bem que em regressão, e corrobora a ideia de que o acesso ao emprego, mesmo que estável, não constitui, forçosamente, uma garantia contra as situações de fragilidade face à exclusão social e à pobreza.

A análise do desemprego (dados registados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional) revela a existência de 20.202 desempregados inscritos em Janeiro de 2008 oriundos dos concelhos em análise. A evolução dos desempregados inscritos no período 2004/2008 apresenta tendências diversas: (i) diminuição mais significativa nos concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, (ii) ligeira diminuição no concelho de Felgueiras e (iii) aumento expressivo nos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses.

Em todos os concelhos, o desemprego é maioritariamente feminino, mas nos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses as mulheres representam mais de 70% dos desempregados inscritos. Estes mesmos concelhos registam também as taxas mais elevadas de desemprego jovem. O peso dos DLD e dos desempregados muito desqualificados (escolaridade ≤ 6 anos) é também uma característica marcante da

estrutura do desemprego registado.

A realidade do desemprego nos concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses revela a incapacidade de reposição dos postos de trabalho destruídos por via, fundamentalmente, do encerramento das fábricas de têxteis e vestuário. Nos restantes concelhos, a dinâmica empresarial tem conseguido repor uma parte dos postos de trabalho perdidos, contudo, o fenómeno da emigração, nomeadamente temporária, apresenta forte expressividade na generalidade dos concelhos em análise e tem constituído uma importante resposta à situação de desemprego, sobretudo para os homens e na área da construção civil.

Pelo *prisma das qualificações*, evidenciou-se uma situação de desfavorecimento da população residente nos concelhos face à Região Norte, o significado das taxas de abandono escolar e a melhoria relativa dos níveis de qualificação das gerações mais jovens.

O acesso e frequência da escolaridade obrigatória parece estar genericamente resolvido, mas o mesmo não se passa com o prosseguimento de estudos para o secundário. Os valores da taxa de escolarização neste nível de ensino, com excepção de Amarante, estão bastante aquém das médias verificadas na Região Norte e no território nacional. Refira-se que a informação recolhida no terreno revela que nos anos mais recentes a situação do cumprimento da escolaridade básica e obrigatória, assim como a frequência do ensino secundário, terão sofrido melhorias substanciais, decorrentes do incremento da oferta de cursos de carácter profissional e da menor pressão do tecido empresarial no recrutamento de jovens desqualificados, escolar e profissionalmente.

Por outro lado, a aposta na qualificação por parte da população em idade activa, nomeadamente no quadro do Programa Novas Oportunidades, é uma realidade marcante na generalidade dos concelhos. Porém, persistem debilidades ao nível das respostas para a população que tradicionalmente está mais afastada dos processos de incremento da qualificação escolar e profissional, nomeadamente as mulheres e os menos qualificados. Neste âmbito, foram sinalizadas no terreno algumas boas práticas de trabalho com os públicos mais desfavorecidos, nomeadamente beneficiários do RSI, mas a sua incidência é ainda pontual.

O *modelo social de desenvolvimento* dos concelhos apresenta algumas características importantes, a saber: a importância dos mecanismos da economia subterrânea no papel de combate à pobreza e exclusão – mecanismos compensatórios (em regressão nos últimos anos); o aumento das situações de pobreza, sobretudo de “novos pobres”; a importância do consumo naturalizado e intergeracional de álcool e permeabilidade a modalidades de consumo de substâncias psicoactivas em franco crescimento; a relevância de um contexto de vivência ainda rural mas permeável a consumos urbanos e a situações de (sobre)vivência ligadas à economia informal; a presença de alguns contextos de vivência marcada por uma certa desintegração e desenraizamento juvenil e presença de manifestações urbanas muito forçadas; o aumento da precarização das

famílias (endividamento) e aumento da dependência face às prestações sociais; o crescendo da sinalização de comportamentos de risco associados ao alcoolismo e à toxicod dependência; a presença de uma estruturação familiar de perfil tradicional mas crescentemente confrontada pela transição entre um quadro de filiação tradicional e um quadro de desfiliação marcado designadamente pelo aumento do número de idosos isolados e das famílias monoparentais; a importância dos mecanismos de protecção social e das concretizações no terreno do Estado Providência e consequente fragilização social por via da dependência e diminuição da importância dos mecanismos da sociedade providência. Este conjunto de características foi obtido pelo cruzamento de indicadores quantitativos, tais como, % de beneficiários de RSI em 2006, taxa de cobertura da rede de equipamentos sociais em 2006, índice de dependência da população em 2006, IRS per capita euros em 2005, valor médio anual das pensões por pensionistas em euros em 2006 ou o poder de compra per capita em 2005, entre outros com indicadores de natureza qualitativa decorrentes do trabalho de campo.

Esse exercício permitiu dar corpo à existência de diversos modos de vida face à pobreza e exclusão existentes em cada concelho, traçando horizontes heurísticos de diversidade e de vivência, permitindo, simultaneamente, a comprovação empírica da complexidade, ambiguidade e pluriiformidade de que se reveste o conceito de exclusão.

Prosseguindo a análise acerca dos impactos do desemprego e do emprego de baixa qualidade na pobreza e exclusão social, foram identificados modos de vida face à pobreza e exclusão social e sua transcrição concelhia. Deste modo, e considerando a inscrição territorial dos modos de vida, considera-se que no cômputo dos oito concelhos em análise, o modo de vida equivalente à destituição assume um carácter pontual e prende-se com casos de pobreza instalados no território já há algum tempo, assumindo uma cristalização inelutável. Trata-se de pessoas ou famílias que vivem no limiar mínimo de sobrevivência e que são pautadas por incapacidades várias de ordem física ou mental. Destaque-se a pouca presença deste modo de vida a sua correlação com um contexto de afiliação muito presente, marcado por solidariedades e ajudas de proximidades muito fortes.

Contrariamente, a restrição enquanto modo de vida face à pobreza e exclusão assume-se como significativa nos concelhos de Baião, Lousada, Marco e Paços de Ferreira fruto de razões diversas, de entre as quais se destaca uma certa fragilização da sociedade providência que faz com que esses indivíduos, ao enfrentarem uma situação de vulnerabilidade, não tenham capacidades como outrora de fazer face a ela, optando por um modo de vida restringido ao indispensável para a sobrevivência quotidiana.

A transitoriedade prende-se com uma vivência social onde estão representados os apelidados “novos pobres”, isto é, pessoas e famílias que não eram anteriormente pobres, mas que passaram a sê-lo neste tempo e neste espaço. O desemprego e a precariedade de emprego despoletam processos e mecanismos inerentes à exclusão social.

A poupança aparece associada à vivência em meio rural e é um modo de vida muito

importante para a população idosa que, não obstante as dificuldades, tende a pensar no futuro e na sua garantia em termos de rendimentos. O investimento na mobilidade enquanto estratégia de vida é pontual na maior parte dos concelhos, apresentando uma tendência mais significativa nos concelhos de Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel, concelhos mais urbanos e onde eventualmente as questões da mobilidade social se colocam com outra amplitude.

Da mesma forma, procurou-se também fazer uma análise detalhada das *situações face ao mercado de trabalho que implicam riscos de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social, de modo a identificar e sinalizar os grupos sociais envolvidos e as condições e causas da* complexidade dos modos de participação no mercado de trabalho.

No que respeita às situações de exclusão do mercado de trabalho surge, em primeiro lugar, a inexistência de condições para a entrada no mercado de trabalho, que está ligada a indivíduos com problemas de saúde e de justiça e com comportamentos aditivos (toxicod dependência e alcoolismo). Não existem indicadores fiáveis de caracterização destas situações, mas a questão do alcoolismo foi referenciada como particularmente grave nos concelhos de Baião, Marco de Canaveses e Penafiel.

Seguidamente, também é possível delinear um outro conjunto de indivíduos que se recusam/desmotivados para a (re)entrada no mercado de trabalho composto por indivíduos que cristalizam todas as problemáticas de pobreza e exclusão social, regra geral beneficiários do RSI e um agregado significativo de mulheres com experiência, nomeadamente nos sectores do têxtil e calçado, com baixa qualificação escolar e profissional, dificuldade de adaptação a novos contextos profissionais, limitações de mobilidade geográfica, e cuja rentabilidade da prestação social se sobrepõe aos baixos salários.

Foi ainda identificado um terceiro grupo de indivíduos que desenvolvem uma procura activa de emprego mas o acesso é condicionado pelo desajustamento entre a procura/oferta de emprego; situam-se aqui os desempregados (homens e mulheres) com escalão etário elevado e com experiência nos sectores tradicionais (têxtil, calçado, madeira e mobiliário); os jovens com escolaridade média e superior, em áreas de reduzida procura (secundário - cursos gerais, licenciaturas diversas); os jovens com formação específica, p.e. no sector do calçado, com expectativas, nomeadamente de salário, que não correspondem à oferta dominante.

No que respeita ao emprego de baixa qualidade, o grupo dos empregados que auferem baixos salários é muito significativo. O ganho médio mensal dos TPCO no sector secundário – responsável pela fatia mais significativa do emprego – revela uma situação de clara quebra dos rendimentos dos assalariados, predominantemente com baixos níveis de qualificação, face à Região do Norte e a Portugal.

O emprego precário, associado, em muitos casos, a situações de rotatividade entre emprego/desemprego é também relevante e incide de forma transversal em todos os concelhos e afecta, nomeadamente os jovens (independentemente do nível de

qualificação). Mas os trabalhadores não qualificados, homens e mulheres, são também um grupo de incidência desta situação, nomeadamente na construção civil e nos serviços.

Finalmente, uma referência para a participação nos circuitos da economia informal, nomeadamente trabalho no domicílio, biscates diversos e trabalho não declarado que apresenta uma incidência transversal em todas as categorias sociais e concelhos, embora com tendência de regressão dada a retracção da actividade industrial e a diminuição do trabalho no domicílio, em particular nos concelhos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Felgueiras, assim como das oportunidades de trabalho extra, com impacto na redução no rendimento dos assalariados.

Toda esta complexidade analítica em torno do fenómeno da exclusão social gerou a referência a exclusões sociais, assumindo claramente a pluralidade e a complexidade do fenómeno. Assim, as dimensões da vivência da exclusão podem ser de natureza económica, social, cultural, política e mesmo simbólica, sendo possível que na empiria se agreguem todas as manifestações, uma só ou duas numa mesma trajectória e biografia individual (Cfr. Capítulo 4. Discursos e vivências de participação no mercado de trabalho).

A dimensão económica do processos de integração social tem sido uma dimensão reforçada nos estudos, nas políticas e nas intervenções neste domínio, quer por ser aquela que mais directamente se liga às necessidades básicas, quer porque a estrutura e os modelos económicos dominantes nos últimos anos são um factor de exclusão muito significativo.

Aliás, o objecto central deste Estudo comprova essa mesma dominância e significação que as questões do emprego e do desenvolvimento de actividade económica têm nos processos de exclusão/integração. O emprego/actividade profissional enquadra-se em parte na dimensão económica, mas expressa-se significativamente nos domínios pessoal e social, demonstrando a sua centralidade nos mecanismos de integração social nas sociedades contemporâneas. É importante reiterar que o acesso a um emprego não é uma condição única para a inclusão de acordo com o trabalho desenvolvido, o que está de acordo com dados recentes provenientes de um Estudo coordenado por Alfredo Bruto da Costa Cfr. Entrevista Alfredo Bruto da Costa ¹⁴.

No que concerne especificamente ao impacto do desemprego e do emprego de baixa qualidade na pobreza e na exclusão social **foi possível aferir acerca da importância do volume de rendimentos e sua estrutura na determinação de situações de exclusão e de pobreza, o que indicia de forma clara a importância do desemprego e do emprego de baixa qualidade na inscrição espacial dos referidos processos de exclusão e de pobreza.** Aqui está-se não só perante rendimentos provenientes do trabalho, mas também da protecção social e de estratégias de endividamento.

14. Cfr. Entrevista Alfredo Bruto da Costa - Coordenador do estudo "Um Olhar Sobre a Pobreza" Pobreza em Portugal: "É preciso subir os salários e diversificar fontes de rendimento" 23.05.2008 - 00h45 António Marujo.

Assumiu-se num momento anterior deste Estudo que o nó de causalidade das problemáticas de exclusão e de pobreza presentes residia no modelo de desenvolvimento económico da Região, nas suas lógicas e processos de desenvolvimento. Não obstante assumir-se a importância explicativa do modelo de desenvolvimento económico, existem elementos provenientes da recessão nacional e internacional que têm uma influência importante na evolução das estruturas de distribuição dos rendimentos, gerando situações de diminuição ou carência de desempenho económico nos diferentes indivíduos e grupos domésticos em presença. Estes elementos associam-se de forma clara a uma conjuntura desfavorável que dita a recessão da actividade industrial presente, assim como, ainda, a uma desigual atractividade do território face a novos investimentos geradores de emprego.

A busca de um modelo social e económico alternativo não é simples nem unívoca. Outros factores estruturantes com relação directa a esta problemática advêm do equacionamento dos reais benefícios das políticas sociais e do seu carácter redistributivo/postura dos beneficiários/fiscalização, das relações complexas entre políticas de emprego/políticas sociais; da relação entre o nível de rendimentos/níveis e volumes de protecção social; dos estereótipos face à pobreza/desemprego, ou ainda, da instabilidade económica generalizável a todo o país (Cfr. Capítulo 5. A activação dos públicos desfavorecidos).

Do ponto de vista das pistas de enfrentamento das situações de exclusão por via do desemprego ou do desemprego de baixa qualidade (Capítulo 6. Pistas estratégicas de enfrentamento), resulta como fundamental a necessidade de uma intervenção diferenciada, articulada ao nível institucional, abrangente e multidimensional, que active os indivíduos não apenas socialmente, mas nas suas competências mais pessoais, mais íntimas de auto-estima e auto-conceito, entretanto devastados.

As principais linhas de acção em termos de enfrentamento prendem-se com o reforço e/ou reactivação da intervenção da Rede Social e da sua Plataforma supra concelhia; o incremento/ valorização de outros espaços de parcerias e trabalho em rede existentes; o reforço da inserção das problemáticas da inclusão sócio-económica na agenda das organizações locais; o desenvolvimento de organizações e/ ou serviços especializados de proximidade às famílias; a adopção de metodologias/ práticas de inserção que contemplem a diversidade de problemas face ao mercado de trabalho; a rentabilização dos instrumentos de apoio disponíveis; a disponibilização de instrumentos de orientação estratégica para a intervenção das organizações; e a capacitação institucional (recursos materiais e humanos). Estas linhas de acção derivam e fundam-se no trabalho de terreno desenvolvido e na consideração de todo um conjunto de opiniões e de percepções dos actores locais envolvidos na realização deste Estudo.

Refira-se que a integração e a estratégia de inclusão assim inerente terá ainda de passar por uma nova exigência em termos de política social, a necessidade de concertação em redes de parcerias localizadas nos concelhos e numa escala supra-municipal. O aparecimento de redes de apoio social integrado ao nível local tem vindo a ser a esfera mais determinante para contribuir para a activação dos meios e agentes de

resposta, conjugar esforços de diferentes entidades com intervenção social, otimizar as respostas existentes a nível local e inovar a concretização das medidas de política social. É por isso considerada a necessidade de estabelecimento de um fórum de congregação e de articulação de esforços (recursos e acções do âmbito social), baseado na adesão livre das autarquias e das entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que nela queiram participar, materializado na dinâmica já instalada das Redes Sociais concelhias e na Plataforma Supraconcelhia do Tâmega da Rede Social.

ALMEIDA, João Ferreira de (1993). “Integração Social e Exclusão Social: algumas questões” in *Análise Social*, nº 123-124.

ALMEIDA, João Ferreira de; CAPUCHA Luís; COSTA António Firmino da; MACHADO Fernando Luís; NICOLAU Isabel; REIS Elizabeth (1992). *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.

CAPUCHA, Luís (1998). “Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário” in *Pobreza, Exclusão: Horizontes de Intervenção*. Coimbra: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

CAPUCHA, Luís (1998). “Pobreza, exclusão social e marginalidades” in Viegas, A. M. e Costa, António Firmino da [orgs.]. *Portugal, Que Modernidade?* Oeiras: Celta Editora.

CAPUCHA, Luís (2000). “Exclusão profissional, exclusão social e cidadania” in VIEGAS, José Manuel Leite e DIAS, Eduardo Costa (orgs.), *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

CASTEL, Robert (1995). *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Fayard.

CASTRO, Alexandra; CAVALHEIRO, Cecília; QUEDAS, Maria João; RODRIGUES, Fernanda; GUERRA Florbela e GUERRA, Isabel (2002). *Os beneficiários do RMG: trajetórias de vida, vivências e impactes diferenciados (avaliação de impactes do RMG)*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.

CIDEC (1999). *Percursos Profissionais de Exclusão Social*. Observatório do Emprego e da Formação Profissional.

CIES (2005). *Formulação de Propostas de Conceção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social*. Lisboa.

CENTENO, Luís et al (2000). *Percursos Profissionais de Exclusão Social*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Commission of the European Communities (2008). *Joint Report on Social Protection and Social Inclusion*.

COSTA, Alfredo Bruto da (2005). Exclusões Sociais. Lisboa: Gradiva.

ESTIVILI, Jordi (2003). *Panorama da luta contra a exclusão social. Conceitos e estratégias*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.

GIRAUD, Olivier (2006). *La formation comme politique d'activation des chômeurs: analyse des réseaux locaux de mise en œuvre dans le cas suisse*. N.º 71. Centre d'Études de l'Émloi.

HESPANHA, Pedro (coord.); CALEIRAS, Jorge; PESSOA, Sandra; PACHECO, Vanda (2007). *É o (des)emprego Fonte de Pobreza? O Impacto do Desemprego e do Mau Emprego na Pobreza e Exclusão Social do Distrito de Coimbra*. Coimbra: Cadernos REAPN.

Institute for Employment Research Bulletin (2000). *Poor skills at regional and local level*. N.º 52. University of Warwick.

Institute for Employment Research Bulletin (2005). *What is effective career guidance? Evidence from longitudinal case studies in England*. N.º 78. University of Warwick.

Instituto de Segurança Social/Geoideia (2005). *Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.

Learning and Skills Council (2006). *Learning for living and work: improving education and training opportunities for people with learning difficulties and/or disabilities*.

OEFP – Observatório do Emprego e Formação Profissional (1999). Grupos Desfavorecidos Face ao Emprego, Estudos e Análises 8. Dezembro.

REAPN (2004). *Activar a Participação*. Porto:REAPN.

RODRIGUES, Fernanda (Coord.) (2006). *Norte 2015. As Pessoas. Atelier Temático: Inclusão Social. Relatório Final*. Porto: CCDRN.

SEN, A. K. (1985). *Commodities and Capability*. Oxford: Oxford University Press.

SEN, A.K. e FOSTER, E. (2001). *La desigualdade económica. Después de um cuarto de siglo. Anexo: La Desigualdade Económica*. México: Fondo de Cultura Económica.

VAREJÃO, José Manuel (2006). *Norte 2015. As Pessoas. Atelier Temático: Emprego e Desemprego. Relatório Final*. Porto: CCDRN.

Varine, H. ; Belleville, P. ; Diab, M. ; Guy, C. ; Lecouturier, f. ; Lorthiois, J. e Pouyat, (1993). *La Commune et l'Insertion par l'Économique*. Lusigny sur Ouche: Éditions W. ISBN 2-86887-028-7. 190 p.

VVAA (2005). *Défis de la insertion sociale* SAVOIE magazine. Numéro 17/novembre

VVAA (2003). *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.

VVAA (2002). *Nouvelles demandes sociales: défis de la gouvernance* in Tendances de la Cohésion, nº 4, Editions du Conseil de l'Europe, Strasbourg.

XIBERRAS, Martine (1993). *As Teorias da Exclusão – Para Uma Construção do Desvio*, Lisboa: Instituto Piaget.

